



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

GUILHERME DA SILVA RIBEIRO

**A INFLUÊNCIA DO CAMELÓDROMO DE LONDRINA SOBRE
O COMÉRCIO FORMAL DE SEU ENTORNO**

Londrina
2010

GUILHERME DA SILVA RIBEIRO

**A INFLUÊNCIA DO CAMELÓDROMO DE LONDRINA SOBRE
O COMÉRCIO FORMAL DE SEU ENTORNO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Alice Yatiyo Asari.

Londrina
2010

GUILHERME DA SILVA RIBEIRO

**A INFLUÊNCIA DO CAMELÓDROMO DE LONDRINA SOBRE O
COMÉRCIO FORMAL DE SEU ENTORNO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alice Yatiyo Asari
UEL – Londrina PR

Prof. Dr. William Ribeiro da Silva
UFRJ

Profa. Dra. Ruth Youko Tsukamoto
UEL – Londrina PR

Londrina, ____ de _____ de 2010

Dedico este trabalho à minha mãe, Cleide, e ao meu pai, Alvaro, por tudo que fizeram (e fazem) por mim.

AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Alice Yatiyo Asari, que me orientou no desenvolvimento deste trabalho e tornou-se uma amiga para toda a vida.

Aos professores Drs. Claudio Roberto Bragueto, William Ribeiro da Silva e Ruth Youko Tsukamoto, membros das bancas de qualificação e defesa, que contribuíram com seus conhecimentos para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus pais, minha irmã e meus avós, pelo apoio que sempre me deram.

Aos meus amigos pela paciência que tiveram nos momentos de estresse.

Aos professores e colegas do curso, pelas experiências, conhecimentos e bons momentos compartilhados.

RIBEIRO, Guilherme da Silva. **A influência do camelódromo de Londrina sobre o comércio formal de seu entorno.** 2010. 130f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina.

RESUMO

O desenvolvimento das atividades informais está presente, atualmente, em todos os países – desenvolvidos ou subdesenvolvidos. No entanto, essas atividades surgem como uma alternativa ao desemprego e não como uma nova categoria. Dessa forma, os comerciantes informais ocupam as ruas das cidades com o discurso de estarem trabalhando e não cometendo crimes – ainda que esse tipo de trabalho seja irregular, ilegal. Durante a década de 1990, como solução para o problema dos camelôs que ocupavam as calçadas e praças próximas ao Terminal Central de Ônibus, a Prefeitura de Londrina desenvolveu diversos projetos para a criação de um camelódromo. Em 2002, foi inaugurado o Camelódromo de Londrina, que se tornou uma referência para o desenvolvimento de diversos empreendimentos semelhantes na cidade. Criticado por ter recebido investimentos municipais, o Camelódromo de Londrina, centro do comércio informal da cidade, contraria o senso comum de que esse tipo de comércio só traz prejuízos ao comércio formal, pois, este empreendimento trouxe benefícios à área onde foi instalado, influenciando o comércio formal de seu entorno. Objetiva-se, neste trabalho, analisar o comércio formal do entorno do Camelódromo de Londrina após a sua inauguração. Para tanto, pesquisou-se inicialmente a história do município de Londrina e o desenvolvimento das atividades comerciais formais para, então, iniciar-se uma pesquisa sobre o desenvolvimento das atividades comerciais informais. Pesquisou-se referenciais teóricos nas bibliotecas Municipal e da Universidade Estadual de Londrina. Realizou-se, também, pesquisas no Ministério Público (em busca de informações sobre a ação pública que questiona a legalidade do pagamento do aluguel do Camelódromo de Londrina pela prefeitura), na Prefeitura Municipal de Londrina (informações sobre o projeto do Camelódromo de Londrina aprovado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina), na Associação Comercial de Londrina (considerou-se importante analisar a opinião da ACIL, enquanto representante do comércio formal, sobre as atividades do Camelódromo de Londrina e o surgimento de novos empreendimentos semelhantes, principalmente na área central da cidade, bem como as ações dos órgãos fiscalizadores municipais, estaduais e federais), no Camelódromo de Londrina (informações sobre a história do empreendimento e a forma como vem sendo administrado) e na área de entorno do Camelódromo de Londrina (delimitação da área de pesquisa e aplicação dos questionários que subsidiaram a parte deste trabalho onde se analisou o comércio da área). Apesar de ter beneficiado o comércio formal de uma área decadente do centro de Londrina, a ACIL e alguns comerciantes formais afirmaram que este tipo de empreendimento, apoiado pela Prefeitura Municipal, prejudicou o comércio formal devido à origem, geralmente ilícita, de seus produtos. Conclui-se este trabalho com a análise das transformações espaciais e algumas considerações acerca da influência do Camelódromo de Londrina sobre o comércio formal do seu entorno, bem como as vantagens e desvantagens da sua criação.

Palavras-chave: Camelôs. Camelódromo de Londrina. Economia informal. Comércio formal. Londrina.

RIBEIRO, Guilherme da Silva. **The influence of the Londrina's street market city about the formal commerce around in it.** 2010. 130p. Dissertation (Master's degree in Geography, Environment and Development) – Londrina's State University.

ABSTRACT

The informal activities development is present, actually, in all countries – developed or underdeveloped. Nevertheless, these activities appear like an alternative to solve an unemployment, but not like a new category. In this way, the informal market workers occupy the city's street, saying that they are working and these people are not committing crimes with their work, still it is irregular or illegal. During the 1990's, like a solution for the informal market workers problem who occupied the pavements and the squares that are near to the Londrina's bus station, this city hall developed a lot of projects for the creation of a place where the street market could be happen in Londrina, which was inaugurated in 2002. This place started to be a reference to others undertakings like that in this city. The creation of this place, where the street market happen in Londrina, was criticized for the city hall investments that it received. At present, the Londrina's informal street market, on the contrary that people thought, this undertaking benefited the formal commerce, which is near of the informal street market. The objective of this working theory is to analyse the development of the formal commerce, after the inauguration of the place where the Londrina's informal street market happen. Firstly, to do this working theory it was necessary to search about the Londrina's history and about the development of the formal commerce in this city, then a research about this informal commerce happened too. To do this working theory, it was necessary to search the theory at the Londrina's State University library and at the Londrina's Municipal Library. Researches were realized in Brazil's state department (to know information about the public action which question the legality of the rent's payment to the place where happen the Londrina's informal street market). Others information where searched in places like the Londrina's city hall (information about the building project of the place where happen the Londrina's informal street market, which was approved by the Institute of Researches and Londrina's Urban Projection), at Londrina's Commerce Association (it was important to analyse this opinion, like a formal commerce representative, about the new similar undertakings which emerged, mainly, in the central area of the city, like as the municipal, state and federal inspectors actions), in Londrina's informal street market (information about the undertaking's history and the way that it is being administrated) and in the area around the Londrina's informal street market (delimitation of the researches areas and the questions that were application of the questions which were the base of part of this Master's degree work, in it was analysed the commerce of the area). In spite of it had benefited the formal commerce of a decadent area at the Londrina's centre, the ACIL (Londrina's Commerce Association) and some formal market workers said that it is a type of undertaking, supported by Londrina's city hall, which damaged the formal commerce because of the origin, generally illegal, of its products. In conclusion, this Master's degree work with studies the analysis of the spatial transformation and some considerations about the influence of the Londrina's informal street market in a formal commerce which is around it, like as the advantages and the disadvantages of its creation.

Key words: Informal market workers. Londrina's informal street market. Informal economy. Formal commerce. Londrina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Área de influência do Camelódromo de Londrina na atual área urbana	11
Figura 2 – Área urbana de Londrina em 1929.....	27
Figura 3 – Camelódromo de Londrina.....	54
Figura 4 – Área de influência do Camelódromo de Londrina	75
Figura 5 – Lojas de móveis na Rua Duque de Caxias, entre as ruas Sergipe e Benjamin Constant.....	76
Figura 6 – Diversificado comércio da Rua Duque de Caxias, próximo à esquina com a Rua Maranhão	77
Figura 7 – Imóvel abandonado localizado na Rua Sergipe entre as ruas Brasil e Duque de Caxias.....	78
Figura 8 – Imóvel comercial desocupado	79
Figura 9 – Construção do Shopping Show das Fábricas.....	80
Figura 10 –Camelôs da Rua Sergipe, próximo à esquina com a Rua Rio de Janeiro.....	81
Figura 11 –Vista parcial do comércio da Rua Sergipe entre as ruas Duque de Caxias e Mato Grosso	82
Figura 12 –Galeria Canaã, localizada próximo à entrada lateral do Camelódromo de Londrina, na Rua Sergipe	83
Figura 13 –Galeria Mato Grosso	85
Figura 14 –Shopping Royal Plaza	87
Figura 15 –Final do Calçadão de Londrina (cruzamento das ruas Minas Gerais e Maranhão)	89
Figura 16 –Estabelecimentos desocupados localizados próximo ao Shopping Royal Plaza.....	90
Figura 17 –Camelôs trabalhando em frente ao Center Shop, fechado para reformas	91
Figura 18 –Camelôs trabalhando ao lado do Shopping Show das Fábricas.....	91
Figura 19 –Comércio e serviços do entorno do Camelódromo de Londrina	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Maiores valores adicionados fiscais da indústria paranaense – 2008	16
Tabela 2 – Evolução da população residente no município de Londrina 1950/2000	28
Tabela 3 – Crescimento percentual da população do município de Londrina - 1950/2000	35
Tabela 4 – População, por regiões, da área urbana da sede do município de Londrina – 2000	36
Tabela 5 – Produto Interno Bruto (PIB) de Londrina por setor - 2002/2006	40
Tabela 6 – Número de estabelecimentos de comércio, serviços e autônomos do município de Londrina - 2000/2006	42
Tabela 7 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e grandes grupos de ocupação no trabalho principal, no município de Londrina – 2000	43
Tabela 8 – Tipos de comércio pesquisados	102
Tabela 9 – Tempo de instalação no local.....	104
Tabela 10 – Utilização dos imóveis do entorno do Camelódromo de Londrina	105
Tabela 11 – Localização anterior do estabelecimento	107
Tabela 12 – Número de empregados (patrões e empregados)	107
Tabela 13 – Área ocupada pelo estabelecimento	108
Tabela 14 – Opinião sobre o comércio da área antes da instalação do Camelódromo de Londrina	109
Tabela 15 – Opinião sobre a influência do Shopping Center Royal Plaza no comércio da área	109
Tabela 16 – Opinião sobre a influência do Camelódromo de Londrina no comércio da área	110
Tabela 17 – Opinião sobre o empreendimento mais benéfico ao comércio da área	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O DESENVOLVIMENTO URBANO DE LONDRINA	12
1.1 A EVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA	13
1.2 O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA CENTRAL – A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO (FORMAL E INFORMAL)	32
2 O CAMELÓDROMO DE LONDRINA	46
2.1 A LUTA DOS CAMELÔS E O SURGIMENTO DO CAMELÓDROMO DE LONDRINA: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA	48
2.2 A CONTROVERSA ADMINISTRAÇÃO DO CAMELÓDROMO DE LONDRINA	59
3 A INFLUÊNCIA DO CAMELÓDROMO DE LONDRINA SOBRE O COMÉRCIO FORMAL DE SEU ENTORNO	63
3.1 A DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA	74
3.2 A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE LONDRINA – ACIL – FRENTE O DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO INFORMAL DA REGIÃO CENTRAL	92
3.3 A ANÁLISE DO COMÉRCIO FORMAL DO ENTORNO DO CAMELÓDROMO DE LONDRINA	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIA	119

INTRODUÇÃO

Durante a década de 1990, a Prefeitura de Londrina criou várias alternativas para a retirada, ou legalização, dos camelôs das ruas da área central da cidade. No entanto, devido a interesses políticos, nenhuma das alternativas objetivava punir os comerciantes em situação irregular, mas sim a prática de suas atividades em um local determinado, desocupando as calçadas e praças, dando origem aos primeiros projetos do Camelódromo de Londrina. Inicialmente instalado próximo ao Terminal Urbano de Transportes Coletivos, o Camelódromo de Londrina necessitou de investimentos públicos (alargamento da calçada onde foi instalado e financiamento das barracas dos camelôs), que não foram suficientes para que se atingisse seu objetivo, pois não foi capaz de comportar todos os camelôs e persistia o comércio de ambulantes nas proximidades do terminal.

Em 2002, o Camelódromo de Londrina foi instalado em um prédio da Rua Sergipe, com o objetivo, novamente, de retirar das ruas os comerciantes informais da área central da cidade. Apesar de comportar mais lojas que o camelódromo anterior e de ter recebido investimentos públicos municipais de mais de R\$800 mil, a instalação do Camelódromo de Londrina não impediu o desenvolvimento das atividades informais nas ruas da área central. E, após sua inauguração, vários empreendimentos semelhantes surgiram pela cidade, porém, nenhum deles com o mesmo objetivo do Camelódromo.

O objetivo desta dissertação não é analisar as atividades informais desenvolvidas no centro de Londrina, mas a influência do Camelódromo de Londrina sobre o comércio formal de seu entorno, ou seja, como o comércio local foi beneficiado. Buscou-se, então, responder a seguinte questão, que apresenta-se como problema de investigação: por que a instalação do Camelódromo beneficiou o comércio formal do seu entorno? Ou seja, buscou-se compreender como um projeto que visava resolver um problema urbano (ocupação de espaços públicos para a prática de comércio informal) beneficiou o desenvolvimento do comércio formal da área onde foi instalado (Figura 01).

Para tanto, fez-se pesquisas, na Biblioteca Municipal, nas bibliotecas da Universidade Estadual de Londrina (Biblioteca Central e do Centro de Ciências Humanas) e na internet, acerca da história de Londrina, do desenvolvimento do

comércio na cidade, do comércio informal e, mais especificamente, do Camelódromo de Londrina – que subsidiaram a elaboração deste trabalho. Após a coleta de referenciais, fez-se uma pesquisa de campo para delimitar a área de influência do Camelódromo de Londrina, bem como o número de comerciantes formais que se dispunham a colaborar com a pesquisa, respondendo a um questionário. Uma segunda pesquisa de campo foi feita para a aplicação dos questionários (coleta de dados sobre o comércio formal). Outras pesquisas foram necessárias para que se pudesse analisar o comércio da área pesquisada e para a obtenção de imagens. De posse dos dados, partiu-se, então, para a sistematização dos mesmos, o que resultou na produção de mapas da área pesquisada e tabelas com os resultados dos questionários, que compõem o trabalho.

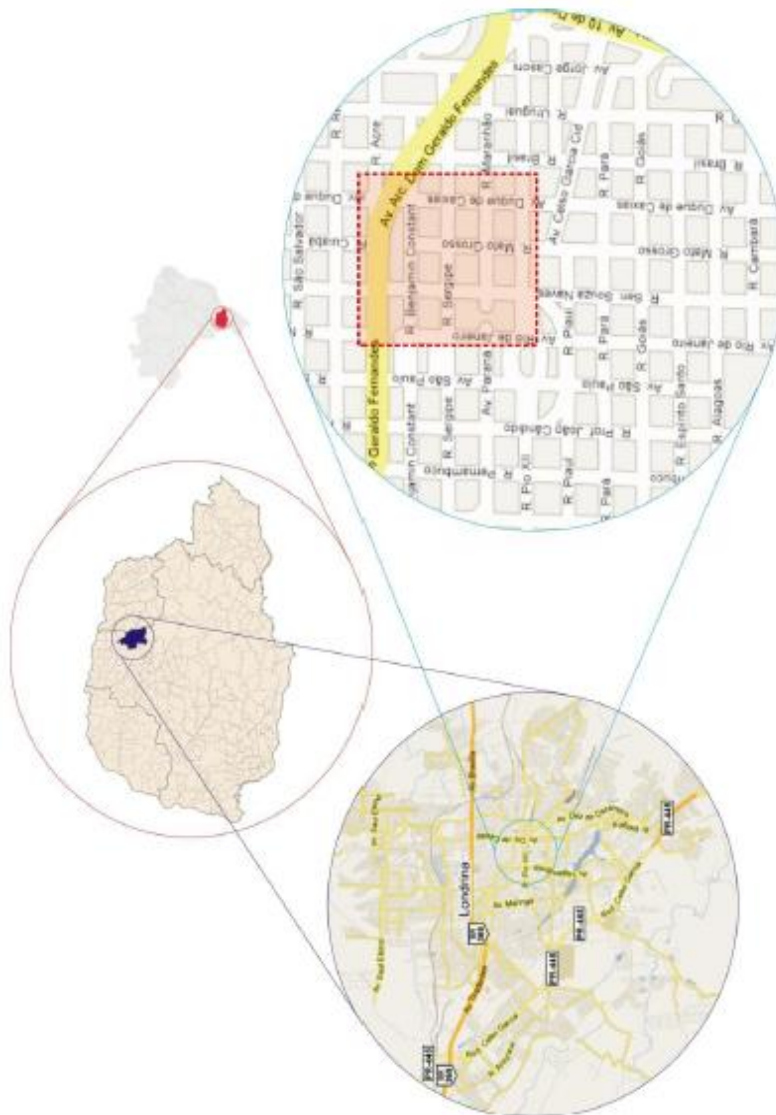


Figura 1 – Área de influência o Camelódromo de Londrina na atual área urbana
Fonte: Guilherme da Silva Ribeiro

No primeiro capítulo, analisou-se o desenvolvimento urbano de Londrina, desde sua fundação até os dias atuais. Verificou-se a participação de cada setor econômico no PIB do município e a distribuição e ocupação da população ao longo das décadas. Fez-se, também, a análise do desenvolvimento das atividades comerciais (formais e informais) na área central da cidade.

No segundo capítulo, analisou-se o desenvolvimento das atividades comerciais informais no centro da cidade. Para tanto, fez-se uma análise das atividades dos camelôs na área a partir de reportagens de jornais, demonstrando os problemas causados pelos informais e as medidas tomadas pelas autoridades para solucioná-los. Verificou-se, assim, as ações que resultaram no atual Camelódromo de Londrina. Finalizou-se o capítulo discutindo a forma como o Camelódromo de Londrina vem sendo administrado.

No terceiro capítulo, analisou-se a influência do Camelódromo de Londrina sobre o comércio formal do seu entorno. Para tanto, fez-se a delimitação da área de influência do Camelódromo. Num segundo momento, foram feitas considerações acerca da opinião da Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL) sobre o Camelódromo de Londrina. Finalizou-se o capítulo com a análise dos dados obtidos em campo.

1 O DESENVOLVIMENTO URBANO DE LONDRINA

Neste capítulo, apresenta-se um breve histórico da formação do município de Londrina, o desenvolvimento da área central da cidade e o comércio nesta área. Para tanto, analisou-se a história do município, desde a instalação da Companhia de Terras Norte do Paraná no Patrimônio Três Bocas, em 1929, até a atual configuração da área central. Num segundo momento, faz-se a análise do centro de Londrina enquanto área de atração comercial, de fluxo de pessoas, capitais e mercadorias. Conclui-se este capítulo com o estudo do comércio da área central, contrastando o desenvolvimento do comércio formal com o informal, pois estes atuam simultaneamente no contexto atual.

1.1 A EVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Analisar a história da formação de Londrina é indispensável para a compreensão do desenvolvimento da cidade enquanto espaço de realização das atividades humanas. Segundo Santos (1982b, p. 9-10):

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a - espacial. O espaço, ele mesmo é social.

O espaço urbano é um produto social e, para compreender esse espaço, “sua análise supõe a construção de uma epistemologia genética do espaço geográfico, fundada no fato de que as mudanças históricas conduzem a mudanças paralelas da organização do espaço” (SANTOS, 1982b, p. 51). Ou seja, o espaço não é estático, pois se transforma, se modifica, ao longo do tempo. Dessa forma, somente o estudo histórico de uma sociedade pode explicar as transformações do/no seu espaço.

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência como tempo histórico; é igualmente impossível imaginar que a sociedade se possa realizar sem o espaço ou fora dele. A sociedade evolui no tempo e no espaço. (SANTOS, 1982b, p. 42)

Observe-se que para Santos (1989, p. 151) “a noção de rede urbana, elaborada por geógrafos e urbanistas, exprime no espaço um jogo de fatores de natureza e de intensidade diferente, que se combinam, de forma variável no tempo” . Ou seja, as transformações não vão ocorrer de maneira pré-determinada ou constante ao longo do tempo. As cidades, dessa forma, apresentarão reflexos das ações humanas, que variam de acordo com os diferentes momentos de sua história. Desta forma,

O sentido da cidade como obra da civilização não é o sentido da construção física da cidade, mas da humanidade do homem por meio de sua obra. Por isso, a cidade permite a leitura da história e de

nossa condição no mundo moderno. Traz implícita a idéia de um projeto para a sociedade: a cidade é o lugar das coações, mas também da liberdade, portanto a reprodução da cidade envolve a idéia de um projeto para a vida humana. (CARLOS, 2001, p. 361)

Deve-se, também, considerar que o capitalismo influencia o desenvolvimento das cidades, sendo responsável pela valorização das localizações. Segundo Fresca (2007, p. 202):

[...] a rede urbana é uma condição e reflexo da divisão territorial do trabalho. Enquanto reflexo, traduz a sociedade através de arranjos distintos no que respeita ao processo de ocupação, à produção propriamente dita, ao nível de renda da população, diferentes níveis de circulação entre outros. Tais arranjos são reflexos das escolhas que o capitalismo, através de distintos agentes, faz para maximização dos lucros e minimização dos custos, estabelecendo complexas vantagens locacionais. Nesse processo, suscita-se valorizações de certas localizações, enquanto outras ficam à espera de verem suas potencialidades valorizadas, surgem assim, determinadas hierarquias urbanas e certas especializações funcionais.

No que se refere ao recorte espacial da pesquisa, Londrina foi fundada em 21 de agosto de 1929 e elevada à categoria de município em 10 de dezembro de 1934, e está localizada na região Norte do Paraná, que “pode ser definida como a soma territorial dos vales muito férteis formados pelos afluentes da margem esquerda dos rios Paraná e Paranapanema, no arco que esses dois cursos d’água traçam entre as cidades de Cambará e Guaira” (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 35).

O nome da cidade foi escolhido pelo então presidente da CTNP, João Sampaio, por fazer certa referência entre o local e a prestigiosa capital inglesa, Londres, de onde provinha a grande iniciativa, o capital social e os principais idealizadores do empreendimento. (CASTELNOU, 2002, p. 39)

Têm-se ainda as informações gerais sobre Londrina (SILVA, 1996, p.35):

A migração pendular entre municípios vizinhos como Cambé, Jataizinho e Rolândia e a natureza das relações espaciais fez da

região uma área com características metropolitanas¹, tendo Londrina como um ponto convergente;

Os solos do Município de Londrina apresentam de forma genérica, de média a alta fertilidade natural. Os mais férteis como a Terra Roxa que predominam na porção centro-norte do município são bastante profundos e atingem até 1,50 m de espessura, porém, alguns chegam até os 10 m como o Latossolo roxo;

Os solos mais rasos e mais pobres distribuem-se na porção centro-sul do município e apresentam restrições ao desenvolvimento de atividades agrícolas sobre os mesmos;

O clima de Londrina caracteriza-se como clima subtropical úmido sem estação seca e verão quente com uma temperatura média nos últimos trinta anos de 21°C, sendo a média das temperaturas máximas em torno de 27°C e a média das temperaturas mínimas em torno de 15,5°C.

Segundo Castelnou (2002, p.19):

Em termos geográficos, Londrina é cortada pelo Trópico de Capricórnio, situando-se a 23°55'46" de latitude Sul e 51°19'11" de longitude Oeste. Possui uma área de aproximadamente 2.119 km², com uma altitude média de 576 m e clima subtropical, caracterizado por chuvas em todas as estações e temperatura média de 22° C. Localizando-se a 379 km da capital do estado, Curitiba, 528 km da cidade de São Paulo e 1.320 km de Brasília, o município encontra-se dividido por oito distritos, além da sede administrativa, a saber: Espírito Santo, Guaravera, Irerê, Lerroville, Maravilha, Paiquerê, São Luiz e Warta. Delimita-se ao norte pelos municípios de Cambé, Sertanópolis e Ibiporã; a oeste por Arapongas, Apucarana e Marilândia do Sul; a leste por Assaí e São Jerônimo da Serra; e ao sul pelo município de Tamarana, que até 1996 era distrito de Londrina.

Ou seja, além de fazer a ligação entre os municípios vizinhos, Londrina possui características, climáticas e geológicas, que propiciaram o desenvolvimento da agricultura na região, com destaque para a cafeicultura.

Grassiotto (2000) destaca que Londrina ocupa uma posição estratégica, ligando as cidades do norte do Paraná e as grandes capitais de São

¹ Segundo Silva (2007, p. 551): [...] com a Lei Estadual Complementar Nº. 81 – 17/06/98, acrescida pela Lei Estadual Complementar Nº. 91 - 05/06/2002, instituiu-se a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos municípios de Londrina, Cambé, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Tamarana, Bela Vista do Paraíso e Sertanópolis. No entanto, o autor afirma que Londrina não pode ser considerada uma Região Metropolitana. [...] consideramos não se justificar a nomenclatura de Regiões Metropolitanas, com relação a Londrina e Maringá, pois não se trata de metrópoles, mas sim, de aglomerações urbanas, ainda que existam presenças de contigüidades territoriais e relações complementares com municípios vizinhos, pois, para a caracterização de "metrópoles", outros elementos deveriam estar presentes [...] Em Londrina e em Maringá, existem processos de aglomeração; no entanto, eles não chegam a significar uma metropolização, mas sim, uma ampliação de papéis e funções de cidades médias (p. 553-555).

Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. Por esse motivo “desenvolveu sua vocação como entreposto comercial, e ao invés de se industrializar, cresceu como prestadora de serviços, centro regional de compras, cultura e lazer” (GRASSIOTTO, 2000, p. 182). Apesar das afirmações da autora, deve-se considerar que, mesmo não sendo o setor mais representativo, as indústrias de Londrina se destacam em nível estadual, sendo responsáveis por 2,36% do valor adicionado fiscal do estado (Tabela 01), ocupando a sexta posição.

Tabela 1 – Maiores valores adicionados² fiscais da indústria paranaense – 2008

Localidade	Valor adicionado fiscal na indústria (R\$1,00)	Porcentagem no valor adicionado fiscal do Estado
Estado do Paraná	61.461.043.218	100%
Araucária	10.806.047.388	17,58%
Curitiba	10.384.726.693	16,89%
São José dos Pinhais	8.470.143.661	13,78%
Foz do Iguaçu	3.265.075.090	5,31%
Ponta Grossa	2.593.908.742	4,22%
Londrina	1.454.209.619	2,36%
Maringá	1.135.709.600	1,84%
Total	38.109.820.793	61,98%

Fonte: IPARDES - Base de dados do Estado.

O desenvolvimento de Londrina é explicado através de uma série de fatores. Dentre os mais importantes, Grassiotto (1975) destaca: a localização privilegiada com relação a São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Paranaíba, Umuarama, Campo Mourão, Campo Grande; a colonização com a venda de lotes rurais formando pequenas propriedades; a fundação dos núcleos urbanos com mais ou menos 15 km de distância entre eles, visando a manutenção dos núcleos integrados ao sistema de circulação; a vinda, devido a cultura do café, dos agricultores do interior paulista; o planejamento da ligação leste-oeste através da BR-369 e a criação da ferrovia para o escoamento da produção para Santos; os fatores físicos de solo, clima, topografia; e o empreendedorismo inglês, que com seu

² Segundo artigo do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba (CCSA – UFPB): o Valor Adicionado constitui-se da receita de venda deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros.

planejamento visando o futuro, promoveu a arrancada para o desenvolvimento, transformando a região em um dos mais promissores pólos econômicos nacionais.

Quanto à presença inglesa, nas palavras de Arias Neto (1998, p. 23), “nos fins dos anos vinte e início dos anos trinta do século XX, a região onde se inscreve hoje a cidade de Londrina foi ocupada e explorada por várias empresas privadas que adquiriram terras do governo do Estado do Paraná” . Desde 1922, o

Governo do Presidente Arthur Bernardes desenvolvia gestões para que técnicos ingleses viessem ao Brasil estudar sua situação financeira, econômica e comercial com vistas, de um lado, à consolidação de nossa dívida para com a Inglaterra, e de outro, à reformulação do nosso sistema tributário. Pretendia o governo federal abolir os impostos diretos e instituir uma nova e eficiente sistemática de arrecadação. (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 42)

Por esses motivos, a convite do presidente Arthur Bernardes, ocorreu a Missão Montagu, que contava com a presença do ex-secretário de Estado para as Índias e ex-secretário financeiro do Tesouro da Inglaterra, Lord Montagu, o diretor do Banco da Inglaterra e presidente do Hong Kong and Shanghai Banking, Sir Charles Addis, do comentarista de assuntos financeiros e ex-diretor do The Economist de Londres, Sir Hartley Withers, além do diretor da Sudan Cotton Plantations Syndicate, Simon Joseph Fraser, o Lord Lovat, décimo sexto barão do Reino Unido.

Além de viajar como assessor da Missão Montagu, Lord Lovat tinha como incumbência dos acionistas da Sudan Plantations estudar a possibilidade de vir essa poderosa companhia inglesa a aplicar seus capitais no Brasil, de forma a obter o algodão que importava em larga escala para suprir a florescente indústria têxtil da Inglaterra. (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 42)

A Missão Montagu definiu a forma como os ingleses explorariam as terras da região. Havia o interesse desses investidores na criação de novas áreas de plantio de algodão, em substituição às plantações que possuíam no Sudão - que passava por instabilidade política – mas,

Os resultados das primeiras viagens de estudos (1924) levaram à conclusão de que seria muito mais interessante investir em uma

empresa de colonização, mesmo porque os pequenos proprietários que seriam instalados poderiam tornar-se produtores de algodão e, até lá, a sociedade teria realizado lucros substanciais (MONBEIG, 1984, p. 239)

Dessa forma, pode-se dizer que a Missão Montagu foi o primeiro passo em direção à colonização inglesa da região – que ocorreu através da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), até porque, “a formação da CTNP está vinculada à vinda da Missão Montagu ao Brasil, em 1923” (ARIAS NETO, 1998, p. 24). Assim, o desenvolvimento de Londrina esteve, na sua fase inicial, atrelado ao desenvolvimento da própria Companhia de Terras, pois, “no antigo patrimônio Três Bocas, a 22 quilômetros de Jataizinho, foi levantado um acampamento em 1929. Ali foram instalados os escritórios da Companhia de Terras Norte do Paraná e iniciada uma infra-estrutura urbana” (WACHOWICZ, 1988, p. 257). Assim, ao tratar do desenvolvimento de Londrina, inevitavelmente, há que se remeter a algumas considerações sobre as atividades da CTNP.

A exploração das terras do norte do Paraná estava vinculada à expansão da linha férrea, que viabilizou a produção agrícola.

A “Paraná Plantation Limited” tinha sob controle, ao mesmo tempo, a Companhia de Terras do Norte do Paraná e a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, com um capital de 1.460.000 libras em ações e 375.000 em obrigações. Aqui, a união entre loteamento e ferrovia era tal e a colonização não avançava senão à medida em que a construção da estrada de ferro progredia. A implantação da rede rodoviária não seria descuidada e prestava-se a facilitar o escoamento da produção, ou seja, a garantir fretes para a ferrovia. (MONBEIG, 1984, p. 239)

Segundo Valverde (1957, p. 182 - 183):

O povoamento promovido pela Companhia de Terras começou a partir de Londrina, no extremo oriental de sua concessão, onde por muito tempo foi a ponta dos trilhos da E. F. São Paulo – Paraná. Ela era, portanto, uma Umschlagplatz (*centro de mudança de meio de transporte*) e tornou-se desde então a etapa principal da zona pioneira do Norte do Paraná.

A compra de terras na região não foi fácil para a CTNP, pois “a aquisição de terras foi um processo muito oneroso, uma vez que na região existiam muitos posseiros e proprietários com títulos duvidosos” (ARIAS NETO, 1998, p.

26). Ter a posse incontestável das terras era benéfico à imagem da empresa e uma propaganda muito utilizada na sua busca por compradores. Assim, para evitar qualquer contestação, “a CTNP além de comprá-las do Estado do Paraná, foi adquirindo, um a um, os títulos ilegítimos que se apresentavam, tendo assim pago duas ou três vezes pela mesma parcela de terra” (ARIAS NETO, 1998, p. 26).

O parcelamento e a venda da terra surgem como uma alternativa para se tentar recuperar o investimento. Apesar das vastas extensões de terras que possuía a CTNP seus negócios visaram principalmente os pequenos produtores. Segundo Monbeig³ (2007, p. 8),

toda a zona da Companhia inglesa é território de pequenas propriedades. Não se contam senão duas fazendas de 200 alqueires e a grande maioria das explorações agrícolas tem uma área variando de 5 a 25 alqueires; parece pois possível atribuir-se ao tipo médio uns doze alqueires. Detalhes no modo de venda dos lotes urbanos ou rurais mostram o desejo bem nítido da Companhia em criar um foco de pequenos proprietários agrícolas.

Segundo Wachowicz (1988, p. 257), “a esta companhia coube a incumbência de continuar vendendo, em regime de pequenas propriedades agrícolas, os 13.166 km² de terras adquiridas de particulares e do Estado do Paraná” . Como informação complementar, Arias Neto (1998, p. 24) afirma que a CTNP adquiriu entre os anos de 1925-1927 uma área de 515.000 alqueires de terras; e Silva (1996, p. 35) que “Londrina foi planejada pela Companhia de Terras do Norte do Paraná que, em 1929, abriu aqui uma das maiores colonizações do mundo: foram mais de um milhão de hectares loteados” . Sobre os lotes, Castelnou (2002, p. 31) afirma que:

O tamanho dos lotes coloniais norte-paranenses era, em geral, de 10 a 20 alqueires, sendo planejados em faixas alongadas, com frente para a estrada que corria no alto do espigão e com aguadas ao fundo, nos vales. Não havia servidão, nem propriedades encravadas. Logo que as qualidades excepcionais da terra revelaram-se e as primeiras derrubadas da densa floresta de perobas intensificaram-se, o preço do solo subiu muito. Criaram-se assim condições facilitadas de pagamento, através de parcelamento – prestações facilitadas de pagamento, através de parcelamento – prestações de até quatro anos, aos juros de 8% ao ano -, além de se fazerem descontos para funcionários da própria Companhia, o que possibilitou que cerca de

³ Artigo originalmente publicado na revista *Geografia*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 221 – 238, 1935.

80% deles se tornassem proprietários de pequenas e rendosas fazendas. Já os lotes urbanos eram facilitados até dois anos.

Dois fatores influenciavam os preços dos lotes: a localização e a qualidade das terras. De acordo com Monbeig (1984, p. 237) “o preço dos lotes aumenta violentamente quando nas proximidades do patrimônio. É ainda maior pelo fato de, em geral, corresponderem a espigões, onde os solos costumam ser de boa qualidade” .

Os lotes comercializados, no entanto, não eram obrigatoriamente pequenos. Bragueto (1996, p. 23) destaca que “concomitante a construção de estradas de rodagem e da ferrovia, (a companhia) as revendeu, principalmente em pequenos lotes, porém, nos períodos favoráveis, também realizou negócios com propriedades de média e grande dimensão” . Assim, o tamanho dos lotes variava de acordo com as possibilidades de negócio e não a partir de predeterminações da empresa.

Os núcleos urbanos criados na região, segundo Hermann Moraes Barros, ex-diretor gerente da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, seguiram da seguinte forma:

Os núcleos básicos da colonização foram estabelecidos progressivamente, distanciados cerca de 100 quilômetros uns dos outros, na seguinte ordem: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. São cidades planejadas nos mínimos detalhes para se transformarem em grandes metrópoles. Por entre esses núcleos urbanos principais, fundaram-se, de 15 em 15 quilômetros, pequenos patrimônios, cidades bem menores cuja finalidade é servir como centro de abastecimento para a numerosa população rural (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 125).

Além de evitar o isolamento dos pequenos produtores, a curta distância entre os núcleos urbanos era necessária, pois

Antes da chegada dos trilhos, as ligações foram garantidas pelas estradas e a CTNP as construiu como requisito do empreendimento, de modo a garantir ao proprietário o acesso aos patrimônios. Estas eram parte integrante do empreendimento, sem o qual difícil seria o sucesso do loteamento. Em primeiro lugar é preciso entender que dada as vastas áreas divididas em lotes, era preciso que houvesse um núcleo urbano para atender os novos proprietários sem que as distâncias fossem longas. Daí a necessidade de fundar núcleos a

cada 10 ou 15 km. Em segundo lugar, estes novos proprietários, em razão de sua pequena escala de produção, imprescindiam do núcleo urbano para assegurar o acesso ao mercado para os produtos cultivados e ao mesmo tempo obter os bens e serviços necessários. (FRESCA, 2007, p. 225)

Sobre esse assunto, Monbeig (2007, p. 15) destaca que:

Entre cada estação, colono algum se achará a mais de 5 ou 7 km. de distância, facilíma a ser percorrida a pé e ainda mais a cavalo: o meio mais comum de locomoção. O isolamento econômico e a solidão são, deste modo, muito atenuados. [...] o raio de ação destas estações determinou a localização dos centros de povoamento urbano; está bem entendido que não se põe neste epíteto idéia alguma de massa de habitantes, mas simplesmente a idéia da função comercial e também social (médicos e farmacêuticos não tardam a instalar-se nas cidades da zona pioneira).

O projeto da CTNP contava, também, com a criação de centros de atração econômica, que além de oferecer mais serviços, interligariam os núcleos menores.

A idéia central era de instalar, entre várias cidades pequenas, distanciadas mais ou menos 15 quilômetros uma da outra, um centro de atração econômica – especialmente comercial e de serviços – e assim surgiram Londrina (1934), Maringá (1947), Cianorte (1953) e Umuarama (1955), mais ou menos eqüidistantes entre si. Em torno destes centros urbanos, razoavelmente bem dotados de atividades do setor terciário – surgiu mais de uma centena de cidades. (BRAGUETO, 2007a, p. 170)

É importante destacar que a CTNP não foi responsável pelo surgimento de todos os municípios da região. No entanto, os núcleos que surgiam a uma distância menor que a planejada pela companhia – entre dois núcleos – poderiam ter o seu desenvolvimento comprometido devido à proximidade. Ou seja, apesar de próximos, os núcleos deveriam manter uma distância mínima para que cada um atendesse as necessidades da população sem comprometer seu desenvolvimento devido à concorrência com núcleos vizinhos.

No entroncamento da rodovia principal com as estradas secundárias foram surgindo novas cidades, cuja função inicial era de *Stadtplätze* (*centro comercial*). [...] Quando, por acaso, a Companhia deixou de fundar um patrimônio nessa distância, a iniciativa particular fez florescer uma cidade. Quando, por outro lado, duas iniciativas

fizeram surgir duas Stadtplätze a distâncias menores, uma delas não progrediu. É o caso de Mandaguaçu que suplantou Iguatemi, que lhe fica a 5,5 km; e também o de Cambira, sufocada entre Jandaia do Sul e Pirapó, a 7,5 km de cada uma delas. Isto prova que é a concorrência da freguesia entre elas que fez matar ou estagnar uma das cidades. (VALVERDE, 1957, p. 183)

A forte presença de imigrantes estrangeiros - vindos principalmente de países da Europa e do Japão - merece destaque na análise da primeira fase da ocupação da região, na década de 1930, pois, embora presentes nessa fase, os migrantes brasileiros não eram maioria. O rio Tibagi, antes da construção da ponte e da ferrovia, era um empecilho para a colonização, mas não a tornava impossível. Segundo Castelnou (2002, p. 33),

[...] Conforme os registros da Companhia, enquanto ainda era construída a ponte sobre o Tibagi para a ferrovia, que somente chegaria à cidade de Londrina em 1935, cruzaram o rio de balsa gente de toda a parte do mundo, incluindo 1.823 brasileiros – principalmente paulistas, mineiros e nordestinos -, 611 italianos, 533 japoneses, 510 alemães, 303 espanhóis, 218 portugueses, 193 poloneses, 172 ucranianos, 138 húngaros, 41 tchecoslovacos, 44 russos, 34 suíços, 29 austríacos, 21 lituanos, 15 iugoslavos, 12 romenos, 7 britânicos, 5 sírios, 5 argentinos, 3 dinamarqueses, 2 suecos, 2 belgas, 2 lichtensteinianos, 2 búlgaros, 2 letões, 2 franceses, 2 norte-americanos, 1 norueguês, 1 estoniano e 1 indiano.

Do ponto de vista ambiental, cabe destacar a preocupação da CTNP quanto aos possíveis danos causados ao solo, uma vez que

Em 1930, o então chamado Patrimônio Três Bocas não passava de um acampamento de pioneiros, aberto na clareira circundada pela imponente mata de terra roxa, onde sobressaíam grandes perobas e paus-d'alho. Algumas casas de madeira balizando ruas recentemente abertas. Aqui e ali restos da primeira derrubada: raízes de árvores imensas apontado (*sic*) para o alto, troncos semi-carbonizados, vestígios de cinzas. Era o primeiro contato do homem com uma das regiões mais férteis do País. E era também uma advertência. A derrubada e a queima da floresta deveria se fazer de acordo com critérios conservacionistas, sob pena de se perder rapidamente a fertilidade do solo, embora este fosse de invulgar qualidade. (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 76)

A missão de impedir que essa destruição continuasse ficou a cargo do gerente da CTNP, Arthur Thomas (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE

DO PARANÁ, 1975, p. 76). No entanto, deve-se compreender que naquela época o desmatamento era um sinônimo de desenvolvimento, e muito pouco era feito para impedi-lo. Ainda assim, ao que tudo indica, as ações de Arthur Thomas não foram suficientes, ou os seus sucessores e o governo não tiveram as mesmas preocupações, uma vez que restaram poucos exemplares da floresta que aqui existiu. Cabe ressaltar que o interesse da CTNP era a venda das terras e não a preservação ambiental. Porém, como não faz parte dos nossos objetivos, uma análise mais aprofundada dos danos ambientais provocados pela CTNP, este aspecto deixará de ser abordado.

Em 1939, devido a Segunda Guerra Mundial, “a Inglaterra passou a necessitar de recursos em escala cada vez maior para fazer face às suas imensas despesas” (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 97). Além disso,

As mudanças políticas no Brasil, depois de 1937, tornaram a posição das empresas estrangeiras no país cada vez mais aleatória. O governo federal apossou-se da estrada de ferro. Os acionistas britânicos passaram a ter cada vez maiores dificuldades para receber os lucros dos investimentos feitos no Brasil, onde a exportação de capitais passou a ser severamente controlada e os impostos sobre os ganhos estrangeiros, tornaram-se proibitivos. (MONBEIG, 1984, p. 239-240)

Dentre as empresas colocadas à venda pelo governo inglês estava a Companhia de Terras Norte do Paraná que, em 1944 passou a ser controlada por brasileiros. Assim, a venda da CTNP para um grupo de capitalistas paulistas coincidiu com os interesses do governo Vargas, que estimulava a nacionalização das empresas estrangeiras.

A totalidade das ações foi absorvida por quatro grupos – Gastão Vidigal, Gastão de Mesquita Filho, Arthur Bernardes Filho e irmãos Soares Sampaio – dos quais somente o primeiro podia ser considerado ligado à situação política vigente. Mas algumas dificuldades foram logo superadas e o governo federal foi cientificado de que os pretendentes aceitavam a condição imposta por Getúlio Vargas: comprar a estrada de ferro dos ingleses por 128 mil contos e entregá-la ao poder público por 88 mil. [...] Posteriormente, os grupos Arthur Bernardes Filho e Soares Sampaio venderam a sua parte aos grupos Sul América e Matarazzo, os quais, por sua vez, cederam mais tarde aos dois grupos fundadores, Vidigal e Mesquita, a parcela

acionária que haviam adquirido. (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 99)

Segundo Monbeig (1984, p. 240), “tornando-se nacional, a Companhia de Terras do Norte do Paraná não perdeu o caráter de empreendimento puramente comercial” . Ou seja, a mudança de acionistas não mudou os interesses que se tinha na região – a venda de terras. A aquisição de terras foi, na fase inicial, o principal atrativo para a ocupação da região. “Londrina foi colonizada por europeus e asiáticos de 33 nações, além dos brasileiros que, atraídos pela fama da fertilidade da terra roxa aqui se fixaram” (SILVA, 1996, p. 35).

Em 1951, a Companhia de Terras Norte do Paraná passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Tal mudança “nasceu da necessidade de diversificar as atividades da Companhia de Terras Norte do Paraná, que acabaria por cessar suas atividades com o término das terras disponíveis para venda” (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 112). Para melhor compreender os motivos que levaram ao fim da venda de terras e as novas empreitadas da Companhia Melhoramentos, vale citar as palavras de Hermann Moraes Barros:

Quando assumi o cargo de Diretor Gerente da Companhia de Terras Norte do Paraná, o Dr. Gastão de Mesquita Filho havia iniciado negociações com o Governador do Estado do Paraná Moisés Lupion com o objetivo de adquirir do governo, na margem esquerda do rio Ivaí, mais uma gleba de 100 mil alqueires, contígua à que a empresa já possuía na região. As negociações avançaram e o governador solicitou permissão do Senado Federal para efetuar essa venda. Houve grande demora na tramitação da matéria e quando a autorização foi finalmente dada a gleba de terras já estava ocupada por posseiros e também por portadores de títulos do Estado. Verificada a impraticabilidade de levar avante a aquisição da nova área, o Dr. Gastão de Mesquita Filho, temendo os efeitos da inflação, deliberou que se aplicasse a vultosa reserva financeira constituída para a compra de novas glebas em empreendimentos industriais, sempre que possível dentro do território paranaense. Pesquisou calcáreo (*sic*) e como não o encontrasse no Estado do Paraná, constituiu a fábrica de cimento Portland Maringá, no Município de Itapeva, Estado de São Paulo, muito próximo da fronteira paranaense. Além disso, assumiu o controle acionário da Empresa Elétrica de Londrina, partindo imediatamente para a construção da usina hidrelétrica do Apucarantina. Adquiriu a Usina de Açúcar Jacarezinho e tornou-se o maior acionista da Companhia Brasileira de Material Ferroviário – Cobrasma – e da Braseixos. (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 112 - 114)

Cessadas as vendas de terras pela CTNP, a agricultura passou a ser o grande destaque no desenvolvimento da região. As lavouras de café influenciaram o desenvolvimento urbano de Londrina a tal ponto que, segundo Marx (1980, p. 34), a planta da cidade de 1962, apresenta “traçado típico das muitas e recentes povoações devidas ao café: regularidade, conformação arredondada, núcleo nítido, contorno definido” . Porém, não é correto afirmar que a cafeicultura foi, isoladamente, responsável pelo traçado da cidade – houve, também, o planejamento da CTNP.

Londrina, como as demais cidades criadas pela Cia. de Terras norte do Paraná, teve sua planta pré-estabelecida. Nota-se sua artificialidade pela forma aproximadamente quadrangular que possui e pelo traçado rigorosamente simétrico das ruas, que se assemelham a de um tabuleiro de Xadrez. Faz exceção a Av. Paraná, a principal da cidade, que a atravessa acompanhando o alto do espigão e que nada mais é que a continuação da estrada de rodagem que vem de Jataizinho. (PRANDINI⁴, 2007, p. 89).

Uma atribuição positiva à cafeicultura é o fato dela ter dado destaque à região, atraindo trabalhadores de outros estados, o que, conseqüentemente, influenciou o crescimento populacional de Londrina.

Londrina e a região norte-paranaense apresentaram um dos índices mais expressivos de crescimento populacional nas décadas de 40 a 60. A principal causa do afluxo populacional para o Norte do Paraná foi a cafeicultura, tendo como principal procedência os Estados de São Paulo, Minas Gerais e os Estados do Nordeste. (SILVA, 1996, p. 51)

Complementando a questão do grande crescimento populacional destaca-se que

Na década de 40, houve um grande crescimento da cidade. As primeiras fortunas e a fama da terra roxa atraíam milhares de pessoas atrás de riqueza. Entre os anos 40 e 50, a população aumentou 73,26%, uma taxa expressiva comparada com a taxa nacional do mesmo período, de 25,69%. Todo tipo de negócio prosperava em Londrina: hotéis, pensões, bares, casas comerciais. A cidade tinha 878 estabelecimentos comerciais, 45 hotéis e pensões, quatro cinemas, 154 consultórios e escritórios de profissionais liberais. A urbanização crescia em toda a região. (JANUZZI, 2005, p. 90)

⁴ Artigo originalmente publicado nos *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, v. 6, t. 1, 1951 – 1952. São Paulo: AGB, 1954.

Tal crescimento pode ser verificado ao se constatar que Londrina “foi projetada para uma população de 20.000 habitantes” (GRASSIOTTO, 2000, p. 186). Porém, esse projeto inicial (Figura 02) não foi mantido, uma vez que a cidade “sofreu grande impacto com o surto de desenvolvimento rápido, fazendo com que alcançasse hoje, perto de 500.000 habitantes incluídos seus distritos” . Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, a população londrinense, nas áreas urbana e rural, era de 447.065 habitantes (Tabela 02). Apenas como informação adicional, uma vez que não faz parte dos nossos objetivos, complementa-se a informação inicial deste parágrafo, destacando que não há um consenso sobre o número estimado de habitantes no projeto inicial da cidade. Segundo Januzzi (2005, p. 88):

O engenheiro Alexandre Rasgulaeff foi o autor do projeto inicial de Londrina. Sua proposta baseava-se numa malha ortogonal em forma de xadrez, de aproximadamente quatro quilômetros quadrados, com as ruas dispostas nos sentidos norte-sul e leste-oeste, com a região central situada no ponto mais alto do espigão. A previsão era para um número estimado de 30.000 habitantes, a cidade deveria servir de apoio para as outras cidades da região e nos seus arredores deveriam existir pequenas propriedades rurais para prover a cidade.

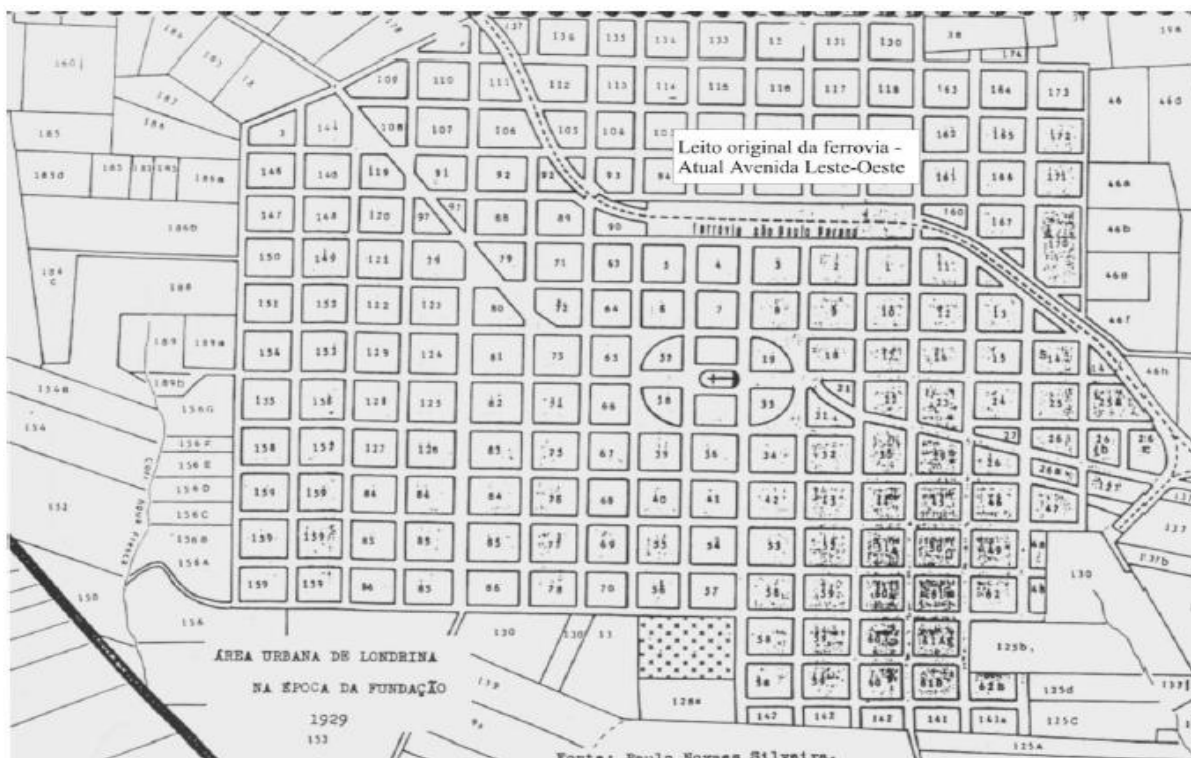


Figura 2 – Área urbana de Londrina em 1929⁵.
Fonte: ASARI e TUMA, 1978, p. 41 (apud SILVA, 2003, p. 38).

O crescimento urbano ter excedido o projeto inicial não é um fato recente. Em artigo publicado em março de 1956, Müller explica o traçado de Londrina e afirma que a cidade já havia atingido seus limites.

Localizada sobre o espigão mestre, a cidade, devido ao seu plano quadrangular, ultrapassou-o um tanto nos seus limites setentrionais e meridionais, onde atinge parte das vertentes: por esse motivo, além da ondulação suave do divisor de águas (com altitudes locais variando entre 570 – 600 m), a topografia urbana se movimentou para a periferia. O traçado rigorosamente geométrico superpõe-se ao terreno sem quaisquer adaptações, resultando algumas ladeiras na orla e no centro da cidade (a praça principal e a Matriz de Londrina ocupam uma pequena elevação). A simetria do traçado é apenas quebrada pelas curvas em S, paralelas, traçadas de L-NW pela

⁵ Sobre a Figura 02, Silva (2003, p. 39) destaca que, observa-se a presença da ferrovia São Paulo Paraná (eixo onde atualmente se encontra a Avenida conhecida como “Leste-Oeste” que constituiu, por muitos anos, uma barreira na determinação e formação de enclaves, no que se refere aos padrões residenciais, pois se tinha, nitidamente, a diferenciação entre as duas áreas: ao sul da ferrovia, moradia da elite e, ao norte da ferrovia, a moradia da população de baixo poder aquisitivo, sendo essa primeira expressão da segregação no espaço urbano de Londrina. Este fato permaneceu, em parte, no imaginário da população mais antiga, mesmo com a retirada da ferrovia do local, nos anos de 1980, quando foi construída uma avenida que facilitaria a conexão entre as áreas leste e a oeste da cidade.

estrada de ferro e pelo prolongamento, dentro do perímetro urbano, da estrada de rodagem. (MÜLLER⁶, 2007, p. 52)

Dessa forma, apesar de não haver consenso, reconhece-se que a população do município extrapolou as expectativas dos projetos iniciais. Tal crescimento, obviamente, acarretou problemas urbanos como congestionamentos e falta de habitações.

Tabela 2 – Evolução da população residente no município de Londrina – 1950/2000.

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE						TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO
	Urbana		Rural		Total		
	Número	%	Número	%	Número	%	
1940	11.175	36,90	19.103	63,09	30.278	100,00	-
1950	34.230	47,93	37.182	52,07	71.412	100,00	-
1960	77.382	57,40	57.439	42,60	134.821	100,00	6,60
1970	163.528	71,69	64.573	28,31	228.101	100,00	5,40
1980	266.940	88,48	34.771	11,52	301.711	100,00	2,82
1991	366.676	94,00	23.424	6,00	390.100	100,00	2,30
1996	396.121	96,19	15.679	3,81	411.800	100,00	-
2000	433.369	96,94	13.696	3,06	447.065	100,00	2,02

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000; Contagem da População 1996 (apud, LONDRINA, 2007, p. 25)

A influência inglesa pode, novamente, ser confirmada ao se considerar que,

[...] no caso específico do traçado de Londrina, existem semelhanças, em muitos aspectos, às cidades-jardim inglesas do início do século XX. Estas iniciativas urbanas tiveram um importante significado cultural na Inglaterra daquele momento e, certamente, influenciaram a concepção das cidades realizadas na América do Sul. Como conseqüência daquele movimento destaca-se a fixação do perímetro urbano e sua vinculação, ao redor, à uma zona agrícola em forma de coroa circular – o chamado “cinturão verde” –, no qual deveria ocorrer todo o aumento futuro. Tal característica estava presente no plano original inglês de Londrina. (CASTELNOU, 2002, p. 41)

⁶ Artigo publicado originalmente no Boletim Paulista de Geografia, n. 22, p. 55 – 97, março, 1956.

O crescimento, rápido e descontrolado, trouxe, inevitavelmente, problemas sociais. Souza e França (2004, p. 4) afirmam que: “sem tradição industrial⁷, a cidade deixa de absorver os trabalhadores recém-chegados e estes passam a sofrer um processo de pauperização. Terrenos públicos na periferia começam a ser ocupados ilegalmente formando os ‘bolsões de pobreza’”. As autoras analisaram que, na década de 1960:

a segregação espacial começa a ficar evidente no espaço urbano, com o crescimento dos ‘pontos de favelização’, e de loteamentos esparsos pontificando nas áreas rurais no meio dos cafezais. Dados da Companhia de Habitação de Londrina (COHAB) revelam que existiam quatro favelas até o final da década (SOUZA E FRANÇA, 2004, p. 4).

Em contrapartida, ao mesmo tempo em que começam a surgir as primeiras favelas na cidade, “na década de 60, começa a crescer a verticalização no centro da cidade e aumenta o adensamento urbano da população de média e alta renda” (JANUZZI, 2005, p. 90).

O processo de mecanização da agricultura e as geadas ocorridas na região na década de 1970 aceleraram o deslocamento da população da zona rural para a urbana. Nessa década ocorre o aumento do número de favelas em Londrina (agravado na década de 1990), fato que se evidencia não só pela população que abandona as áreas rurais, mas também pela que deixa as cidades pequenas em busca de mais oportunidades de trabalho e serviço nas cidades maiores, “que passaram a ser pólos da região” (SOUZA e FRANÇA, 2004, p. 4). Na década de 1970,

[...] a supremacia do café chega ao fim. O Brasil perde 226.000 empregos rurais, que não foram absorvidos pela pecuária e pelas culturas de soja, trigo e milho, mecanizáveis, de acordo com Razente (1983). Isto representou, para o Estado do Paraná, uma grande transformação não somente produtiva e conseqüentemente econômica, mas também social. Ocorreram grandes fluxos migratórios do campo para a cidade [...] aumentando os índices de urbanização da cidade (JANUZZI, 2005, p. 90 – 91).

⁷ Apesar da afirmação do autor, ressalta-se a Tabela 01 (p. 20) que demonstra que, comparado com o restante do Paraná, Londrina se destaca industrialmente.

A Tabela 02 demonstra a evolução da população residente no município no período de 1940 a 2000. A tabela ilustra o grande crescimento da população urbana, principalmente a partir da década de 1970, enquanto a porcentagem da população rural no total de habitantes do município tornou-se pouco expressiva na última metade da década de 1990.

Pode-se afirmar, então, que o êxodo rural ocorrido a partir da década de 1970 foi responsável por uma grande massa de trabalhadores que deixaram o campo em busca de oportunidades de emprego na cidade, aumentando consideravelmente a população urbana de Londrina no período⁸. Segundo Santos (1989, p. 26 - 54):

O êxodo rural é um fenômeno complexo nos países subdesenvolvidos. Trata-se de forte contingente migratório que, favorecido pelo desenvolvimento da rede viária, se dirige para as cidades e acaba sendo instrumental, em grande parte do crescimento urbano. É comum afirmar-se que a atração urbana é de ordem psicológica, sendo a cidade mais um receptáculo do que um pólo de atração. [...] Em muitos países, as camadas mais baixas correspondem, geralmente, à população formada de todos os migrantes vindos do campo e sem nenhuma qualificação para trabalhos na cidade. A maior parte dos pobres não recebe salário fixo, vivendo de atividades inseguras, ocasionais, transitórias, mal pagas. Entre eles o desemprego, mascarado ou não, é uma constante.

Do ponto de vista comercial, Londrina foi, desde seus primórdios, “ponto de compra e venda dos principais produtos agrícolas, principalmente centro de exportação de café via Santos” , além de ser um “centro distribuidor e atacadista de produtos diversos vindos de todas as regiões brasileiras e importados de várias capitais internacionais” (GRASSIOTTO, 2000, p. 183). Segundo Bragueto (2007b, p. 5), “historicamente a cidade de Londrina desempenha o papel de cidade média, apresentando relações intensas com outras cidades de porte maior, assim como com as cidades próximas, entre as quais Ibiporã, Cambé, Rolândia, Arapongas e Apucarana” .

⁸ O Paraná foi palco de transformações no campo, tratadas por diversos autores como “modernização conservadora”, “Revolução Verde” ou “tecnificação do campo”. Sobre essa temática, sugere-se a leitura das obras de Argemiro J. Brum, Vanessa Freischfresser, Francisco Graziano Neto, José Graziano da Silva, George Martine, Ruy Moreira e Bernardo Sorj, presentes na bibliografia deste trabalho.

Londrina apresenta três fases claras de desenvolvimento. A primeira fase está atrelada ao comércio de terras promovido pela Companhia de Terras Norte do Paraná (e posteriormente pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná) de 1930 a 1950. No entanto, a primeira e a segunda fase ocorrem simultaneamente, uma vez que a venda de terras pela Companhia Melhoramentos cessa no início da década de 1950, e a segunda fase, influenciada pelo desenvolvimento da agricultura (principalmente da cafeicultura), ocorre no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1970. Segundo Silva (2003, p. 39),

o rápido crescimento do município de Londrina deveu-se basicamente à forte produção agrícola decorrente, principalmente, da economia cafeeira que gerou uma atração de capitais para essa região e lhe serviu de base econômica até os anos de 1970.

A partir da década de 1970, ocorre a decadência da agricultura cafeeira na região e é, também, período de expressivo aumento da população urbana frente a uma considerável diminuição da população rural que persiste até os dias atuais. Destacam-se dois fatores importantes sobre a diminuição da população rural e a decadência da cafeicultura nesse período: a geada negra de 1975, que provocou o endividamento de muitos produtores de café que acabaram vendendo suas propriedades e migrando para as cidades e a modernização da agricultura, ocorrida com a chamada Revolução Verde.

A partir de meados da década de 1960, vários países latino-americanos engajaram-se na chamada “Revolução Verde”, fundada basicamente em princípios de aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização, criando a idéia que passou a ser conhecida (BALSAN, 2006, p. 146)

A geada negra de 1975 é um exemplo do que Müller chama de geada preta, que é muito mais prejudicial à agricultura que a geada branca. Segue-se a explicação da autora sobre como esses fenômenos ocorreram:

O Norte do Paraná é atingido pelos dois tipos de geada: a “branca” e a “preta”, a primeira também muito comum no Estado de São Paulo. A geada branca corresponde a um “golpe de frio” local: graças à irradiação noturna, ocorre a inversão de temperatura, aparecendo então brumas frias e geadas nos vales e depressões do

terreno. A geada branca ocorre principalmente no Inverno e é para escapar à sua ação que os cafezais procuram as terras mais altas e, no Norte do Paraná, de preferência as vertentes ensolaradas, de orientação N e NW. A geada preta ocorre quando a frente polar avança, facilitada pelo recuo da massa Tropical-Atlântica. O encontro das duas massas provoca tempestades, seguidas de brusca queda de temperatura: as plantas, carregadas de umidade não evapora (sic), são então queimadas por congelamento. O perigo da geada preta para os cafezais é incomparavelmente maior que o da “branca” : ocorrendo no início do Verão, quando as plantas não estão em repouso vegetativo, ela aniquila e mata, comprometendo seriamente a safra. Por várias vezes, principalmente nos anos de 1942, 1953 e 1955, o Norte do Paraná foi duramente atingido pela geada preta, fato que comprova estar a região no limite mais meridional em que o café pode ser plantado sem definitivas impossibilidades climáticas. (MÜLLER, 2007, p. 24)

Esses fatores levaram, também, à substituição das lavouras de café (cultura permanente) pelas de soja (cultura temporária) na região. No item seguinte será analisado o desenvolvimento industrial e comercial da cidade de Londrina

1.2 O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA CENTRAL – A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO (FORMAL E INFORMAL)

Londrina, segundo Castelnou (2002, p. 20), na década de 1930, era formada, basicamente por “um amontoado de casas de madeira, com seus amplos telhados, estas distribuídas segundo a malha quadriculada do plano inglês de ocupação territorial” . Na época, a madeira encontrada em abundância na região era utilizada na construção das casas, sendo quase todas muito simples, feitas de troncos de palmito, no entanto, havia, também, algumas poucas casas de melhor qualidade, pertencentes a imigrantes alemães, como no relato a seguir:

[...] Quase todas as casas são feitas de troncos de palmito cortados pelo meio, no sentido longitudinal, e o telhado é constituído por pequenas taboinhas de madeira dispostas como telhas. O chão interno preparado de modo grosseiro é de terra socada; duas ou três janelas providas de taipas de madeira garantem a aeração das peças separadas por tabiques de troncos de palmito que não chegam até o teto. Perto da casa de morada são construídos os ranchos necessários ao serviço da lavoura: a “manjuira” onde secam os grãos de café e as espigas de milhos, o galinheiro e o inevitável

chiqueiro para criação de porcos. Às vezes, uma morada construída por imigrantes alemães mostra um acabamento melhor: paredes de taboas serradas e reunidas com cuidado, soalho de taboas, janelas maiores e como supremo luxo uma adega de alvenaria de pedramotivo de um justo orgulho neste pequeno domo (sic) onde tudo é de madeira desde a boca do poço até o lavador de roupa. (MONBEIG, 2007, p. 5 – 6)

As primeiras residências surgiram na Avenida Paraná, onde hoje localiza-se o “Calçadão” de Londrina. A ocupação da área não se deu de forma espontânea, pois a variação no preço dos terrenos comercializados pela CTNP determinou as áreas nobres da cidade.

Inicialmente, embora inteiramente demarcada, Londrina cresceu ao longo da Avenida Paraná, que vem a ser o prolongamento da rodovia, e desta avenida para o Norte, em direção à estrada de ferro. Essa primeira ocupação seguiu certo zoneamento: enquanto o comércio se adensava na praça central e ruas vizinhas, as residências se espalhavam pela Avenida Paraná e proximidades e os estabelecimentos de comércio atacadista e pequenas indústrias procuravam a estrada de ferro. Posteriormente, com o crescimento da cidade, toda a área ao Sul da Avenida Paraná tornou-se residencial, sendo que a SW se desenvolveu o bairro “chic” de Londrina (Avenida Higienópolis e adjacências). Esse zoneamento, embora relativamente espontâneo, foi, no entanto, indiretamente orientado pela Companhia devido à diferença de preço dos terrenos. (MÜLLER, 2007, p. 53 – 54)

A CTNP orientou, também, a ocupação dos arredores de Londrina. No entanto, apesar de ter sido planejada para ser um centro de atração econômica, destacando-se em meio aos pequenos núcleos criados na região, a CTNP não criou um projeto especial para a ocupação de suas áreas periféricas.

Nos arredores da cidade, o terreno foi vendido em lotes para chácaras e sítios; esses lotes têm a forma predominante retangular, apoiando-se de um lado nas estradas de rodagem e de outro nos pequenos ribeirões que existem em grande número na região; aliás, esse é o tipo de loteamento de toda a região colonizada pela Cia. de Terras Norte do Paraná. (PRANDINI, 2007, p. 91)

Ainda antes da década de 1940, começaram a surgir as primeiras construções de alvenaria, “predominantemente Art Déco, além de construções ecléticas ou que, de alguma forma, prenunciavam a sua modernização” . Segundo Castelnou,

Contudo, foi na passagem da década de 40 para 50 que a transformação do cenário arquitetônico londrinense foi decisiva, acontecendo de forma bastante acelerada, devido à implantação de exemplares modernistas. Houve um encadeamento de iniciativas que, em um pequeno intervalo de tempo, promoveu a alteração da paisagem por completo. Construções modernas proliferaram, promovendo uma mudança no seu aspecto, que adotava uma linguagem que expressava seus ideais de desenvolvimento (CASTELNOU, 2002, p. 20 – 21)

As edificações da década de 1950 cumpriam duas funções: atender a necessidade funcional emergente e “refletir a idéia de progresso” - através das construções que apresentavam traços modernistas. A intensa verticalização ocorrida nas décadas de 1960 e 1970 culminou no surgimento de “verdadeiros monumentos (que) tornam-se signos do futuro, cujas formas constituíram-se em referenciais para toda a população e marcaram a fase de industrialização da cidade” (CASTELNOU, 2002, p. 21).

Como já se observou, nos anos 50 e 60, ocorreram fatos de ordem conjuntural e estrutural que acabaram alterando toda a cidade de Londrina a nível físico-espacial. Este desenvolvimento acelerado pode ser explicado pela transferência dos lucros gerados pela economia cafeeira para a área urbana, especialmente para a indústria, devido às instabilidades climáticas e oscilações de preços. Além disso, houve o estímulo do governo estadual, através de isenção de impostos e financiamentos a baixos custos, para implantação de indústrias, assim como a colocação de subsidiárias paulistas na região norte - paranaense, aproveitando os resultados desencorajadores devido à alta inflação da época e superprodução do café. (CASTELNOU, 2002, p. 213)

Na Tabela 02 (p. 32) observa-se o crescimento populacional urbano ocorrido na década de 1960, em comparação com a década de 1950, quando a população urbana supera a rural, com 57,4% da população residente no núcleo urbano.

A partir da década de 1970, observa-se a constante diminuição da população rural, período em que ocorre a decadência da cafeicultura na região. A diminuição do crescimento da população rural intensificou-se nas décadas seguintes, como pode-se observar melhor na Tabela 03.

Neste contexto, o traçado urbano se desenvolveu da seguinte forma:

Londrina teve seu traçado estabelecido desde o início como um “tabuleiro de xadrez”, ou seja, uma retícula formada por quadriláteros com dimensões de cerca de 100 metros e divididos em lotes de 20 e 24 m de testadas, a qual era cortada pelas principais vias de circulação, além da espinha dorsal de penetração definida pela rodovia-ferrovia. A malha seria um padrão rígido em rede ortogonal, de contornos definidos e sem declividades excessivas, com ruas de nove metros em dois sentidos. O seu centro teria formato elipsoidal, formando uma área central, no qual deveria se situar a catedral, com quatro praças em arco: as atuais Willie Davids, Primeiro de Maio, Gabriel Martins e Sete de Setembro. Neste circuito redondo, deveriam ficar lojas, bancos e serviços. Assim, Londrina apresentava um traçado típico entre as muitas e recentes povoações devidas ao café, caracterizado pela regularidade, conformação arredondada, núcleo nítido e contorno definido, diferindo da maioria das cidades brasileiras tradicionais, geralmente de ocupação espontânea e irregular. (CASTELNOU, 2002, p. 39 - 41)

Tabela 3 – Crescimento percentual da população do município de Londrina 1950/2000

ANO	CRESCIMENTO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO (%)		
	Urbana	Rural	Total
1940/50	206,31	94,63	135,85
1950/60	126,06	54,48	88,79
1960/70	111,33	12,42	69,19
1970/80	63,24	-46,15	32,27
1980/91	37,36	-32,63	29,29
1991/00	18,18	-41,53	14,60

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000; Contagem da População 1996 (apud, LONDRINA, 2007, p. 25) (modificado por Guilherme da Silva Ribeiro)

Na década de 1980, o setor terciário se consolida como principal setor produtivo da cidade. No mesmo período, surgem os conjuntos habitacionais da região norte (populares) e condomínios residenciais da região sul (classes de maior poder aquisitivo).

Na década de 80, verificou-se uma expressiva produção do setor terciário, que chegou a representar 67,2% do total produzido na cidade, seguido por 29% do setor secundário e por 3,8% do setor primário, de acordo com o Plano Diretor [...] a ênfase da ocupação do espaço se dá no sentido norte-sul. No norte, consolidam-se os Cinco Conjuntos, com suas habitações populares, enquanto as classes média e a alta dirigem-se para o sul, estimuladas pela presença do campus da UEL e pelo Lago Igapó, como mostra o Plano Diretor. (JANUZZI, 2005, p. 91)

A década de 1990 refletiu o desenvolvimento das décadas anteriores. Londrina, nesse período, já se destacava não só como referência na região norte do Paraná, mas em toda a região Sul do país. O desenvolvimento das áreas residenciais não mais se restringia somente à zona central, merecendo destaque a zona Norte – área de expansão urbana que passou a concentrar grande número de conjuntos habitacionais.

Londrina se consolidou como Pólo Regional de bens e serviços e se tornou, definitivamente, a terceira mais importante cidade do Sul do Brasil na década de 90, quando foi desenvolvido o primeiro Plano Diretor. Neste período a cidade apresentava uma estrutura voltada para áreas residenciais em praticamente todo seu território, destacando a região central em razão do desenvolvimento da construção civil, refletida em inúmeros edifícios de padrão médio e alto. A região Norte da cidade, que nas décadas anteriores se enquadrava como região rural, revelou-se como maior área residencial da cidade, apresentando uma concentração de conjuntos habitacionais financiados pelo BNH. (LONDRINA, 2007, p. 14)

Os conjuntos habitacionais da zona Norte passaram rapidamente a concentrar grande parte da população e, segundo o Censo Demográfico de 2000, já era a área mais populosa do município (Tabela 04).

Observa-se na Tabela 04 uma população urbana total, no ano 2000, de 424.696, enquanto na Tabela 02, essa população é de 433.369. Essa diferença se deve ao fato da Tabela 04 tratar apenas da população da área urbana da sede, enquanto a Tabela 02 considera, também, a população urbana dos distritos.

Tabela 4 – População, por regiões, da área urbana da sede do município de Londrina – 2000.

REGIÕES	POPULAÇÃO DA ÁREA URBANA DA SEDE		
	Homens	Mulheres	TOTAL
Centro	38.602	46.131	84.733
Leste	38.797	41.450	80.247
Norte	52.037	54.722	106.759
Oeste	40.167	42.556	82.723
Sul	34.600	35.634	70.234
TOTAL	204.203	220.493	424.696

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 (apud, LONDRINA, 2007, p. 26)

O desenvolvimento da zona norte – que deixou de ser rural e tornou-se, hoje, a que concentra a maior parte população do município – seguiu uma lógica de ocupação capitalista. Aliás, a cidade surge como uma reprodução do capitalismo. Londrina, nesse caso, não é exceção. Segundo Santos (1982b, p. 47):

O sistema de cidades constitui o arcabouço econômico, político, institucional e sócio-cultural de um país. A rede urbana é um conjunto de aglomerações produzindo bens e serviços junto com uma rede de infra-estrutura de suporte e com os fluxos que, através desses instrumentos de intercâmbio, circulam entre as aglomerações.

Como se verificou na análise histórica sobre o município feita no item 1.1, Londrina apresentou diferentes fases de desenvolvimento, no entanto, todas estavam ligadas aos meios de produção capitalistas. A crescente importância comercial do município é observada ao se considerar que “década a década, verifica-se que Londrina teve um crescimento constante, consolidando-se como principal ponto de referência do Norte do Paraná, bem como exercendo grande influência e atração regional” (LONDRINA, 2007, p. 14). Nesse contexto, o centro desenvolve-se como ponto principal da cidade, onde ocorre a concentração de fluxos. Segundo Silva (2003, p. 23):

a cidade pode ser considerada como espaço de produção, circulação e consumo, portanto, inserida na lógica capitalista, que suscita a necessidade de concentrar equipamentos, atividades e serviços de modo que as relações econômicas e sociais possam conquistar maior dinamicidade [...] As áreas centrais constituem uma atração, expressando centralidades urbanas, que podem ser múltiplas numa mesma cidade e devem ser entendidas a partir dos fluxos de pessoas, automóveis, capitais, decisões, informações e, sobretudo, mercadorias.

A área central de Londrina é o local onde concentra-se a maior parte dos camelódromos⁹ da cidade, cabendo lembrar que os centros comerciais das cidades capitalistas não são, necessariamente, os centros geográficos das mesmas.

⁹ No item 2.2 deste trabalho explica-se porque o camelódromo não pode ser considerado um Shopping Center. Por ausência de definição sobre o que é um camelódromo, considerou-se que estes são: estabelecimentos comerciais que concentram grande quantidade de lojas de produtos variados, sem loja âncora, estacionamento próprio ou área de lazer. Os camelódromos também são conhecidos por comercializarem produtos falsificados, de má qualidade, que, geralmente, são importados do Paraguai ou adquiridos em São Paulo de distribuidores especializados nesse tipo de mercadorias.

Trata-se de locais onde concentram-se bancos (setor financeiro), comércio (lojas) e prestação de serviços (públicos e privados). Por se tratar de um local onde ocorre, diariamente, grande fluxo de pessoas e concentrar a prestação de serviços, o centro não é voltado aos interesses habitacionais. Em outras palavras:

No interior da cidade, o centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes de tudo ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo. (SPOSITO, 1991, p. 6).

O centro apresenta-se, também, como local de desenvolvimento do setor terciário moderno. Segundo Carlos (2001, p. 21):

As áreas tradicionais se encontram densamente ocupadas, o sistema viário congestionado; além disso, os novos padrões de competitividade da economia, apoiada em um profundo desenvolvimento técnico, impõe outros parâmetros para o desenvolvimento dessa atividade. A superação dessa situação requer a construção de um novo espaço, como área de expansão, porque a centralidade é fundamental nesse tipo de atividade, não podendo instalar-se em qualquer lugar do espaço metropolitano. Todavia, na metrópole capitalista, densamente edificada, a expansão dessa área não se fará sem problemas.

Apesar de Carlos tratar da centralidade nas metrópoles suas afirmações explicitam problemas encontrados no centro de Londrina na atualidade.

Sobre esta área da cidade, Silva (2003, p. 40) destaca que:

O Centro Principal de Londrina foi constituído em área que havia sido destinada à formação inicial do núcleo urbano, portanto, uma das áreas mais antigas da cidade, que teve seu processo de consolidação vinculado aos “progressos” que os “desbravadores” alcançavam no cenário da produção agropecuária e imobiliária, sendo uma das expressões do poder das famílias que se sobressaíram economicamente na região e passaram a constituir suas residências, de elevado padrão, em tal área, que alcançou rápida valorização. Com isso, temos uma sobreposição, na área central de Londrina, das funções comerciais e de serviços à de moradia das classes de poder aquisitivo elevado, o que reforçou a centralidade de caráter único, porém, seletiva e excludente.

Ou seja, a ocupação de Londrina iniciou-se onde hoje se localiza o centro, a mesma área onde, também, iniciou-se o desenvolvimento comercial da cidade. A valorização do centro ocorreu devido à procura por imóveis na área, tanto para a instalação de comerciantes e prestadores de serviços, quando para criação de moradias. A fase do desenvolvimento comercial ocorreu na década de 1940, quando “aconteceu o fortalecimento da estrutura comercial de Londrina” . Nesse período ocorre “a instalação de atacadistas de gêneros alimentícios e de armazéns filiais de empresas paulistas, que vendiam para viajantes e demais moradores da cidade” . Entretanto, havia a dependência econômica em relação a São Paulo e outros centros industrializados, pois “a atividade produtiva limitava-se à elaboração da matéria-prima regional, através de máquinas de café e de cereais” (CASTELNOU, 2002, p. 45).

Quanto a industrialização da região, “o Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina, até o início dos anos de 1980 tinha sua estrutura produtiva diretamente vinculada à produção agrícola e apresentava um crescimento industrial pequeno” (BRAGUETO, 2007b, p. 12-13). Ainda segundo Braguetto (2007b, p. 84), o Aglomerado Urbano Industrial de Londrina “é caracterizado por uma cidade média, Londrina, pelo papel regional que desempenha no conjunto da rede urbana, por três cidades de porte médio, Apucarana, Araçongas e Cambé e duas cidades pequenas, Ibiporã e Rolândia” . Observa-se que,

A dinâmica industrial do Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina apresenta dois processos distintos. O primeiro está relacionado ao desenvolvimento dos ramos industriais tradicionais na região, intensivos em mão-de-obra e que, embora tenham importância em todos os municípios, apresenta uma maior especialização de certos ramos em determinados municípios.

O segundo está vinculado ao processo de transferências industriais, em geral da Região Metropolitana de São Paulo que ocorreram no final dos anos de 1990. Na maioria dos casos foram beneficiados pelos incentivos fiscais do governo estadual e invariavelmente receberam incentivos municipais (BRAGUETO, 2007b, p. 27-28)

No entanto, mesmo com o processo de transferências industriais ocorrido no final da década de 1990, ao analisar-se o Produto Interno Bruto (PIB) de Londrina (Tabela 05) por setor no início do século XXI, verifica-se a crescente

participação do setor terciário¹⁰ (prestação de serviços). A indústria apresentou pequena variação na participação do PIB do município mantendo uma média de 22,48% no período e o setor agropecuário apresentou a menor participação (não alcançando 3%). No período de 2004 a 2006 ocorreu um aumento de 3% no setor de serviços devido à diminuição da participação dos outros dois setores. Ressalta-se que cada setor vai apresentar participação diferente de acordo com o momento histórico que se analisa, ou seja, o destaque do setor terciário se deve às condições atuais, assim como ocorreu com o setor agropecuário nas primeiras décadas após a criação de Londrina.

A reprodução do ciclo do capital exige, em cada momento histórico, determinadas condições especiais. A dinâmica da economia metropolitana, antes baseada no setor produtivo industrial, vem-se apoiando, agora, no amplo crescimento do setor terciário moderno – serviços, comércio, setor financeiro –, como condição de desenvolvimento, em uma economia globalizada. (CARLOS, 2001, p. 21)

Tabela 5 – Produto Interno Bruto (PIB) de Londrina por setor - 2002/2006

Ano	Agropecuária (R\$ mil) ¹	Particip. (%)	Indústria (R\$ mil) ¹	Particip. (%)	Serviços (R\$ mil) ¹	Particip. (%)
2002	88.177	2,3	874.473	22,9	2.863.428	74,8
2003	132.679	2,9	1.051.630	22,8	3.438.231	74,4
2004	109.195	2,1	1.207.429	23,3	3.866.483	74,6
2005	75.424	1,4	1.212.547	22,3	4.144.811	76,3
2006	67.846	1,1	1.239.098	21,1	4.545.854	77,6

NOTA: A composição setorial foi calculada a partir do valor adicionado. ¹ A preços correntes.

Fonte: IBGE/IPARDES (apud, LONDRINA, 2008, p. 20)

¹⁰ Neste trabalho o setor terciário é considerado como formado por prestadores de serviços, no entanto, segundo Santos (1982b, p. 58): o terciário, hoje, permeia as outras instâncias (primário e secundário) cuja definição tradicional esmigalha e, sob formas particulares em cada caso, constitui o elemento explicativo da possibilidade de existência com êxito de inúmeras atividades, sobretudo daquelas mais importantes.

Segundo Santos (1989, p. 110), “o papel do setor terciário é muito grande no processo geral de desenvolvimento e, em particular, no desenvolvimento urbano, em países subdesenvolvidos” . A crescente importância do setor terciário na economia do município evidencia a sua vocação comercial. No entanto, deve-se considerar a abrangência do setor terciário, que inclui prestadores de serviços de diversas áreas, profissionais autônomos, comerciantes, funcionários públicos e de empresas particulares. Como estudar todas as ocupações pertencentes ao setor terciário não é um dos objetivos deste trabalho, a análise concentrar-se-á no setor comercial.

Quanto ao número de estabelecimentos comerciais e de serviços, Londrina apresentou, no período de 2000 a 2006, uma média de, aproximadamente, 10.000 estabelecimentos cada (Tabela 06). No mesmo período, o número de trabalhadores autônomos - que exercem atividade profissional remunerada sem qualquer vínculo empregatício – apresentou queda de, aproximadamente, 16,30% dos que possuem nível superior, 62,39% dos que possuem nível médio e 60,62% dos que possuem grau de escolaridade inferior ao nível médio (chamados na Tabela 06 de autônomos operacionais).

O setor de serviços e comércio é o que mais emprega pessoas na cidade (Tabela 07). Apenas ressaltando, o setor terciário é o que mais cresce na cidade, tanto em número de estabelecimentos, quanto em empregos gerados. Não se trata apenas de um crescimento momentâneo, mas do resultado de décadas de desenvolvimento e que, hoje, não apresenta a inconstância produtiva da agropecuária - que depende não só da administração e do mercado, mas também de fatores climáticos - ou a decadência do setor industrial, muitas vezes dependente de políticas públicas.

Tabela 6 – Número de estabelecimentos de comércio, serviços e autônomos do município de Londrina - 2000/2006

DISCRIMINAÇÃO	ANO						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Comércio	14.372	10.151	10.614	7.874	9.682	10.152	10.263
Serviços	13.612	10.735	12.595	8.460	10.098	10.358	10.689
Autônomos Nível Superior	- 3.222	2.720	2.914	2.847	2.715	2.769	2.697
Autônomos Nível Médio	- 3.850	2.877	1.737	1.996	1.643	1.508	1.448
Autônomos Operacional	- 21.557	19.587	12.109	10.647	8.287	8.261	8.489

Fonte: PML/Secretaria de Fazenda – Cadastro Mobiliário por atividade – ISS (apud, LONDRINA, 2007, p. 73)

As análises das informações contidas neste capítulo comprovam o desenvolvimento do setor terciário de Londrina, bem como sua importância no PIB do município. No entanto, considera-se desnecessário analisar mais aprofundadamente o setor terciário do município como um todo, uma vez que o objeto de pesquisa deste trabalho é o comércio formal da área circunvizinha ao Camelódromo de Londrina, e esse será o foco principal dos capítulos seguintes.

Delimita-se a área de pesquisa como a ocupada pelas ruas: Sergipe, entre as ruas Duque de Caxias e Minas Gerais; e Mato Grosso, entre as ruas Benjamin Constant e Maranhão (Figura 01, p. 13).

Tabela 7 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e grandes grupos de ocupação no trabalho principal, no município de Londrina – 2000

GRUPOS DE OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL	SEXO		TOTAL
	Masculino	Feminino	
Membros superiores no poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, e gerentes	⁽¹⁾ 8381	3874	12255
Profissionais das ciências e artes	8459	9291	17750
Técnicos de nível médio	12428	7940	20368
Trabalhadores de serviços administrativos	⁽²⁾ 9124	13399	22523
Trabalhadores de serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	27840	39129	⁽³⁾ 66969
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca	7693	1866	9559
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	36717	7765	44482
Trabalhadores de reparação e manutenção	4555	51	4606
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	990	30	⁽⁴⁾ 1020
Ocupações mal especificadas	964	373	⁽⁵⁾ 1337
TOTAL	117151	83718	200869

(1) Segundo o IBGE, este número corresponde a 8.382

(2) Segundo o IBGE, este número corresponde a 9.125

(3) Segundo o IBGE, este número corresponde a 66.968

(4) Segundo o IBGE, este número corresponde a 1.021

(5) Segundo o IBGE, este número corresponde a 1.336

Fonte: IBGE – Censo de Demográfico 2000 (Primeiros Resultados da Amostra) (apud, LONDRINA, 2007, p. 43)

Embora a área pesquisada seja melhor analisada no capítulo 4, considerou-se mais coerente analisar no final deste capítulo algumas informações sobre a Avenida Paraná - importante área comercial da região Central – e a Rua Sergipe.

Na Avenida Paraná está localizada uma importante referência comercial: o “Calçadão” do centro da cidade, por onde “circulam 40.000 pessoas por dia e aproximadamente 9.000 carros nas imediações” (GRASSIOTTO, 2003, p. 80). A Avenida Paraná não faz parte do nosso recorte espacial, no entanto, como se verá no capítulo 4, a sua importância para o comércio da região central transformou-a num dos limites de nosso recorte espacial. Sobre o Calçadão da Avenida Paraná, Castelnou destaca que

Foi também nessa época [década de 1970] que surgiu um plano de reestruturação para a área central de Londrina, predominantemente comercial e que concentrava os principais serviços urbanos. Marcando o início de uma série de intervenções da administração municipal sobre a paisagem do núcleo pioneiro, que ocorreriam na década seguinte, realizou-se o calçamento de parte da Avenida Paraná, em 1977, criando-se o chamado Calçadão, compreendido originalmente pelas ruas Pernambuco e Minas Gerais, trecho bastante utilizado para passagem no sentido leste-oeste, o que prejudicava a sua vocação para comércio e serviços. Para isto, utilizou-se como modelo a experiência curitibana, adotando o piso em petit pavet e as luminárias públicas de inspiração na araucária. (CASTELNOU, 2002, p. 219)

Segundo Silva (2003, p. 40), o Calçadão “expressa uma forte centralidade e, ainda, constitui-se como um símbolo do ‘Centro de Londrina’” . Além disso, “possuía estabelecimentos que atendiam a várias demandas sociais e numa escala regional, constituindo uma centralidade interurbana com atividades diversificadas” . Até o final da década de 1980, antes da instalação dos shoppings centers, “passear e fazer compras no ‘Calçadão’ era tido como um ato que conferia certo ‘status’ a quem o praticasse” . Castelnou demonstra a importância do Calçadão ao expor que:

A Avenida Paraná, sem dúvida, consistia no centro nervoso de Londrina nas suas primeiras décadas. Principal artéria de sua vida urbana, tinha, em seu trecho entre a Avenida Rio de Janeiro e a Rua Professor João Cândido, a grande concentração de endereços importantes na época, como a Casa Castro, a Casa Brasil, a Relojoaria Cyma, o Bar e Restaurante Brasserie, a Casa Bonfim, a Drogeria e Farmácia Maria Isabel, a Ótica Londrina, a Loja Avenida e o Banco do Brasil. Aí também está a Praça Floriano Peixoto, também conhecida como a Praça da Bandeira, em referência não só ao mastro situado em seu centro, como também seu traçado inspirado na bandeira britânica. Sendo a área mais movimentada da cidade, ali ocorriam os grandes desfiles escolares e comícios políticos, tendo sido seu trecho entre a Avenida Rio de Janeiro e Pernambuco o primeiro a ser pavimentado com paralelepípedos, durante a gestão do então prefeito Miguel Blasi. (CASTELNOU, 2002, p. 47)

Tal importância pode ser constatada, também, quando se observa que

A principal concentração de obras modernas deu-se na Avenida Paraná, que, desde o início da cidade, conservou-se como uma área essencialmente comercial, constituindo-se na sua principal artéria e

para onde a população deslocava-se pelas mais variadas razões. Além do trabalho, compras e serviços, muitas pessoas dirigiam-se para o centro principalmente em busca do lazer. Foi justamente no início dos anos 50 que esta avenida passou a calçamento, além de ser o local onde a verticalização se acelerava. (CASTELNOU, 2002, p. 138)

Outro detalhe importante sobre a Avenida Paraná é o fato dela, ao se encontrar com a Rua Minas Gerais, passar a se chamar Rua Maranhão.

A Rua Sergipe, devido não só à grande quantidade de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, mas também ao grande fluxo diário de pessoas, insere-se neste trabalho como a rua de maior importância na área pesquisada. O desenvolvimento comercial desta rua não se deu recentemente e, aparentemente, é a segunda rua mais importante para o comércio da região central - a Avenida Paraná é a mais importante - sendo a “herdeira” de atividades antes relegadas à Avenida Paraná.

A Rua Sergipe, igualmente no centro de Londrina, por se localizar em território urbano onde se situavam as duas antigas “portas” da cidade – a Ferroviária e a Rodoviária -, acabou concentrando grande número de hotéis e pensões, além de bazares e lojas de lembranças, especialmente de comerciantes de origem japonesa. Tal vocação comercial surgiu desde muito cedo, crescendo com a instalação de lojas de utilidades domésticas e de vestiário, que vendiam tanto no varejo quanto no atacado. Quando a Avenida Paraná foi fechada ao tráfego, em finais da década de 70, foi para a Sergipe que se deslocaram algumas atividades, tais como paradas cívicas e desfiles carnavalescos, o que deu ainda maior impulso ao comércio. Atualmente, ela continua exercendo sua função comercial tradicional e, ao mesmo tempo, principalmente no trecho compreendido entre as ruas Prefeito Hugo Cabral e São Paulo, vem recebendo pequenos shoppings, docerias e lojas de produtos de luxo (CASTELNOU, 2002, p. 47 - 49).

Ressalta-se que as informações sobre a área delimitada na pesquisa feitas neste capítulo ocorreram devido à pertinência das mesmas com o seu foco principal, que é o desenvolvimento urbano de Londrina.

As atividades comerciais informais se desenvolveram paralelamente às formais no centro da cidade. O estudo do comércio informal é feito no capítulo seguinte, em que se destaca a luta dos camelôs da área central pela criação de um local próprio para o comércio de seus produtos, a forma como a Prefeitura de Londrina tem tentado resolver o problema dos comerciantes informais que ocupam

os espaços públicos, o surgimento do Camelódromo de Londrina e como o empreendimento vem sendo administrado.

2 O CAMELÓDROMO DE LONDRINA

Apesar de não ser o objetivo principal deste trabalho, considerou-se importante analisar o Camelódromo de Londrina como um complemento necessário ao entendimento da sua influência sobre o comércio formal de seu entorno. O Camelódromo de Londrina surgiu como uma solução para a retirada dos trabalhadores informais que ocupavam as ruas da região central da cidade, tornando-se um ponto de referência para o comércio do município, dando origem a vários outros empreendimentos similares espalhados por todo centro de Londrina e até mesmo em outros bairros, e influenciando o comércio da área do seu entorno, atraindo consumidores e estimulando a abertura de novas lojas, inclusive de produtos semelhantes aos que comercializa.

Neste capítulo analisa-se o desenvolvimento do Camelódromo de Londrina, desde sua fundação até os dias de hoje. As informações utilizadas neste item foram obtidas em pesquisas de campo no Camelódromo de Londrina durante os anos de 2007 e 2008, bem como em pesquisas realizadas na hemeroteca da Biblioteca Municipal durante o mesmo período. Complementarmente, inseriu-se algumas informações obtidas através de entrevistas realizadas junto aos comerciantes do Camelódromo e ao Sr. Nilson Gonçalves, secretário-executivo da ONG Canaã e um dos principais responsáveis pela administração do Camelódromo de Londrina.

Um problema ocorrido durante o desenvolvimento deste capítulo se refere à disponibilidade de informações. Inicialmente, pesquisou-se na Biblioteca Municipal, em jornais impressos da cidade (de domínio público), dados sobre: os comerciantes informais (camelôs) que atuavam na área central; a forma como as autoridades lidavam com esses comerciantes; os problemas causados pelos camelôs que ocupavam as calçadas do centro; e as iniciativas da prefeitura que resultaram na criação do Camelódromo de Londrina. Pesquisou-se também, paralelamente, na internet e nas bibliotecas Central e Setorial do Centro de Ciências

Humanas da Universidade Estadual de Londrina, dados sobre comércio formal e informal em Londrina, bem como artigos que abordavam o problema da informalidade em outras cidades. Alguns dados sobre os comerciantes informais e o Camelódromo de Londrina, no entanto, divergiam de uma publicação para outra ou não havia uma continuidade das reportagens, o que deixou uma lacuna sobre o que pode ter acontecido – como, por exemplo, o número de lojas do Camelódromo, que varia de acordo com o jornal e a data da publicação, e, a ação civil pública que questiona os pagamentos feitos pela Prefeitura para a criação do empreendimento, pois os jornais noticiaram a condenação, mas nada foi publicado sobre o pagamento, ou não, da dívida. Também era necessário delimitar a área de influência do Camelódromo de Londrina e a obtenção de dados junto ao comércio formal. Realizou-se, então, uma série pesquisas “in loco” , com diferentes objetivos. Os locais pesquisados foram: Camelódromo de Londrina – para a obtenção de dados sobre o empreendimento e a opinião dos seus administradores¹¹; prefeitura municipal – para a busca de dados referentes ao projeto aprovado de criação do Camelódromo; Ministério Público – responsável pela ação que questiona a legalidade dos pagamentos feitos pela Prefeitura na criação do Camelódromo de Londrina; Associação Comercial e Industrial de Londrina – ações da entidade enquanto representante do comércio formal da cidade; comércio formal localizado próximo ao Camelódromo de Londrina – com a delimitação da área de pesquisa e obtenção de dados acerca da influência do Camelódromo sobre o comércio formal de seu entorno. Buscou-se, dessa forma, analisar os dados de acordo com a realidade atual, complementando e, em alguns casos, corrigindo ou confirmando as informações publicadas.

¹¹ A ONG Canaã é responsável, desde a inauguração do Camelódromo de Londrina, pela administração do empreendimento. Assim, quando se refere à administração do Camelódromo de Londrina trata-se da ONG Canaã.

2.1 A LUTA DOS CAMELÔS E O SURGIMENTO DO CAMELÓDROMO DE LONDRINA: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA

Antes de discutir sobre o Camelódromo de Londrina, é imprescindível fazer algumas considerações sobre a luta dos camelôs da cidade por um espaço próprio para o comércio de suas mercadorias.

Em 21 de abril de 2001, o jornal Folha de Londrina noticiou a proposta da Associação dos Vendedores Ambulantes da Rocha Pombo, de criação de um shopping popular. O projeto visava a transferência dos camelôs - que na época ocupavam a Praça Rocha Pombo e as ruas próximas ao Terminal Urbano de Transporte Coletivo - numa área pertencente ao município, localizada na Rua Benjamin Constant, entre o Pronto Atendimento Infantil (PAI) e a Supercreche. Segundo a reportagem, os ambulantes “querem que o espaço seja ocupado por lojas, exposições de artesanato, apresentações artísticas e culturais, praça de alimentação, agências bancárias, correio e casa lotérica” (CUNTO, 2001, p. 3). A proposta, segundo a reportagem, foi apoiada por Wilson Sella, Paulo Bombassaro e George Hiraiwa, na época, presidentes da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), do Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina (CEAL) e da Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL), respectivamente. No entanto, a proposta de utilização dessa área para a construção de um camelódromo não era novidade.

Ressalta-se que na década anterior, isto é, em 28 de outubro de 1995, a Folha de Londrina trouxe a notícia “Cidade terá dois ‘camelódromos”” (p. 2), na qual o então prefeito, Luiz Eduardo Cheida, descartou a utilização da área próxima à Supercreche (a mesma da reportagem anteriormente citada, publicada quase seis anos depois desta) e anunciou que os locais já haviam sido escolhidos: um na Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes (também conhecida com Avenida Leste-Oeste), nos fundos do Museu Padre Carlos Weiss e o outro próximo ao Terminal Rodoviário.

Em 1995, estimava-se que cerca de 300 camelôs trabalhavam na área central de Londrina (desses, 82 nas proximidades do Terminal Urbano de Transportes Coletivos). Os pedestres mal tinham espaço para transitar em meio às

barracas instaladas nas calçadas. A criação do camelódromo¹² surge, então, como a alternativa que agradava os ambulantes, que seriam proibidos de trabalhar nas ruas, mas teriam um local próprio e os pedestres, que não dividiriam mais espaço com os comerciantes. Das duas escolhas anunciadas pelo prefeito Luiz Eduardo Cheida, somente a área localizada nos fundos do museu tornou-se camelódromo.

No dia sete de novembro de 1995, dois jornais da cidade noticiaram a construção do Camelódromo de Londrina, na Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes. A Folha de Londrina noticiou que “a Secretaria Municipal de Obras vai avançar no gramado do barranco, partindo do passeio público da avenida Leste-Oeste, abrindo uma área de 1,5 metro de largura e cerca de 120 metros de comprimento” (BARONI, 1995, p. 3B), com a possibilidade de expansão, onde seriam instalados 89 camelôs. O prefeito, segundo a reportagem, avisou que os camelôs só poderiam comercializar produtos importados se apresentassem notas fiscais. Já o Jornal de Londrina afirmava que o camelódromo seria instalado “numa faixa de dois metros de largura e 80 de extensão” (MARINHO, 1995), custaria R\$18 mil ao município e a obra levaria 40 dias para ficar pronta. Ainda segundo essa última reportagem, os camelôs teriam que pagar apenas pelas barracas, que custariam entre R\$150,00 e R\$ 200,00. O alargamento da calçada, noticiado nos dois jornais, com largura e comprimento diversos, era necessário para que não fosse bloqueada a passagem dos pedestres. O início do funcionamento do camelódromo da Avenida Leste-Oeste foi noticiado pelo jornal Folha de Londrina do dia três de janeiro de 1996. O comércio no local seria regulamentado pela ACAL (Associação dos Camelôs de Londrina), os custos da construção ficaram em torno de R\$ 10 mil e as barracas de lona foram vendidas a R\$ 190,00 (parceladas em três vezes). Os 89 camelôs deveriam pagar uma mensalidade de R\$ 15,00 à ACAL, que seriam utilizados para a contratação de guarda e zelador que fariam a manutenção e segurança do local. Segundo o estatuto da ACAL, elaborado e aprovado pelos camelôs, aquele que atrasasse o pagamento da mensalidade teria a barraca lacrada por um mês e era proibida a venda de armas, munições e bebidas alcoólicas.

¹² Segundo Vargas (2000, p. 81): O comércio ambulante que vem crescendo aceleradamente, além de enfrentar problemas de excesso de oferta entre eles mesmos, tem ocupado o espaço público, indevidamente, em detrimento da qualidade ambiental e da imagem da cidade e concorrido de forma desleal com o comerciante independente. No entanto, um espaço para ele deve ser pensado, na medida que do ponto de vista do emprego e da renda de sobrevivência passa a ser altamente significativo.

A instalação dos camelôs na calçada da Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, nos fundos do Museu Histórico Padre Carlos Weiss, provocou alguns problemas poucos dias após o início de suas atividades. No dia 12 de janeiro de 1996, o prefeito Luiz Eduardo Cheida, durante a inauguração do camelódromo (noticiada no Jornal de Londrina em 13 de janeiro de 1996, p. 4), declarou que a coleta do lixo acumulado no local seria feita pela Autarquia Municipal do Meio Ambiente (AMA). Ele também declarou que, juntamente com a Companhia Municipal de Urbanização (COMURB), estudava uma alternativa para auxiliar os camelôs na guarda das barracas durante a noite. Por se tratar de uma via pública, as barracas deveriam ser retiradas após o expediente e alguns camelôs reclamavam que o constante desmonte das mesmas poderia, com o tempo, danificá-las. O prefeito acreditava que tinha proporcionado melhorias tanto aos comerciantes ali instalados, como aos consumidores, porém, “a legalização do comércio de mercadorias trazidas do Paraguai é fundamental para o bom funcionamento do camelódromo” . Apesar do aviso do prefeito sobre a regulamentação das mercadorias, ainda levaria algum tempo para que as autoridades tomassem as devidas providências.

Em 27 de dezembro de 1996, venceu o prazo para que os camelôs regularizassem suas situações. A Folha de Londrina do dia seguinte trouxe as declarações do Procurador da República em Londrina, Mário Ferreira Leite, que exigia “rigor por parte da Receita e da Polícia Federal na fiscalização” . Não se tratava apenas de fiscalizar os camelôs que ocupavam o camelódromo da avenida Leste-Oeste, mas também os que trabalhavam na feira dos Cinco Conjuntos. Segundo o procurador:

[...] até agora o poder público e a própria receita e Polícia Federal têm sido coniventes com a situação. Mas a atividade de camelô acabou deixando de ser uma solução provisória para o desemprego para se tornar uma opção cômoda e ilegal de comércio. Isto a União não pode permitir (LEITE, apud BARONI, 1996a).

Os camelôs deveriam, num prazo de 30 dias, constituir firma e contratar uma importadora para legalizar os produtos importados. O fato é que esses 30 dias se passaram e, devido a pressão feita pelo Procurador da República, os camelôs realmente ficaram preocupados e pediram um prazo maior para cumprir as exigências. O diretor de operações da COMURB na época, Marcos Rogério Lobo

Colli, informou que enviaria uma carta à Procuradoria da República solicitando a ampliação do prazo de regularização, mas não acreditava que isso seria possível.

A evasão de divisas, segundo o Procurador Mário Ferreira Leite, era gigantesca. Ele informou à repórter Baroni (1996a) que “uma operação realizada em dezembro do ano passado pela Receita Federal, nos postos de Iporã e em Sertaneja, divisa com São Paulo, resultou na apreensão de mais de U\$\$ 2 milhões em mercadorias contrabandeadas” . Em meio ao problema de evasão de divisas, foram feitas acusações sobre os motivos que levaram os camelôs a optarem pela ilegalidade: “o apoio da Prefeitura e a conivência da Receita e Polícia Federal acabaram por criar uma ilusão de impunidade, fazendo-os acreditar que poderiam continuar trabalhando ilegalmente” (LEITE, apud BARONI, 1996a). O início da fiscalização estava previsto para os primeiros dias de janeiro, no entanto, não foram encontradas informações sobre sua realização.

Outro problema que surgiu na época foi o aluguel de barracas do camelódromo. A acusação foi feita pelo diretor de operações da COMURB, que afirmou: “desta vez não vamos aceitar desculpas. Todas as barracas que estiverem sendo alugadas vão ser fechadas. Quem não toma conta da própria barraca é porque não precisa dela” (COLLI, apud Baroni, 1996b). Alguns camelôs alegavam que estavam tendo baixo volume de vendas, justificando o não pagamento de taxas, dentre elas, o parcelamento do custo das barracas. “Desde a criação do camelódromo, há quase um ano, a grande maioria deles não vem pagando as taxas” (COLLI, apud Baroni, 1996b). A COMURB afirmava que alguns camelôs haviam desistido de trabalhar no local e estavam alugando o espaço ao invés de devolver a barraca à companhia. O camelô que estivesse alugando espaço teria sua barraca fechada e só poderia conseguir outra após regularizar a importação de seus produtos e sua situação perante a COMURB. Não seria permitida a entrada de novos camelôs no local e as ações da COMURB, segundo Colli, não teriam nenhuma ligação com a fiscalização feita pela Receita Federal.

Com o tempo, novos problemas surgiram no camelódromo. A reportagem “Nem os camelôs conseguem ficar lá dentro das barracas” (BIANCHI, 1997, p.3) denunciava o desconforto sofrido pelos vendedores e comerciantes. Segundo a reportagem, a temperatura no local, que na época era coberto por lonas, chegava a 40°C. Devido a essa reclamação, o Instituto de Pesquisa e Planejamento

Urbano de Londrina (IPPUL) desenvolveu uma estrutura de metal com 17 módulos removíveis e cobertura de telhas de fibra de vidro transparente, que teria um custo estimado de cerca de R\$ 20 mil (cada um dos 94 camelôs contribuiria com cerca de R\$ 200). O projeto elaborado pelo IPPUL havia agradado os camelôs e a previsão era de que a nova cobertura ficasse pronta até o final da primeira quinzena de dezembro daquele ano (BARONI, 1997). No entanto, a nova cobertura não foi instalada (PELEGRINO, 2000).

Outro problema enfrentado pelos camelôs se referia à permissão de uso da área que ocupavam. A Câmara de Vereadores de Londrina aprovou no dia 29 de setembro de 1998, em primeira discussão um projeto de lei que autorizava “a Prefeitura a ceder, em permissão de uso por dez anos, a calçada da Avenida Leste Oeste à Associação do Camelódromo de Londrina (ACAL)” (SILVEIRA, 1998). Havia o temor, por parte dos camelôs, de que o camelódromo fosse transferido para outro local, o que poderia gerar conflitos com os comerciantes. O então presidente da ACAL, José Aprígio da Silva, declarou que havia um acordo com o prefeito de Londrina na época, Antonio Belinati, para que o camelódromo fosse mantido na Avenida Leste-Oeste até o final de seu mandato. De acordo com a reportagem do dia seguinte (30/09/1998):

Silva afirmou que as 94 barracas do camelódromo geram cerca de 200 empregos diretos e garantem o sustento de mais de 300 pessoas. Além disso, segundo ele, todos os vendedores abriram as 94 microempresas (uma por barraca) e pagam impostos como o ISS, ICMS, além do imposto Simples estadual e federal (SILVEIRA, 1998, p. 5A).

A concessão, por dez anos, da calçada onde se localizava o camelódromo incomodava a Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL). Para Valter Orsi, presidente da ACIL em 1998, o prazo era muito elástico e a área poderia “ficar comprometida para o desenvolvimento de projetos futuros” (RAMOS, 1998). A sugestão de Orsi era que fosse dada uma autorização provisória, que “poderia até se estender por dez anos, mas também permitiria ao Município transferir os camelôs em caso de necessidade” . A diretoria do Museu Histórico Padre Carlos Weiss só havia tomado conhecimento do projeto quando ele já estava sendo discutido pelos vereadores. Segundo a professora Conceição Duarte Geraldo, diretora do museu na época, a proposta estava sendo estudada, mas o projeto

deveria ser discutido por toda a sociedade. Até o dia 30 de setembro de 1998, Kakunen Kyosen, presidente da COMURB, não havia recebido qualquer ofício para analisar o assunto, embora os vereadores pretendessem ouvi-lo na sessão do dia seguinte - o que, por falta de dados, não podemos afirmar se ocorreu. O Jornal de Londrina, no dia dois de outubro de 1998, noticiou que o projeto do vereador Célio Guergoleto, que garantia a permissão de dez anos aos camelôs, havia sido retirado de pauta por tempo indeterminado.

O prefeito Antonio Belinati compareceu à Câmara e garantiu que, enquanto estiver na administração “ninguém bota a mão nos camelôs” . [...] Apesar da garantia do prefeito, os camelôs insistiam na votação do projeto, com a alegação de que precisam de segurança para trabalhar. Mas diante da certeza de que o projeto seria reprovado por questões jurídicas, os camelôs decidiram aceitar a decisão da retirada de pauta e da formação de uma comissão de estudos. (PISSININI, 1998, p. 3A).

Em fevereiro de 2000, o IPPUL estudava a ampliação do camelódromo. Segundo a repórter Érika Pelegrino (2000):

De acordo com o projeto, as lonas de cobertura dos estandes serão retiradas e, no local, serão criados painéis pintados por artistas plásticos ou por empresas, transformando-se em espaços de publicidade. Já a ampliação irá dobrar o tamanho do atual camelódromo, que passará a contar com mais 93 boxes – hoje são 94. O espaço será aumentado até a Rua Minas Gerais.

O projeto não agradava a todos os camelôs, pois, a ampliação aumentaria o número de boxes, no entanto, aqueles que fossem instalados próximos à Rua Minas Gerais seriam prejudicados devido à distância do grande fluxo de compradores que circulam diariamente pelo Terminal Urbano.

Em 2002, o Camelódromo de Londrina foi instalado em um prédio na Rua Sergipe nº 309 (Figura 03). A mudança foi fruto das reivindicações da ACAL e da ONG Canaã (ex-Associação dos Vendedores de Produtos Nacionais e Importados da Praça Rocha Pombo, que foi transformada em organização não-governamental e seu estatuto passou a ser compatível com as leis vigentes). No prédio, com 6000 m² de área, foi cedido o espaço de quatro metros quadrados para cada camelô. Segundo Navarro (2004):

[...] centenas de camelôs que atuavam nas ruas da Área Central foram transferidos para o prédio da Rua Sergipe, com a garantia de ter o aluguel do imóvel bancado pelo município durante dois anos. Muitos correram atrás de alvarás e inscrições no CNPJ. O tipo de mercadoria vendida, porém, continuou o mesmo: na maioria, falsificações de marcas famosas



Figura 3 – Camelódromo de Londrina Foto: Guilherme da Silva Ribeiro (27/02/2010)

Em setembro de 2005, Luiz Gonzaga Tucunduva de Moura, juiz da 2ª Vara Cível de Londrina, “condenou a Associação Camelódromo de Londrina (ACAL) e a organização não-governamental (ONG) Canaã a restituírem à Prefeitura os valores repassados para o pagamento de despesas do Shopping Popular, o camelódromo” (GALEMBECK, 2005, p. 5). As leis municipais 8.874 e 8.875 foram consideradas inconstitucionais pelo juiz. Segundo Galembeck (2005, p. 5):

Em 2002, o município repassou R\$ 210 mil às duas entidades e em 2003 foram mais R\$ 366 mil. No ano passado, a previsão era investir R\$ 306 mil no camelódromo, mas uma liminar impediu que a prefeitura repasse os R\$ 33 mil relativos ao aluguel do prédio a partir

de agosto. Somados os valores, os camelôs devem devolver, pelo menos, R\$ 840 mil aos cofres públicos. A sentença prevê, no entanto, que a restituição deve ser atualizada por correção monetária em índice oficial e juros de mora a partir da data de citação.

A decisão do juiz não preocupava os camelôs. Segundo a presidente da ACAL, Ana Maria Costa: “a gente estava na rua e foram nos tirar de lá. Não botamos uma arma no pescoço do prefeito para obrigar a nada. Os vereadores aprovaram e o prefeito sancionou” (GALEMBECK, 2005, p. 5). A presidente da ONG Canaã, Fabiana Conceição Alves, justifica os repasses da seguinte forma: “foi difícil trazer a gente para cá. Uns achavam que não tinha estrutura, que não tinha lugar para estacionar, que era mal localizado. A verba foi disponibilizada para a gente, nós não invadimos o prédio” (GALEMBECK, 2005, p. 5). De acordo com Galembek (2005, p. 5):

Desde o início deste ano o aluguel, fixado em R\$ 36 mil, é rateado entre os 328 lojistas do Shopping Popular, e há diferentes cotas, de acordo com a localização de cada loja. Para Ana Maria, que tem uma loja de acessórios para celular no segundo piso, por exemplo, o aluguel custa R\$ 120 por mês. “Não tem condições de devolver esse dinheiro todo, vai ter muita discussão ainda” , opinou.

Apesar da decisão judicial, a dívida nunca foi paga. No capítulo 3 explica-se o que ocorreu com a ação do Ministério Público que questiona a legalidade do pagamento do aluguel do Camelódromo de Londrina pela Prefeitura.

O não pagamento da dívida não foi o único problema envolvendo o Camelódromo de Londrina e o Ministério Público. No dia 18 de novembro de 2005, os comerciantes do Camelódromo de Londrina tiveram uma reunião com o Promotor de Defesa do Consumidor, Miguel Sogayar.

O motivo da reunião [...] é o não-cumprimento de medidas de segurança para combate a incêndios no prédio onde funciona o empreendimento, no centro da Cidade. A preocupação do Ministério Público (MP) é evitar incidentes durante o período de compras para o Natal, quando o movimento de consumidores no camelódromo tem forte aumento. (FRAZÃO, 2005, p. 5).

O eletricitista contratado pelo camelódromo declarou, na época, que “as nossas instalações elétricas não suportam mais emendas” . De acordo com o

major Dario Natan Bezerra, subcomandante do Corpo de Bombeiros, em declaração ao Jornal de Londrina:

O local não tem habite-se e portanto está completamente fora de todas as normas. É uma área de extremo perigo e sujeito a incêndios que podem ser avassaladores [...] Para piorar, as barracas são muito próximas e cheias de materiais de fácil combustão [...] o problema do camelódromo é estrutural [...] A rampa não tem solução e foi construída em total desacordo, sem projeto nenhum. Na necessidade de evacuação da área pode haver pisoteamentos e quedas, além de ser inviável para quem usa cadeiras de rodas. (FRAZÃO, 2005, p. 5).

No dia 18 de novembro de 2005, a presidente da ONG Canaã, Fabiana Conceição Alves, assinou um “termo de compromisso com a Promotoria de Defesa do Consumidor prevendo adequações necessárias para a prevenção e combate a incêndios no Shopping Popular (camelódromo), conforme determinou o Corpo de Bombeiros” (MENEGHEL, 2005, p. 3).

O caderno Cidades da Folha de Londrina (p. 3) do dia 16 de fevereiro de 2006 trazia a reportagem “Sem energia elétrica, Camelódromo fecha as portas” . Segundo o administrador do Camelódromo, Rogério

Gonsales, “o corte tem relação direta com a dívida com condomínio de muitos lojistas, que já chega a pelo menos R\$ 70 mil” (AUGUSTO, 2006a). De acordo com a reportagem, a dívida de dois meses do Camelódromo com a companhia de energia elétrica (COPEL) era de R\$ 25 mil. O Camelódromo ficou sem energia elétrica da tarde do dia 15 ao meio-dia do dia 17. A reportagem “Camelódromo deve reabrir hoje após meio-dia” (MASCHIO, 2006, p. 3), de 17 de fevereiro de 2006 informou que o corte no fornecimento de energia desagradou alguns comerciantes, como Ilza Albuquerque, que declarou: “Estamos pagando por quem é irresponsável. Se isso continuar, vou parar de pagar também” (MASCHIO, 2006, p. 3). O número de comerciantes inadimplentes é alto, uma vez que

segundo Gonsales, cerca de 150 comerciantes têm algum tipo de dívida com a associação que gerencia o prédio, entre condomínios – taxa onde estão incluídos os gastos com energia – e aluguéis [...] “tem gente que não paga desde que o camelódromo começou a funcionar” , disse. (MASCHIO, 2006, p. 3).

Um problema encontrado durante as pesquisas na hemeroteca é que os jornais, muitas vezes, não apresentam a seqüência de algumas notícias. Por esse motivo, não foram encontradas informações sobre o pagamento das dívidas do Camelódromo com a COPEL.

O Camelódromo, de acordo com o jornal Folha de Londrina de 26 de setembro de 2006, foi fechado para reforma no dia 25 de setembro e reaberto às nove horas da manhã do dia 28, porém as reformas continuariam com os estabelecimentos em funcionamento. O investimento foi de R\$ 250 mil, dividido entre os lojistas e o dono do imóvel (AUGUSTO, 2006b). Em 14 de novembro de 2006, a reportagem “Bombeiros reprovam obras do Camelódromo” (BORGES, 2006a, p. 4) trazia a seguinte declaração do tenente Roberto Geraldo Coelho: “estava previsto a instalação de uma porta barra anti-pânico, mas foi instalada uma de enrolar. Além disto, a escada que dá acesso à saída também apresenta irregularidades” . Essas reportagens apresentam uma discordância quanto às datas em que ocorreram as reformas. A segunda reportagem citada neste parágrafo afirmava que “as reformas do Camelódromo começaram em três de setembro e o local chegou a ficar três dias com as portas fechadas” .

Devido as reformas ineficientes, por ordem judicial, o Camelódromo foi interditado por cinco dias (BORGES, 2006b). O Camelódromo só foi reaberto após a ONG Canaã ter conseguido uma autorização da Promotoria de Defesa dos Direitos do Consumidor e do Corpo de Bombeiros.

Em novembro de 2006, o Jornal de Londrina trouxe a reportagem “Londrina ganha mais 858 ‘lojas populares’” . De acordo com a autora, Galembeck (2006, p. 4), as novas lojas populares, que seriam inauguradas em dezembro daquele ano, “são boxes instalados em 5 novos camelódromos e galerias da região central, cujo tamanho varia de 4 a 16 metros quadrados” . A Galeria Benjamin, localizada na esquina das ruas São Paulo e Benjamin Constant, teria 352 lojas e custou R\$ 4,5 milhões aos empreendedores.

A ONG Trabalho Para Todos, que reuniu 330 camelôs, foi responsável pela transformação da antiga Galeria Cine Augustus, localizada no calçadão da cidade, em Camelódromo Central.

O Central terá ar-condicionado, câmeras de segurança, vigilantes e corredores amplos. A obra custou cerca de R\$ 700 mil divididos entre os condôminos, que vão pagar em torno de R\$ 100 pelo aluguel mais o rateio das despesas de manutenção. (GALEMBECK, 2006 p.4).

A Galeria Alameda, localizada ao lado do Camelódromo Central, tem 21 lojas e um restaurante. A Galeria da Rua Mato Grosso (que até a data da reportagem não tinha nome fantasia definido), formada pelos membros da Associação dos Lojistas e Empresários da Área Central (ALEAL), conta com “40 lojas e uma lanchonete em funcionamento, a maioria com produtos de fabricação própria – bijuterias, vestuário, bolsas e acessórios em couro” (GALEMBECK, 2006, p. 4). Na esquina das ruas Sergipe e Rio de Janeiro, localiza-se o camelódromo da Associação Shopping BBB (Bom, Bonito e Barato), com 115 lojas.

O grande aumento no número de estabelecimentos intitulados “camelódromos” ou “shoppings populares” tem causado muitos problemas aos comerciantes formais de Londrina. O caso mais discutido, nas mídias em geral, sobre o assunto, é o dos donos de videolocadoras, que cobram providências das autoridades, pois chegam a pagar entre R\$ 80 e R\$ 100 por um DVD original, enquanto nos camelódromos e ruas da cidade, os consumidores podem adquirir os mesmos filmes, em versões piratas, pelo preço de uma locação, aproximadamente R\$ 5,00.

Ao todo, a cidade tem cerca de 200 videolocadoras pequenas, médias e grandes [...] Para todas elas, a situação é a mesma. E justificativa do poder público diante da situação é a de dar ocupação às classes menos favorecidas [...] Os proprietários consideram a notícia de que novos camelódromos vão se instalar no Centro da Cidade uma agravante para a situação (BRESSAN, 2006b, p. 23).

Os novos camelódromos no centro preocupavam os donos de videolocadoras, no entanto, havia um projeto que afetaria todo o comércio formal da cidade. A ONG Canaã, em janeiro de 2007, propôs, de acordo com o jornal Folha de Londrina (23/01/2007), o projeto de criação do Centro de Compras Norte do Paraná. Segundo a reportagem, o Sr. Nilson Gonçalves, secretário-executivo da ONG Canaã, afirmou que “os camelôs estão formatando o projeto para tornar Londrina um centro de referência” (NAVARRO, 2007, p. 1) que atenderia três milhões de habitantes. De acordo com a reportagem, o projeto pretende transformar a cidade,

de modo que venha a ocupar, “nos próximos dois anos, em relação à região metropolitana, a posição ocupada hoje por mecas atacadistas como a Rua 25 de Março e o Brás, em São Paulo, ou a paraguaia Ciudad del Leste” .

Os prejuízos causados pelos camelôs (e camelódromos) ao comércio formal londrinense, a ineficiência das ações limitadas e permissivas dos órgãos fiscalizadores, juntamente com o apoio político que os comerciantes informais vêm recebendo nos últimos anos, fez com que a ACIL, que já chegou a apoiar a proposta de criação de um camelódromo, mudasse de postura. Segundo o presidente da ACIL, Rubens Benedito Augusto:

A Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil) tem sido, pelo menos nesses últimos três anos, uma espécie de voz isolada na luta contra a proliferação dos camelódromos de Londrina [...] A cidade passa por um momento muito delicado, com a criação dos novos camelódromos e a perspectiva de sermos transformados em referência nacional nesse tipo de comércio, conforme defendem os criadores desses empreendimentos. Seremos, a continuar a omissão coletiva, uma cidade sem lei, onde todos poderão fazer o que quiser. Temos cobrado insistentemente das autoridades o fim da convivência com esse tipo de comércio ilegal. (AUGUSTO, 2007, p. 11).

Não é possível, ainda, afirmar quais serão os rumos que essas discussões tomarão. De um lado, os camelôs que cobram da prefeitura o direito de poderem trabalhar. Do outro, os comerciantes formais que, sobrecarregados pela carga tributária a qual são submetidos, exigem que as leis sejam cumpridas. E no meio dessa “briga” , os consumidores, que muitas vezes não concordam com a venda de produtos contrabandeados ou falsificados, mas acabam adquirindo-os devido aos preços mais baixos.

2.2 A CONTROVERSA ADMINISTRAÇÃO DO CAMELÓDROMO DE LONDRINA

Criado com o intuito de retirar das ruas os comerciantes informais que ocupavam as ruas da região central de Londrina, o Camelódromo tem gerado muita polêmica e dividido a opinião da população. Há uma grande parcela de comerciantes e consumidores que são contra o comércio praticado no

Camelódromo, com a anuência do poder público, no entanto, muitos o apóiam devido aos benefícios que trouxe ao comércio de seu entorno, bem como as oportunidades de emprego que gerou.

O Camelódromo de Londrina surgiu em 2002, da união dos camelôs que trabalhavam nas avenidas São Paulo e Leste-Oeste. De acordo com a administração do Camelódromo, inicialmente, havia 330 lojas (boxes) de 4 m². Hoje, existem 340 lojas, com tamanho médio de 4 m², e são empregadas aproximadamente 1000 pessoas (empregos diretos). Na busca de uma planta do prédio, que auxiliaria na análise deste trabalho, ocorreu um problema. Em uma planta cedida pela administração do Camelódromo - a qual não havia cópia digital ou impressa que pudesse ser utilizada - verificou-se que o projeto contemplava 316 estabelecimentos, sendo: 184 lojas de 2x2 m², 115 de 1,8 x 2 m² e 17 de 1,5 x 2 m². A planta, com o projeto aprovado pela prefeitura continha menos de 300 lojas. Ou seja, o projeto aprovado pela prefeitura difere daquele cedido pela administração do Camelódromo e ambos são diferentes da realidade observada no local. O que se pode afirmar é que o Camelódromo possui, realmente, em torno de 340 lojas. O aumento no número de lojas, seja de 316 ou 330 para 340, apesar de não terem sido feitas ampliações no imóvel, é um acréscimo decorrente do aproveitamento de todos os espaços vagos, inclusive embaixo de escadas e pequenos espaços entre as lojas. Dessa forma, a administração do Camelódromo (ONG Canaã) prejudicou o fluxo de consumidores e a segurança do local para ter um aproveitamento do espaço que privilegiou o aumento dos seus lucros.

Para os comerciantes, a principal vantagem do Camelódromo é o conforto oferecido aos clientes e lojistas, que não precisam se preocupar com as condições do tempo (chuva, sol, calor), enquanto as desvantagens se referem aos custos de aluguel e manutenção do Camelódromo, que giram em torno de R\$60.000,00 por mês.

Segundo a administração, é difícil mensurar quantos comerciantes atuais são remanescentes dos camelôs que tinham suas atividades nas ruas, mas estima-se que seja em torno de 30%. No decorrer das pesquisas empíricas, notou-se que isso se deve a vários fatores, como por exemplo, a presença de comerciantes que nunca foram camelôs, mas que vislumbraram no empreendimento uma boa oportunidade de investimento e passaram a terceirizar os pontos comerciais (boxes). A administração afirma que não é permitido “passar o ponto”

(venda) ou alugar o box para terceiros. Todos os aluguéis deveriam ser negociados com a administração, no entanto, em “conversas” com os comerciantes, percebeu-se que a prática é comum e os preços variam de acordo com a localização da loja. Os aluguéis negociados diretamente com a administração variam de R\$200,00 a R\$300,00, enquanto os contratados com terceiros podem chegar a mais de R\$1.000,00. Durante a distribuição das lojas, cada camelô poderia ter apenas um box, porém, verificou-se que algumas pessoas controlam vários espaços do Camelódromo, não são comerciantes estabelecidos, e, recebem uma boa renda com os aluguéis. A venda dos pontos pode chegar a mais de R\$50.000. Considerando-se que o Camelódromo surgiu com investimentos públicos, é inaceitável a comercialização dos pontos sem que a prefeitura tenha participação nos lucros. Essa situação se mantém devido ao fato que, atualmente, a administração do Camelódromo não permite intervenções da prefeitura, sendo independente em suas decisões.

A facilidade para se abrir uma loja no Camelódromo tem atraído cada vez mais comerciantes. Como não existem boxes livres, o comerciante terá que pagar a mais pelo aluguel para um terceiro – semelhante ao que ocorria no camelódromo instalado na Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes. A única exigência feita pela administração é que a loja comercialize produtos adequados com a proposta do local e não de produtos perecíveis (com exceção das lanchonetes instaladas na entrada e na praça de alimentação). A administração exige que os comerciantes providenciem o alvará de funcionamento, mas, muitos não o possuem ou comercializam produtos diferentes dos que constam no alvará. O papel da administração, segundo eles próprios, é manter e remanejar o espaço do “shopping” . Resumindo, a fiscalização dos alvarás de funcionamento, que fica a cargo da prefeitura, tem sido pouco eficiente. Quanto à procedência dos produtos, a administração diz que não é capaz de verificar as notas, além do que não é a sua função, mas da Receita Federal. Apesar da administração do Camelódromo afirmar o contrário, é incorreto considerá-lo um Shopping Center, pois não se enquadra na definição utilizada pela ABRASCE (Associação Brasileira de Shopping Centers). Segundo Grassiotto (2005, p. 25-26),

De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, shopping center (centro de compras) significa: centro comercial de

arquitetura específica geralmente reunindo lojas de produtos muito variados, além de restaurantes, cinemas, teatros, boates, etc. [...] Um shopping center planejado, significa que foi intencionalmente construído, foi programado para ser daquele modo [...] O shopping center será considerado neste texto, como um empreendimento planejado, multifacetado, espaço comercial de serviços e entretenimento, com administração única e centralizada, contendo características de marketing, propaganda e de distribuição varejista especiais, localização espacial privilegiada, estacionamento, cenários arquitetônicos de indução ao consumo e à socialização. Essa caracterização contempla sua função econômica e comercial, a função social e cultural.

Segundo Vargas (2000, p. 81) “do ponto de vista do consumidor, os shopping centers têm suprido algumas deficiências quanto à carência de espaços de recreação e lazer na cidade e à falta de segurança” . Nesse sentido, “mais do que um lugar para compras, as pessoas escolhem os shopping centers, principalmente, para comer e recrear-se” (VARGAS, 2000, p. 81). No caso do Camelódromo, existem poucas opções de alimentação e nenhuma de recreação.

Quanto aos investimentos feitos pela prefeitura, a administração justifica que “o Camelódromo de Londrina, hoje, é um ponto turístico, de referência, que mudou o panorama da região da Rua Sergipe. Com certeza a prefeitura já recuperou os investimentos feitos na época” . Esta postura deixa no ar a dúvida quanto o ressarcimento dos cofres públicos, uma vez que, para eles, os recursos utilizados já foram pagos pela sociedade, que para a administração, foi beneficiada pelo Camelódromo. Atualmente, o Camelódromo não recebe qualquer incentivo da prefeitura, até porque não há necessidade. Até novembro de 2008, não tinha ocorrido o julgamento a condenação exigindo a devolução do dinheiro investido. Nas palavras de um comerciante formal do entorno, “a prefeitura deu o Camelódromo para os camelôs, que estão ganhando muito dinheiro vendendo e alugando os pontos. A prefeitura só ficou com os custos e não está vendo um centavo” .

Para a administração do Camelódromo, o sucesso do empreendimento não só revitalizou o comércio do seu entorno, como criou um novo conceito na cidade, uma vez que impulsionou o surgimento de diversos empreendimentos semelhantes. Resta saber se o pagamento pelos investimentos públicos será feito através dos benefícios trazidos. Como será visto no capítulo 3, o Camelódromo dinamizou o comércio de seu entorno, mas não resolveu o problema dos camelôs que ocupavam – e ainda ocupam – as ruas da região central.

3 A INFLUÊNCIA DO CAMELÓDROMO DE LONDRINA SOBRE O COMÉRCIO FORMAL DE SEU ENTORNO

O comércio informal é uma atividade que se desenvolve paralelamente ao comércio formal em praticamente todos os países capitalistas – desenvolvidos ou subdesenvolvidos. A atividade informal é considerada ilegal, pois não respeita as leis trabalhistas dos países, ausenta-se do pagamento de impostos e comercializa produtos contrabandeados e/ou falsificados.

Apesar das fiscalizações e das perdas sofridas pelos empregados, há de se considerar que

Uma importante mudança que tem ocorrido nos últimos vinte anos é a substituição do emprego formal, com registro do contrato de trabalho na Carteira de Trabalho, pelo emprego informal, sem registro. O emprego informal é clandestino e dispensa o empregador e o empregado de recolher as contribuições à Previdência Social, ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e outras, além de permitir ao patrão deixar de pagar férias, 13º Salário, Aviso Prévio, etc. (CLEPS, 2003, p. 1)

O trabalho informal tem crescido devido, principalmente, à redução de custos que traz aos empregadores. “Estima-se que a substituição do emprego formal pelo informal reduz em mais de 50% o custo anual do trabalhador para a empresa” (CLEPS, 2003, p. 2). Ou seja, o próprio mercado de trabalho formal tem reduzido vagas em busca de maiores lucros, levando ao desenvolvimento das atividades informais. Segundo Cleps, esse é, também, o motivo que leva ao desenvolvimento das atividades comerciais informais.

Outra mudança que temos observado diz respeito ao aumento no número de trabalhadores autônomos. A redução do trabalho formal tem levado uma grande massa de trabalhadores com diferentes qualificações profissionais a se engajar, por conta própria, no mercado de trabalho em geral prestando serviços ou comercializando em pequena escala na rua, em casa ou visitando locais de trabalho. (CLEPS, 2003, p. 2)

O comércio informal pode, ainda, ser classificado de acordo com sua instalação, podendo

ser dividido em três grandes grupos: os fixos, aqueles instalados próximos a áreas de serviços ou equipamentos públicos com grande movimentação, tais como terminais de transporte urbano, igrejas e hospitais; os periódicos, que ocorrem em áreas de lazer como parques, estádios de futebol, entre outros, instalando-se nos finais de semana e feriados; e os ocasionais, que surgem em torno dos comércios formais, em atos públicos ou festas comemorativas populares. (CLEPS, 2003, p. 7)

Dessa forma, destaca-se uma característica comum do comércio informal, que é a sua mobilidade, ou seja a não obrigatoriedade de fixação em um único local (ponto), podendo mudar-se de acordo com as possibilidades de venda (maior fluxo de consumidores, por exemplo) ou com o aumento das fiscalizações em uma determinada área - o que pode reduzir o número de comerciantes informais. No entanto, o comércio informal desenvolve-se, preferencialmente, nas áreas centrais da cidade, onde se concentra o maior número de estabelecimentos comerciais formais e, também, de fluxo de pessoas. Utiliza-se neste trabalho a definição de atividade informal como sendo

uma atividade que acontece no espaço urbano [...] constitui-se num mercado paralelo, de economia invisível, formado por vendedores ambulantes, profissionais irregulares, servidores domésticos, contraventores, oficinas de fundo de quintal, fábricas caseiras de diferentes produtos, entre outros. Entre estes personagens que compõem o setor, o ambulante é o mais comum [...] O resultado desse comércio é um conjunto de atividades econômicas e heterogêneas, onde não existe o predomínio de relações assalariadas, mas sim de profissionais autônomos. Funciona, portanto, como uma atividade de baixa capitalização e produtividade, pois, geralmente, tem uma baixa ou nenhuma capacidade de geração de excedentes. (CLEPS, 2003, p. 4-6)

Sobre o baixo preço dos produtos comercializados informalmente, ressalta-se que, “ao comercializar diretamente o produto, o preço dele é repassado sem o processo de especulação usual, sem taxas, impostos ou licenças a pagar” (CLEPS, 2003, p. 4). Dessa forma, o produto torna-se mais acessível aos consumidores, apresentando um preço mais baixo que os dos comerciantes formais. Ainda que apresente uma imagem negativa, devido à ilegalidade de seus produtos, o comércio informal não demonstra, em Londrina, sinais de decadência ou diminuição, o que é percebido ao se observar o crescimento no número de camelódromos nos últimos anos e a presença de camelôs nas ruas do centro da

cidade. Esse comércio consegue manter seu crescimento devido aos consumidores que, apesar de conscientes da ilegalidade desses produtos, continuam adquirindo-os devido ao acesso e o preço mais baixo. Isso ocorre, pois:

Condições similares de distribuição não asseguram, todavia, em uma área determinada, uma homogeneidade no consumo. Este depende da capacidade efetiva de aquisição, representada pela disponibilidade financeira (recursos efetivos ou créditos), mas também pela acessibilidade do bem ou do serviço demandado. (SANTOS, 1985, p. 63 – 64)

A presença de uma massa populacional com salários muito baixos, dependendo de trabalho ocasional para viver, ao lado de uma minoria com altos salários, cria na sociedade urbana uma distinção entre os que têm permanente acesso aos bens e serviços oferecidos e os que, mesmo apresentando necessidades similares, não podem satisfazê-las. Isto cria ao mesmo tempo diferenças qualitativas e quantitativas de consumo. Estas diferenças são, ambas, causa e efeito da existência, isto é, da criação ou manutenção, nestas cidades, de dois sistemas de fluxo que afetam a fabricação, a distribuição e o consumo de bens e serviços. (SANTOS, 1982b, p. 130)

Os dois sistemas (ou circuitos) de fluxo da economia urbana citados por Santos são: o superior e o inferior. Esses sistemas atuam simultaneamente, no entanto apresentam características totalmente diferentes. Resumidamente,

[...] pode-se afirmar que o fluxo do sistema superior está composto de negócios bancários, comércio de exportação e indústria de exportação, indústria urbana moderna, comércio moderno, serviços modernos, comércio atacadista e transporte. O sistema inferior está essencialmente constituído por formas de fabricação de “capital não intensivo” , por serviços não modernos, geralmente abastecidos pelo nível de venda a varejo e pelo comércio em pequena escala e não moderno. (SANTOS, 1982b, p. 132)

Os camelôs (e o próprio Camelódromo de Londrina) atuam no sistema inferior - onde se desenvolvem as atividades informais. Isso fica claro quando se observa que

As atividades do circuito inferior estão simultaneamente baseadas no crédito e no dinheiro líquido. Mas, neste caso, o crédito é de natureza diferente, com uma larga porcentagem de crédito pessoal direto, indispensável para o trabalho das pessoas que não têm possibilidade de acumular dinheiro. Em função da obrigação de reembolsar periodicamente uma porção do débito aos empregadores, a busca ao dinheiro líquido torna-se desenfreada. (SANTOS, 1982b, p. 137)

O sistema inferior se caracteriza pela utilização de menos capital e a possibilidade de desenvolvimento sem uma organização burocrática. Nesse sistema, a produção total é pequena, porém, obtém-se grande lucro marginal por unidade. Trata-se de um sistema dinâmico, baseado em transações rápidas, em que o interesse primordial não é a acumulação de capital, mas a necessidade de sobrevivência e de sustento da família. Devido às necessidades pessoais e limitações financeiras, os comerciantes inseridos nesse setor não investem em propaganda, o que não prejudica suas atividades, já que, nelas, ocorre o contato direto com o consumidor. Esses comerciantes, além de, geralmente, não receberem ajuda governamental, são freqüentemente perseguidos pelas autoridades. Outra observação importante é que, ao contrário do que ocorre no sistema superior, no inferior os elementos de sua articulação são encontrados na cidade e na região. (SANTOS, 1982b, p. 137 – 140)

Ainda que seja um problema para o desenvolvimento das atividades comerciais formais, o comércio informal pode ser considerado um

“mal necessário”¹³, na medida em que em situações de desemprego esta atividade substitui a criminalidade, o comerciante ambulante redefine espaços, projeta e monta seus equipamentos, burla as leis e acaba por inspirar a criação de novas, cria suas próprias regras, impõem-se. Contudo, nem sempre a sociedade consegue entender a importância do papel que ele desempenha no cotidiano urbano (CLEPS, 2003, p. 5).

O Camelódromo de Londrina, enquanto centro de compras de produtos do comércio informal, tornou-se justamente esse “mal necessário”, por ter sido criado pela prefeitura municipal com a intenção de retirar das ruas os ambulantes que ocupavam, principalmente, as proximidades do Terminal Urbano de Transportes Coletivos. A criação do Camelódromo foi vista, num primeiro momento como uma alternativa adequada à resolução deste problema, mas tem sido criticado devido à forma como os recursos públicos foram utilizados e como vem sendo administrado.

¹³ Segundo David Harvey (2005, p. 182): considera-se o setor informal cada vez mais como um mal necessário, ou como um setor dinâmico, capaz de trazer de volta certo nível de atividade manufatureira para centros urbanos em decadência.

No entanto, apesar de retirar os camelôs das ruas, o Camelódromo não os transformou em comerciantes formais. Ao analisar o comércio formal da área do entorno do Camelódromo de Londrina, adotou-se a definição utilizada por Blum:

O comércio é constituído de uma multiplicidade de ramos, mas há duas formas básicas: o atacadista e o varejista. O comércio varejista caracteriza-se pela venda ou realização final das mercadorias ao consumidor, e divide-se em varejo de produtos alimentícios e varejo de produtos não alimentícios. O varejo de produtos não alimentícios é classificado em: lojas de departamentos, lojas de departamentos de descontos, lojas de eletrodomésticos e eletrônicos e lojas de vestuário, incluindo calçados, e artigos de cama, mesa e banho [...] Dentre a classificação utilizada em diversas instituições – como IBGE, DIEESE e BNDES – o comércio varejista abarca, ainda, os mais diversos ramos e tamanhos, do pequeno e familiar negócio às grandes organizações com seus hipermercados e lojas de departamento (BLUM, 2006, p.57-58).

O Camelódromo se encaixa na definição de comércio varejista, mas se diferencia do praticado no seu entorno por comercializar produtos ilegais. Dessa forma, o Camelódromo de Londrina vem se tornando um referencial para o comércio informal da cidade. Suas lojas (boxes) se assemelham às lojas de varejo, mas não apresentam a documentação necessária para que seja considerada uma atividade formal, legalizada. Apesar de não ser considerado um Shopping Center - por não apresentar as características como estacionamento, planejamento, ordenação das lojas e comércio de produtos formais – o Camelódromo de Londrina é comumente comparado com esse tipo de empreendimento, sendo muitas vezes nomeado pela mídia como “shopping popular” . Apesar das diferenças, o Camelódromo se assemelha aos shoppings centers no sentido de que

[...] as mercadorias substituem os vínculos entre as pessoas e a mídia vai produzindo a não-comunicação num mundo que se exalta as virtudes da comunicação e onde cada vez mais produz-se produtos imateriais (como a informação e os serviços), apontando para a fetichização da comunicação. Neste processo, a cidade transforma-se no espetáculo do consumo, as ruas redimensionam-se e ganham outro conteúdo que elimina o lúdico pois transforma-se, em lugar de passagem. As grandes lojas de Departamento e os shoppings centers substituem o lazer, ou melhor, viram lazer. (CARLOS, 2004, p. 62)

Ou seja, o Camelódromo tem se tornado um local de lazer, já que o consumo adquiriu essa característica.

A importância deste trabalho (análise da influência do Camelódromo de Londrina sobre o comércio formal de seu entorno) para a Geografia se deve ao fato de que esta ciência possibilita a análise da produção espacial. Segundo Carlos,

A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico e, revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno. Deste modo a análise do lugar se revela — em sua simultaneidade e multiplicidade de espaços sociais que se justapõem e interpõem — no cotidiano com suas situações de conflito e que se reproduz, hoje, anunciando a constituição da sociedade urbana a partir do estabelecimento do mundial. O lugar é o mundo do vivido, é onde, se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo onde em que é produzida a existência social dos seres humanos. (CARLOS, 2007, p. 20)

Essa visão cultural só passou a ser valorizada na Geografia a partir de meados dos anos de 1970, quando a “sociedade contemporânea, urbana e multicultural é problematizada e os geógrafos passam, afinal, a considerar a dimensão cultural da cidade” (CORRÊA, 2003, p. 157). De acordo com Corrêa (2003, p. 159), “a geografia cultural tem forte associação com a geografia histórica. As rápidas e dramáticas transformações, gerando novas grafias e novas práticas espaciais [...] estão construindo o futuro” . Carlos (2001, p. 36) destaca essa relação entre as geografias cultural e histórica ao afirmar que:

[...] o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidos por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso. É assim que os percursos realizados pelos habitantes ligam o lugar de domicílio aos lugares de lazer, de trabalho, de comunicação, ordenados segundo as propriedades do tempo vivido. [...] A construção da cidade, hoje, revela a dupla tendência entre a imposição de um “espaço que se quer moderno” , logo homogêneo e monumental, definido, ou melhor, “desenhado” como espaço que abriga construções em altura associadas a uma rede de comunicação densa e rápida, e de outro “as condições de possibilidade” , que se referem à realização da vida (que se acham à espreita, de modo contestatório), revelando

uma luta intensa em torno dos modos de apropriação do espaço e do tempo na metrópole – um processo que ocorre de modo profundamente desigual, revelando-se em seus fragmentos.

Deve-se, então, considerar que a análise do lugar necessita da compreensão não só de sua história, mas também das ações ocorridas na contemporaneidade, pois as transformações pelas quais o lugar passa ao longo do tempo são produtos das formas como a sociedade faz uso desse espaço. Ou seja, como a sociedade apresenta diferentes necessidades durante sua história, faz diferentes usos do espaço em que se insere. Nesse sentido, as cidades se desenvolvem a partir de uma lógica capitalista de ocupação do espaço - um processo que ocorre de maneira heterogênea e fragmentada nas sociedades. Quanto ao conceito de espaço, Santos (1985, p. 1 - 2) define-o

[...] como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses processos, resolvidos em funções, se realizam através de formas. Estas podem não ser originariamente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade, sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria. Daí por que o espaço contém as demais instâncias. Ele é, também, contido nelas, na medida em que os processos específicos incluem o espaço, seja o processo econômico, seja o processo institucional, seja o processo ideológico.

O espaço não é apenas o palco onde se desenvolvem as relações sociais, mas, também, uma reprodução das mesmas. Segundo Carlos, (1999a, p. 62) “ao produzir sua vida (sua história, a realidade), a sociedade produz,

concomitantemente, o espaço geográfico” . Sobre esse assunto, Silva (1999, p. 42) considera que

O espaço geográfico, produto, processo e manifestação da sociedade, expressa todas as contradições geradas e contidas nas relações sociais de produção. Esta contradição não é exterior às relações de produção incorporadas no espaço enquanto totalidade, ainda menos à sua reprodução visto que os centros de decisão têm por finalidade expressa, mantê-las. [...] Seria inerente do espaço as novas e velhas contradições condensadas pela temporalidade. Admitir o espaço enquanto expressão da sociedade significa acatá-lo como determinação.

O espaço geográfico apresenta-se, então, como local e resultado das relações sociais e das contradições geradas por elas. A história da sociedade se reflete na produção espacial, ou seja, compreender apenas a sua contemporaneidade não é suficiente, já que o espaço se desenvolve (assim como a sociedade) ao longo tempo. Segundo Santos (1985, p. 16) “o espaço está em evolução permanente” e “a noção do espaço é assim inseparável da idéia de sistemas de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal” (SANTOS, 1985, p. 22). Ou seja, a sociedade faz diferentes usos do espaço durante sua história.

Apesar das formas variadas de utilização, o uso dos espaços é um pressuposto da vida. E exatamente porque nem sempre as formas de uso foram as mesmas, é possível avaliar que muitas delas se consolidaram no decorrer da história humana, constituindo costumes e hábitos próprios dos diferentes povos e das condições naturais e históricas que viviam e vivem. O uso do espaço remete às profundas marcas que o homem imprime à natureza; remete, portanto, à produção da natureza humana. (DAMIANI, 1999, p. 48 - 49)

Milton Santos faz afirmações semelhantes ao tratar não do espaço geográfico, mas da noção de território ao considerar que:

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que

ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. (SANTOS, 2002, p. 15)

Martins (1999, p. 15) afirma que “não se chega às contradições do espaço sem enveredar pela economia política do espaço”. Dessa forma, compreender o espaço inclui analisar as atividades econômicas que nele se desenvolvem.

Não centrada num único ponto, a economia política do espaço vê um mundo com dimensões, e um único sujeito, o capital, que se desenvolve sobre “terra de ninguém”, com “contradições” identificadas na relação entre a negação do consumo individual imediato do lucro pelo capitalista e o seu investimento enquanto capital. (MARTINS, 1999, p. 26)

O espaço, nesse caso, é fundamental para o desenvolvimento das atividades econômicas, não só como local onde elas ocorrem, mas, também, como parte das relações de produção. “O espaço sempre foi o lócus da produção. A idéia de produção supõe a idéia de lugar. Sem produção não há espaço e vice-versa” (SANTOS, 1985, p. 61). Ou seja, o espaço não pode ser tratado apenas como resultado da reprodução das atividades humanas, pois é, também, fator imprescindível para seu desenvolvimento. Segundo Martins (1999, p. 25),

O espaço não é mero receptáculo das coisas produzidas pelas atividades humanas. Como meio e objeto de trabalho universal que é, constitui-se como necessidade e condição prévia de toda atividade prática, econômica, logo, da manifestação da própria vida. Ele próprio constitui uma força produtiva, da qual o capital também se apodera para criar as condições gerais de sua reprodução. [...] A rigor, o espaço não se encontra excluído das relações de produção, como tampouco das relações de dominação consubstanciadas nas e expressas pelas relações de propriedade, através das quais são estabelecidas, também, as premissas, as condições os condicionamentos para a produção do espaço, e, a rigor, da História. Ao conhecimento da produção do espaço impõe esclarecer que a existência social foi (e continua sendo) redefinida não apenas através da metamorfose do processo especificamente produtivo.

Numa sociedade capitalista, as atividades sociais estão ligadas à produção. “A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da

história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade” (SANTOS, 1985, p. 49). Segundo Harvey (2005, p. 129) “a reprodução da vida cotidiana depende das mercadorias produzidas mediante o sistema de circulação de capital, que tem a busca do lucro como seu objetivo direto e socialmente aceito” . A reprodução do capital, então, afeta a produção do espaço - não somente ao modificá-lo conforme se desenvolve (de acordo com suas necessidades) – pois o transforma em objeto estratégico para a acumulação de capital.

É preciso ter em mente que a reprodução ampliada do capital implica a reprodução ampliada das contradições que seu movimento incorpora e engendra. Trata-se, em verdade, do próprio movimento do mundo das mercadorias, no e pelo qual o espaço se torna objeto, não apenas de compra e venda, pois isso acompanha a imposição de atividades diversas e parcelares pela sociedade burguesa, mas sobretudo sua produção se torna objeto das estratégias que visam a impulsionar a acumulação de capital, e, portanto, tende a dominar a prática social. [...] Todavia, se a subordinação da produção do espaço aos circuitos de valorização infunde alento à acumulação de capital, uma vez que, a exemplo das demais condições de produção, o espaço passa a ser (re)produzido de modo a condicionar a reprodução social no sentido da acumulação, novas contradições se gestam e antigas se agudizam. Nesse quadro de descortínio de possibilidade de produção do espaço em escala ampla e global agitam-se, ao mesmo tempo, a prática de fragmentação do espaço [...] assegurada pelas relações de propriedade, acompanhada de sua rarefação, que se manifesta, a exemplo da água e do ar outrora abundantes, sobretudo nas metrópoles contemporâneas. (MARTINS, 1999, p. 29 - 32)

A fragmentação do espaço é tratada por Martins como resultado do uso do mesmo enquanto mercadoria. No entanto, segundo Carlos (2002, p. 193-194), este não é único motivo, pois,

No caso do espaço, este aparece como produto de uma atividade dividida, onde a fragmentação ocorre enquanto produto do conflito entre o processo de produção socializado e sua apropriação privada. Esta fragmentação que se aprofunda divide o espaço em parcelas cada vez menores, que são compradas e vendidas no mercado, como produtos de atividades cada vez mais parceladas. [...] a produção do espaço deve ser entendida sob uma dupla perspectiva, ao mesmo tempo que se processa um movimento que constitui o processo de mundialização da sociedade urbana produzindo, como decorrência, um processo de homogeneização do espaço, produz-se e acentua-se o processo de fragmentação tanto do espaço quanto do indivíduo.

A Geografia possibilita a análise da influência do comércio informal sobre o formal não apenas através de dados econômicos, mas também sociais e referentes à produção espacial. Nesse sentido, o comércio (formal e informal) pode ser compreendido como agente atuante na produção do lugar. Dessa forma, a Geografia, devido ao seu caráter multidisciplinar, abarca, enquanto ciência os referenciais teóricos necessários para este estudo.

As formas de intervenção no espaço e na economia urbana adquirem formatos diferentes de acordo com as características dos diversos agentes, sejam eles: os pequenos comerciantes independentes, os ambulantes, os grandes estabelecimentos varejistas, o capital imobiliários voltado às atividades varejistas, ou, o e-commerce ou comércio virtual. Cada um deles age, diferentemente, sobre o espaço urbano e interfere, diversamente, sobre o desenvolvimento econômico e social. (VARGAS, 2000, p. 78-79)

Constatou-se que o comércio de Londrina passou por várias mudanças desde sua fase inicial de desenvolvimento (década de 1940). O centro de Londrina é o local em que se iniciou o desenvolvimento urbano, onde se comercializava produtos agrícolas e surgiram as primeiras lojas da cidade. Atualmente, essa área apresenta uma grande diversidade comercial. O comércio cresceu junto com a cidade, espalhando-se por outros bairros, mas por se tratar de um setor voltado ao desenvolvimento do setor terciário, é no centro que se concentra o maior número de estabelecimentos.

Paralelo ao desenvolvimento do comércio formal ocorreu, também, o desenvolvimento das atividades comerciais informais. Inicialmente instalado nas calçadas próximas ao Terminal Urbano de Transportes Coletivos, os camelôs utilizam o espaço público para fins comerciais, causando problemas, já que esses locais não foram criados com essa finalidade. O primeiro camelódromo, instalado na Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, só foi possível devido a modificações na calçada (espaço público) para a fixação das barracas. Ainda que tivesse passado por ampliações, o primeiro camelódromo não seria (e não foi) suficiente para acomodar todos os informais que ocupavam as ruas e praças do centro. Era preciso criar um local adequado a esse tipo de comércio, onde poderiam ser instalados mais comerciantes, e esses não mais ocupassem os espaços públicos. Surgiu então o Camelódromo de Londrina, que estimulou a criação de outros empreendimentos semelhantes por toda a cidade, principalmente na área central.

É possível analisar os impactos causados até hoje pela criação do Camelódromo de Londrina sobre o comércio formal/informal do centro da cidade, no entanto, ainda é prematuro concluir seus efeitos futuros sobre o comércio e o espaço em que está instalado, pois se trata de um fenômeno recente, ainda em desenvolvimento.

A seguir, segue o relato sobre os critérios utilizados na delimitação da área pesquisada. Na segunda parte deste capítulo é descrita a opinião da Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL), na qualidade de representante do comércio formal, sobre o Camelódromo de Londrina. Concluí-se este capítulo com a análise dos resultados da pesquisa e as considerações sobre a influência do Camelódromo sobre o comércio formal de seu entorno

3.1 A DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

Para compreender a influência do Camelódromo de Londrina sobre o comércio formal do seu entorno, foi feita uma pesquisa em estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços da área. A área delimitada na pesquisa (Figura 04) é a seguinte:

- Rua Sergipe, entre as ruas Duque de Caxias e Minas Gerais;
- Rua Mato Grosso, entre as ruas Maranhão e Benjamin Constant.

De acordo com o Artigo 8 da lei que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo na zona urbana e de expansão urbana de Londrina - Lei Municipal nº 7.485, de 20/07/1998 - “a Zona Comercial destina-se predominantemente às atividades comerciais e de serviços. Parágrafo único: é permitido o uso residencial e a pequena indústria anexa à atividade principal” (LONDRINA, 2009). Segundo a lei municipal, além de fazer parte da zona comercial de Londrina, a área de influência do Camelódromo está inserida, de acordo com Capítulo III - que trata das zonas comerciais - Artigo 19, parágrafo único, inciso I, na chamada Zona Comercial 1, ou zona central, que apresenta

característica do núcleo urbano, onde todos os tipos de usos são naturais e historicamente desenvolvidos e sedimentados, visa a

incentivar o uso residencial ou misto, que, além do comércio varejista e da prestação de serviços, apresente espaço cultural e de convívio social.



Figura 4 – Área de influência do Camelódromo de Londrina
 Fonte: www.google.com (adaptado por Guilherme da Silva Ribeiro)

A Avenida Duque de Caxias apresenta uma vocação comercial, com características próprias, com destaque para lojas de tintas, ferramentas, materiais de construção, móveis e de máquinas e material de costura, mas, mesmo com esta especificação comercial, existem, obviamente, outros tipos de comércio e de prestadores de serviços – não advindos da instalação do Camelódromo, uma vez que essa via já se destacava comercialmente antes mesmo da instalação do empreendimento. Ou seja, o Camelódromo de Londrina foi instalado próximo do Terminal Urbano de Transportes Coletivos, do Calçadão, da Rua Sergipe e da Avenida Duque de Caxias, quatro pontos de grande fluxo de pessoas. A Avenida

Duque de Caxias é especificamente comercial, apresentando, antes do cruzamento com a Rua Sergipe, muitas lojas de móveis novos e usados (Figura 05), passando a demonstrar grande diversidade comercial após esse cruzamento (Figura 06).

Ao contrário do que acontece na Rua Sergipe, como será visto a seguir, não se constatou, na Duque de Caxias, a presença de camelôs. Ao que tudo indica, esses comerciantes informais buscam se estabelecer mais nas proximidades do Calçadão, do Terminal Central de Ônibus e do Camelódromo. Acredita-se que isso ocorre devido aos produtos vendidos pelos camelôs (óculos, canetas, calculadoras, DVDs e CDs), que são muito diferentes dos produtos comercializados na Rua Duque de Caxias. Ou seja, os consumidores que freqüentam essa rua, não estão à procura do que os camelôs oferecem.

Por esses motivos, considera-se que a influência do Camelódromo sobre essa rua é praticamente inexistente, não merecendo destaque nesta pesquisa, pois fugiria dos objetivos pré-estabelecidos.



Figura 5 – Lojas de móveis na Rua Duque de Caxias, entre as ruas Sergipe e Benjamin Constant

Foto: Guilherme da Silva Ribeiro (31/10/2008)



Figura 6 – Diversificado comércio da Rua Duque de Caxias, próximo à esquina com a Rua Maranhão
Foto: Guilherme da Silva Ribeiro (31/10/2008)

A delimitação da Rua Sergipe obedeceu, também, a análise da possibilidade de influência do Camelódromo de Londrina. Em visita prévia ao local, percebeu-se que a área mais adequada aos interesses da pesquisa estava entre as ruas Duque de Caxias e Minas Gerais. A justificativa é que, a leste da Rua Duque de Caxias, quanto mais se distancia desta rua, o comércio é pouco diversificado e dinâmico. Para se ter uma idéia dessa diminuição dos estabelecimentos comerciais, apresenta-se a lista do uso dos imóveis da Rua Sergipe entre as ruas Duque de Caxias e Brasil:

- 1 loja de tintas;
- 1 loja de atacado;
- 1 prestadora de serviços (assessoria previdenciária);
- 2 lojas de freios;
- 1 loja de roupas;
- 1 salão de beleza;
- 2 lojas de cortadores de grama;

- 2 estacionamentos (sendo a fachada de um deles também utilizada por um vendedor de cachorro-quente);
- 1 loja de uniformes;
- 1 escritório de advocacia;
- 1 loja de linhas de costura;
- 1 pequeno hotel;
- 2 imóveis comerciais fechados (desocupados);
- 1 loja de cimento;
- 3 residências (uma nova ou reformada, não foi possível encontrar o proprietário e uma das mais antigas sem moradores).

Como o centro apresenta uma vocação comercial, a presença das residências destoam do perfil esperado, pois as residências antigas (Figura 07) - em especial a que está sem moradores - apresentam-se como uma resistência ao desenvolvimento comercial, às fachadas coloridas dos imóveis vizinhos. Em todo caso, fica a dúvida se essa resistência se deve ao desinteresse comercial pela área e/ou trata-se do início da periferia da área central.



Figura 7 – Imóvel abandonado localizado na Rua Sergipe entre as ruas Brasil e Duque de Caxias

Foto: Guilherme da Silva Ribeiro (28/10/2008)

A presença de imóveis comerciais desocupados (Figura 08) reforça a dúvida sobre a potencialidade comercial da área. Durante as pesquisas, feitas em julho de 2008, visualizou-se esses imóveis e foi registrada tal informação. Em pesquisa ao local em 28 de outubro de 2008, data em que foram feitos alguns registros fotográficos para este trabalho, encontrou-se os mesmos imóveis desocupados.



Figura 8 – Imóvel comercial desocupado
Foto: Guilherme da Silva Ribeiro (28/10/2008)

O que se pode afirmar sobre a potencialidade comercial da Rua Sergipe é que ela atinge seu ápice a partir da Rua Duque de Caxias até a Avenida Higienópolis. No entanto, o camelódromo não exerce influência sobre toda essa rua. Evidência disso é a constatação de que a presença do Terminal Urbano de Transportes Coletivos e a proximidade com o Calçadão passam a influenciar o comércio da rua a partir da Rua Minas Gerais. Além disso, a partir da Rua Minas Gerais, os comerciantes formais não atribuíram ao Camelódromo as melhorias nas suas vendas.

Na Rua Sergipe, entre as ruas Minas Gerais e Rio de Janeiro, um novo empreendimento está sendo erguido, o Shopping Show das Fábricas (Figura 09). Ao que tudo indica, apesar do nome, o Show das Fábricas não será um Shopping Center, pois não possuirá estacionamento próprio, loja âncora, praça de alimentação ou espaços de lazer. No entanto, este empreendimento é também diferente do camelódromo devido aos produtos comercializados que serão quase que exclusivamente roupas e acessórios, como bolsas e bijuterias. Este empreendimento está sendo erguido onde se localizava o Center Shop da Rua Sergipe, um shopping popular que foi destruído por um incêndio no ano de 2008.



Figura 9 – Construção do Shopping Show das Fábricas
Foto: Guilherme da Silva Ribeiro (31/10/2008)

Quanto mais distante do Camelódromo, menor será sua influência. No entanto, não ser influenciada pelo Camelódromo não significa que uma área está livre da presença dos camelôs (Figura 10). Prova disso são os camelôs que trabalham livremente no cruzamento da Rua Sergipe com a Rua Rio de Janeiro. Segundo informações de funcionários de uma loja próxima ao cruzamento, os

camelôs trabalham na área todos os dias e a implantação do Camelódromo não resolveu o problema dos informais da área.



Figura 10 – Camelôs da Rua Sergipe, próximo à esquina com a Rua Rio de Janeiro
Foto: Guilherme da Silva Ribeiro (31/10/2008)

Dessa forma, a Rua Minas Gerais tornou-se um dos limites para a nossa área de pesquisa, pois considerou-se que, a partir desta rua, a influência do Camelódromo sobre a Rua Sergipe já não é mais perceptível. Considerou-se, também, que a presença dos camelôs nas proximidades deste limite não significa uma influência ou reflexo da instalação do Camelódromo, pois os camelôs estão presentes nesta área desde antes de sua inauguração.

Focando especificamente a Rua Sergipe entre as ruas Mato Grosso e Minas Gerais (Figura 11) – um dos principais locais da pesquisa – percebe-se a influência do Camelódromo no comércio formal. Durante as pesquisas e visitas ao local (feitas quase que semanalmente durante todo o ano de 2008), não foi visto um imóvel sequer desocupado por muito tempo (mais de um mês). Segundo alguns comerciantes, antes da instalação do Camelódromo a área não era tão procurada

pelos consumidores (alguns afirmaram até que a área estava abandonada). No entanto, hoje, não é possível encontrar imóveis para locação, pois nenhum comerciante demonstra interesse em se transferir do local e quando surge um imóvel é rapidamente ocupado – às vezes, o imóvel até está desocupado, mas já está alugado, passando apenas por alguma reforma ou adaptação. Se alugar um imóvel está difícil, comprar um então é praticamente impossível. A valorização da área fez os preços atingirem valores muito elevados, impossíveis para a maioria dos comerciantes que trabalham ali. Além do que, nos depoimentos de alguns pesquisados, os proprietários não têm nenhum interesse em “passar” o imóvel, o que era de se esperar, já que os negócios vão tão bem



Figura 11 – Vista parcial do comércio da Rua Sergipe entre as ruas Duque de Caxias e Mato Grosso

Foto: Guilherme da Silva Ribeiro (27/02/2010)

No entanto, também ocorreram desvantagens aos comerciantes. Uma reclamação constante dos que estão ali instalados desde antes da instalação

do Camelódromo é que o preço dos aluguéis aumentou muito nos últimos anos. Os comerciantes, apresentando certa desconfiança quanto aos objetivos da pesquisa, não quiseram informar os valores do aluguel antes e depois da instalação do Camelódromo, no entanto, é fácil entender o motivo do aumento: a lei da oferta e da procura – como os “pontos” são limitados e muito procurados, os valores elevaram. E como não existe espaço para a construção de novos imóveis, o problema tende a persistir.

Em meio a vários estabelecimentos formais, quase em frente à entrada lateral do Camelódromo, na Rua Sergipe, encontra-se a Galeria Canaã (Figura 12). A ONG Canaã, administradora do Camelódromo de Londrina, também é responsável por este empreendimento, que funciona nos mesmos moldes, mas não conquistou a mesma fama de seu predecessor. Por não ser tão procurada, possui vários boxes vazios, e esses são maiores do que os do Camelódromo. Apesar de criticar o oportunismo de empresários que criaram novos camelódromos na cidade, a ONG Canaã aproveita, também, o sucesso do Camelódromo de Londrina para administrar um empreendimento semelhante.



Figura 12 – Galeria Canaã, localizada próximo à entrada lateral do Camelódromo de Londrina, na Rua Sergipe
Foto: Guilherme da Silva Ribeiro (27/02/2010)

A segunda área considerada de maior influência do Camelódromo de Londrina é a Rua Mato Grosso, entre as ruas Sergipe e Maranhão, mais especificamente na quadra do Camelódromo e a localizada em frente a sua entrada principal. Devido a sua proximidade, acreditou-se que este seria o local mais influenciado pela presença do Camelódromo. No entanto, nesta área há uma presença significativa de estabelecimentos comerciais de produtos ilegais, ou seja, a influência parece ser grande, também, em benefício do comércio ilícito e não somente do formal. Tal influência pôde ser constatada durante a pesquisa, uma vez que encontrou-se lojas de produtos semelhantes aos comercializados no Camelódromo, como os vídeos-game e seus jogos, CDs e DVDs, e a Galeria Mato Grosso, cujo comércio de eletro-eletrônicos e jogos é semelhante ao do Camelódromo.

A Galeria Mato Grosso (Figura 13) é um claro exemplo da expansão do comércio informal na área central após a instalação do Camelódromo.

Todavia, ao contrário dos muitos empreendimentos que surgiram na região, nos moldes do Camelódromo, esta galeria não chama muita atenção. E, assim, despercebida, continua suas atividades, aproveitando do fluxo de consumidores atraídos pelo Camelódromo, sem ser alvo das operações fiscais da Polícia Federal, das críticas dos jornais da cidade, ou das acusações dos comerciantes formais (nenhum entrevistado citou ou reclamou da Galeria Mato Grosso).



Figura 13 – Galeria Mato Grosso
Foto: Guilherme da Silva Ribeiro (27/02/2010)

Assim como diferenciou-se os camelódromos dos Shoppings Centers no capítulo anterior, ocorreu a necessidade de distingui-los, também, do comércio formal para justificar a exclusão da Galeria Canaã e da Galeria Mato Grosso da nossa pesquisa, apesar de serem empreendimentos comerciais presentes na área delimitada. Considerou-se como camelódromo os empreendimentos comerciais que reúnem em seu interior lojas de produtos variados, sem área exclusiva de alimentação, loja âncora, estacionamento, área de lazer ou entretenimento. Devido às poucas exigências feitas pelos administradores dos camelódromos (e pela deficiente fiscalização pública), acredita-se que as lojas destes empreendimentos podem apresentar irregularidades em suas documentações, bem como no pagamento de impostos. Além disso, soma-se o fato de que os produtos comercializados no camelódromo são, geralmente, de procedência irregular (mercadorias contrabandeadas e falsificadas). A partir dessas

especificações, concluiu-se que a Galeria Mato Grosso e a Galeria Canaã são camelódromos, e não poderiam ser incluídas na pesquisa.

A delimitação da área de pesquisa na Rua Mato Grosso com a Rua Benjamin Constant se deveu ao fato de que não há comércio a partir desta rua. Entre as ruas Benjamin Constant e Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, a Rua Mato Grosso conta apenas com a praça Tomie Nakagawa e o Pronto Atendimento Infantil (Pronto Socorro Municipal especializado no atendimento de crianças). A partir da Rua Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, em direção norte, também há pouca atividade comercial e a distância em relação ao Camelódromo de Londrina indica que o empreendimento não exerce influência sobre esta área.

Quanto a delimitação da Rua Mato Grosso com a Rua Maranhão, considerou-se que a presença do Shopping Royal Plaza (Figura 14) – localizado no encontro destas – exerce grande influência sobre o comércio de seu entorno, superando a do Camelódromo.

O comércio da Rua Maranhão é bem diversificado e com lojas que ocupam prédios antigos. Em estudo prévio sobre a viabilidade da pesquisa, constatou-se que o comércio dessa rua recebia mais influência do Calçadão (as lojas mais próximas à rua Minas Gerais), e do Shopping Center Royal Plaza. Para alguns comerciantes da rua Maranhão, entre as ruas Mato Grosso e Duque de Caxias, as vendas eram impulsionadas pelo shopping, e a presença do Camelódromo era pouca ou praticamente não influenciava nas vendas.



Figura 14 – Shopping Royal Plaza
Foto: Guilherme da Silva Ribeiro (31/10/2008)

A Rua Maranhão, porém, não sofre influência apenas do Royal Plaza, mas também do Calçadão, que termina no encontro das ruas Maranhão e Minas Gerais (Figura 15).

Em frente ao shopping encontrou-se algo que não é visto nas vizinhanças do Camelódromo: uma loja fechada, disponível para aluguel ou venda. Ao caminhar um pouco mais, percebeu-se que havia mais estabelecimentos disponíveis sendo reformados na Rua Maranhão entre as ruas Mato Grosso e Duque de Caxias. Poderia até passar despercebido esse fato, mas o que causa estranheza é que eram três estabelecimentos vizinhos (Figura 16). Não é possível afirmar se o Royal Plaza ou a Rua Duque de Caxias não são capazes de atrair tantos consumidores e comerciantes quanto o Camelódromo. Então, fica a dúvida: o comércio informal, representado pelo Camelódromo, é mais benéfico para o comércio do entorno que uma importante rua comercial (Duque de Caxias) ou

mesmo que um grande empreendimento do porte do Royal Plaza? Para se ter alguma certeza sobre essa questão é necessário uma pesquisa em longo prazo, contrastando o comércio do entorno do Royal Plaza com o do entorno do Camelódromo de Londrina. O que se pode afirmar é que, aparentemente, o Camelódromo exerce maior atração comercial que o Shopping Center, no entanto, ressalta-se que estes dois empreendimentos possuem características e clientela diferentes.

Dois tipos de serviços que foram beneficiados pela proximidade com o Camelódromo são os estabelecimentos de produtos alimentícios (lanchonetes e restaurantes) e os estacionamentos da área circunvizinha. Isso se deve a dois fatores: as ruas da área central de Londrina possuem poucas vagas para estacionar veículos, frente o grande volume de carros, por isso há um grande número de estacionamentos privados; o segundo fator é que, com o aumento do fluxo de consumidores por causa do Camelódromo, aumentou também a necessidade de vagas nos estacionamentos (para os consumidores e para os trabalhadores do Camelódromo) e de locais onde essas pessoas possam se alimentar. Esses estabelecimentos não são prejudicados pelo comércio do Camelódromo, pois não são concorrentes. Ressalta-se que, embora existam alguns quiosques de alimentos no Camelódromo de Londrina, eles não suprem as necessidades de todos os freqüentadores.



Figura 15 – Final do Calçadão de Londrina (cruzamento das ruas Minas Gerais e Maranhão)

Foto: Guilherme da Silva Ribeiro (31/10/2008)

Na Rua Minas Gerais entre as ruas Sergipe e Maranhão encontram-se três estacionamentos, porém, no lado esquerdo (sentido Rua Maranhão) não existem outros estabelecimentos comerciais, pois dois desses estacionamentos - London Park e Ouro Verde (o terceiro está localizado em frente ao London Park, do outro lado da rua) - são vizinhos e no espaço que resta funciona o Banco Mercantil do Brasil. Os estabelecimentos comerciais estão localizados na quadra da direita e são de produtos variados, como lanchonete, financeira e bijuterias, merecendo destaque, na esquina da Maranhão com a Minas Gerais, uma loja de confecções e uma loja de grande porte de produtos de R\$1,99 (no mesmo prédio).



Figura 16 – Estabelecimentos desocupados localizados próximo ao Shopping Royal Plaza
Foto: Guilherme da Silva Ribeiro (31/10/2008)

O Center Shop - shopping popular localizado próximo à esquina com a Rua Sergipe – estava fechado para reformas durante o período em que fotografou-se a área (31/10/2008). Enquanto o novo empreendimento não era concluído, camelôs ocupam sua calçada (Figura 17).



Figura 17 – Camelôs trabalhando em frente ao Center Shop, fechado para reformas
Foto: Guilherme da Silva Ribeiro (31/10/2008)



Figura 18 – Camelôs trabalhando o lado do Shopping Show das Fábricas
Foto: Guilherme da Silva Ribeiro (27/02/2010)

Com a abertura do Shopping Show das Fábricas no local onde funcionava o Center Shop, os camelôs passaram a ocupar a frente das lojas vizinhas (Figura 18).

Devido a distância e a proximidade com o Calçadão, excluiu-se a possibilidade de influência do Camelódromo sobre o comércio da Rua Minas Gerais. Novamente, a presença de camelôs não significa que há uma influência do Camelódromo na instalação de mais comerciantes informais, apenas que persiste a presença deles nas ruas do centro.

3.2 A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE LONDRINA – ACIL – FRENTE O DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO INFORMAL DA REGIÃO CENTRAL

Analisar o comércio – formal ou informal – da área central de Londrina remete à necessidade de se compreender o papel da principal associação de comerciantes e industriais atuante na cidade, a Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL). A seguir, faz-se uma análise desta associação, sua formação e atuação, como representante do comércio formal do município. As informações analisadas foram obtidas através de uma entrevista feita com Roberto José Francisco, jornalista, assessor de imprensa, editor do Jornal da ACIL e coordenador de Comunicação da ACIL e da obra “Poder emergente no sertão”, do jornalista Widson Schwartz.

A ACIL foi criada, em cinco de junho de 1937, a partir da idéia de que os empresários num primeiro plano e a comunidade como um todo precisariam de uma força de articulação para fazer frente às necessidades daquela época. Londrina era um município recém-criado - apenas dois anos e meio de existência - e a precariedade prevalecia. A cidade crescia rápido, a riqueza já estava visível e não havia atenção necessária por parte do Estado. Segundo Francisco, estávamos na Ditadura Vargas, o governador era um interventor – Manoel Ribas – e o prefeito era nomeado. Não havia Câmara de Vereadores. Assim, ou a comunidade passava a agir como uma sociedade ou as perdas seriam irreparáveis.

Sem se restringir aos interesses econômicos, a ACL fiscaliza as contas de prefeitos nomeados pela ditadura Vargas e inicia a preservação da memória dos valores humanos do pioneirismo, orientando a construção das Praças Willie Davids e Gabriel Martins em 1944. Na ausência do legislativo, a comunidade recorre à Associação até para —moralizar a zona do meretrício (SCHWARTZ, 1997, p. 6).

Era um período de grande desenvolvimento no chamado sertão do Norte do Paraná. A ACIL – na época apenas ACL, Associação Comercial de Londrina – surgiu desse cenário. Era preciso lutar por infra-estrutura, como a construção da ponte rodoviária sobre o rio Tibagi e mais vagões para a estrada de ferro, faltava um interlocutor com os governos, faltava um local para reunir opiniões, críticas, sugestões e contribuições dos cidadãos da jovem comunidade. Esse era o objetivo da Associação, que foi concretamente alcançado, segundo Francisco. Além disso,

Discutiram-se na ACL a construção do primeiro prédio próprio da Prefeitura e do novo aeroporto; a instalação do Colégio Marista, a sede para o Tiro de Guerra, a encampação da telefonia pelo município (com a possibilidade de uma S.A.); água e energia elétrica; abastecimento de gêneros de primeira necessidade, num confronto com a Comissão Municipal de Abastecimento e Preços (Comap). A campanha para a construção do prédio e instalação do primeiro grande hospital, a Santa Casa. O primeiro provedor da Santa Casa, de 1941 a 49, foi José Bonifácio Silva; o segundo (1950-51), Nelson Antunes Egas, ambos dirigentes da ACL (SCHWARTZ, 1997, p. 7).

Dessa forma, a ACIL tem grande importância na instalação da estrutura necessária ao desenvolvimento do município. Os tempos mudaram muito, mas a essência da Associação se mantém, afirmou Francisco. Os objetivos da Associação, na atualidade, são bem diferentes daqueles da sua fundação, até porque, obviamente, a Londrina de 2008 é muito diferente daquela de 1937. As necessidades são outras, mas acabam por se reportar aos tempos das ruas “de terra” , sem pavimentação (década de 1930). Um ponto de referência nesse aspecto é a ponte do Rio Tibagi, uma das primeiras lutas da Associação e motivo de orgulho pelos seus resultados, obtidos depois de muita articulação e artimanhas. A ponte era uma prioridade em relação à infra-estrutura. Hoje, a cidade tem “novas pontes” a serem construídas. O Aeroporto de Londrina precisa resolver problemas sérios como o ILS e a extensão da pista, porque, em breve, entrará em

funcionamento uma estação especial de desembarço de cargas, uma espécie de porto seco, administrada pela Infraero. Essa peça é fundamental, segundo Francisco. Existe, também, a necessidade de um projeto de grande envergadura como o Arco Norte, que dê à região um aporte estrutural capaz de atrair transporte internacional de cargas e, com isso, investimentos industriais principalmente das áreas de tecnologia. Uma estrutura intermodal, unindo rodovia, ferrovia, aeroporto internacional de cargas.

Entre os outros objetivos, há o fomento ao comércio do município, com a realização de campanhas promocionais – a Londrina Liquida foi a mais recente – e institucionais, que “vendem a imagem” de Londrina como um grande pólo regional. Essas campanhas estão sendo amadurecidas e vêm ganhando contornos mais atraentes. Existe um ousado projeto, ainda em desenvolvimento, de criar em Londrina um “grande Natal” , capaz de atrair visitantes de fora e elevar a auto-estima dos comerciantes londrinenses. A ACIL também mantém sua postura de cobrar das autoridades o combate à ilegalidade que prejudica a economia formal do município. A Associação trata, também, de temas que considera críticos como a carga tributária e outros de caráter comunitário como segurança, tema latente em Londrina.

Recentemente, a ACIL lançou um novo pacote de serviços de proteção ao crédito e outros suportes para subsidiar os negócios das empresas. O programa FACIL tem como objetivo reduzir, ao máximo, as possibilidades de perdas, devido à inadimplência, nas vendas feitas pelos empresários. Com essa finalidade, a entidade reúne as principais ferramentas de proteção ao crédito.

A maior parte dos filiados da ACIL é composta por empresas comerciais, somando, aproximadamente, mil ao todo (os dados sobre o número de associados foram fornecidos por Francisco, no entanto, ele não informou as quantidades exatas. Tal informação não foi encontrada no site da ACIL ou em obras sobre a associação). Também fazem parte os prestadores de serviço e as indústrias, que se dividem em outras cerca de 800 empresas. Mesmo tendo uma maioria de varejistas, a Associação contempla todos os setores. Entre os varejistas, estão comerciantes de todos os portes e de todas as regiões da cidade. A área central, logicamente, concentra o maior número de lojas e, desta forma, de associados. Para fazer parte da ACIL, a empresa precisa estar legalmente constituída, ou seja

apresentar o CNPJ, e pagar uma taxa, cujos valores variam de acordo com o capital declarado da empresa. Na Zona Norte são dezenas de filiados. Nos últimos anos, a ACIL tem dado ênfase à região em suas ações comerciais e em outras, que visam valorizar o segundo maior centro comercial de Londrina, pois a Avenida Saul Elkind é hoje um eixo empresarial importantíssimo, com futuro promissor. No projeto “A ACIL vai até você” (que utiliza uma van totalmente caracterizada e uma equipe de consultores que visitam todas as áreas comerciais dos bairros de Londrina), a Avenida Saul Elkind esteve na primeira fase das visitas. A ACIL possui associados nos dois shoppings da cidade (Royal Plaza e Catuaí). A proporção, porém, poderia ser maior. Mas, essa realidade está mudando, graças a um trabalho de aproximação que vem sendo desenvolvido. A ACIL considera os shoppings como parceiros e uma prova disso foi a campanha Londrina Liquidada, que contou com a participação dos shoppings, provando que a convivência é possível e saudável.

A ACIL tem um trabalho permanente de ampliação da base de filiados. A entidade criou uma nova equipe de consultores e desenvolveu novo material de divulgação, apresentando a ACIL como organização de classe e como organização essencialmente empresarial, nesse caso ressaltando seus serviços. O Jornal da ACIL cumpre um papel fundamental na comunicação com o associado. Todos os meses, o jornal traz o que é realizado pela entidade, suas iniciativas e opiniões, além de reportagens de interesse geral do empresariado e da comunidade. A ACIL mantém um sistema de comunicação direto com os associados através de e-mail, marketing, correspondências e contatos telefônicos com os filiados. As empresas recebem, todos os meses, a agenda de cursos e treinamentos da entidade. À Assessoria de Imprensa cabe atuar no relacionamento com os veículos de comunicação para que as ações da entidade sejam divulgadas da melhor maneira possível, potencializando o recebimento das informações aos associados.

Dentre os comerciantes do Camelódromo de Londrina, nenhum é associado da ACIL. Além disso, a Associação não considera o Camelódromo um Shopping Center, pois, segundo Francisco, há convenções internacionais que estabelecem número de lojas, localização, vagas de estacionamento, etc. De acordo com esses dados, seriam shoppings regionais, shoppings de cidade, shoppings de bairro, shopping de quarteirão. Quando se trata do Camelódromo, não cabe fazer essa análise. O Camelódromo não é, sob qualquer aspecto, um shopping. Poderia ser enquadrado como uma galeria. O número de lojas é grande, mas a estrutura é

precária, não há circulação adequada e as normas de segurança contra incêndio não são respeitadas. Também não há um sistema de circulação ou refrigeração de ar. Para ser um shopping são necessários esses itens e muitos outros, igualmente não observados no local. Considerando o tamanho dos boxes, essas pequenas lojas, se dispostas em uma rua, teriam características de uma feira. Os comerciantes do Camelódromo de Londrina, em sua maioria absoluta, enquadram-se nas atividades informais. Mesmo os que têm CNPJ e alvarás, muitas vezes, vendem produtos de origem ilegal, seja por contrabando, descaminho, pirataria ou falsificação. A fiscalização do comércio informal, principalmente dos camelódromos, é sempre alvo de críticas por parte dos comerciantes da área central. Enquanto os comerciantes informais reclamam de excessos por parte das autoridades, os comerciantes formais afirmam que são prejudicados, pois pagam regularmente seus impostos e são fiscalizados periodicamente, enquanto os informais agem à revelia da legislação vigente. Para a ACIL, em essência, a fiscalização, dos informais e dos camelódromos, praticamente não existe. Da parte do município, os alvarás obtidos por vários comerciantes do Camelódromo não são vistoriados, para verificar se o que é vendido corresponde ao que é declarado no documento. Da parte do Estado, há a sonegação de tributos estaduais e crimes contra os direitos autorais. Já quanto à União, tem-se o contrabando. A ressalva que a Associação faz é quanto ao trabalho da Receita Federal e Polícia Federal na operação Capitão Gancho 2, em julho do ano passado. Foi essa operação, determinada pela Justiça Federal, que comprovou a ilegalidade predominante no Camelódromo.

Em julho de 2007, havia 12 camelódromos na cidade. A operação Capitão Gancho 2, executada no dia 12 de julho de 2007, foi resultado de reuniões promovidas pela ACIL com diversas entidades: Polícia Federal, Civil e Militar, Receita Estadual e Federal e a Prefeitura. No entanto, a participação da prefeitura foi pouco efetiva, pois diziam não poder intervir, enviando às reuniões técnicos que não tinham autonomia, ou seja, não podiam tomar qualquer decisão. A Polícia Militar foi proibida, por ordem do Estado, de participar da operação, limitando-se a bloquear o trânsito da área e conter o tumulto que ocorreu por conta da operação. A Polícia Federal e a Receita Federal, os maiores responsáveis pela fiscalização dos impostos, foram os executores da operação, recolhendo as mercadorias irregulares. Não foram levados em consideração os alvarás de funcionamento das lojas, pois

essa fiscalização é de responsabilidade da prefeitura¹⁴. No galpão da Polícia Federal, após a verificação das notas de procedência, constatou-se que mais de 90% das mercadorias apreendidas estavam irregulares.

A operação batizada de “Capitão Gancho 2”, contou com a participação de 100 policiais federais, cerca de 200 fiscais da Receita, mais de 100 policiais militares e aproximadamente 50 ajudantes que ficaram responsáveis por embalar as mercadorias apreendidas nos 316 boxes e embarcá-las em caminhões-baú. O dia nem tinha amanhecido quando o comboio – liderado por viaturas da PM que bloquearam todo o trânsito na região – estacionou em frente ao Camelódromo. Às 6h20, os agentes conseguiram entrar e deram início à ação, sem a presença de nenhum dos proprietários dos boxes (AUGUSTO, 2007a, p. 1).

Em resposta à operação, trabalhadores do Camelódromo invadiram o Shopping Royal Plaza, entrando em confronto com os seguranças, depredaram as fachadas de várias lojas próximas - com medo, os comerciantes fecharam as lojas - e chegaram a invadir o prédio da ACIL. No dia seguinte, como forma de protesto, os manifestantes fecharam o comércio do centro.

“Este protesto é uma retaliação contra a ACIL (Associação Comercial e Industrial de Londrina), que provocou tudo isso ao fazer uma denúncia ao Ministério Público”, explicou Gonsales (Rogério Gonsales, presidente da ONG Canaã), garantindo que hoje o comércio também seria fechado (ITO, 2007, p. 1).

É freqüente encontrar nos jornais da cidade reclamações de comerciantes que creditam ao Camelódromo de Londrina o mau desempenho de suas vendas. Segundo eles, a fiscalização não é capaz de reprimir o comércio informal e a carga tributária termina por condenar qualquer possibilidade de aplicarem preços competitivos. Para determinados segmentos, a combinação de produtos contrabandeados sendo oferecidos por camelôs com a carga tributária altíssima reinante no Brasil resulta na impossibilidade de se manter em funcionamento.

O melhor exemplo são as locadoras de vídeo e as lojas de discos e DVDs. Segundo Francisco, as locadoras caminham para a inviabilidade, já que se

¹⁴ A fiscalização dos alvarás de funcionamento, em Londrina, é feita pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU). Segundo Álvaro Grotti Júnior, diretor de Trânsito e Fiscalização da companhia, “a função da CMTU é fazer respeitar o Código de Posturas do Município, que não permite vendedores ambulantes sem alvará em qualquer área pública e vendendo qualquer produto”. (BONDE, 2007)

pode comprar cinco DVDs por dez reais nas calçadas de Londrina. As lojas de discos já chegaram à fase seguinte – poucas delas sobreviveram e, ainda assim, são obrigadas a vender outros tipos de produto. Esses são casos do absurdo que se instala numa cidade onde a ilegalidade dispõe de liberdade. Por esses motivos, para a ACIL, a proliferação dos camelódromos representa uma ameaça ao comércio formal.

Para que os comerciantes formais não sejam prejudicados pelos camelódromos existentes na cidade, a ACIL defende a fiscalização sistemática nesses centros para coibir a comercialização de produtos ilegais. Se a ilegalidade deixar a “zona de conforto” , todo o resto retoma seu caminho.

Quanto ao Camelódromo de Londrina, criado como uma alternativa para a retirada dos comerciantes informais que atuavam na região central, principalmente nas proximidades do Terminal Urbano de Transportes Coletivos, a ACIL, como representante do comércio formal de Londrina, não teve qualquer participação na sua criação. A associação sempre cobrou a liberação das vias próximas ao terminal central de ônibus, antes da criação do Camelódromo de Londrina, por considerar uma agressão urbana injustificada. A forma como essa liberação seria feita caberia às autoridades. A Prefeitura de Londrina se comprometeu com a legalização dos camelôs, na seqüência da criação do Camelódromo. A ACIL considerou a proposta da Prefeitura “um mal menor” , já que seria a solução para a retirada dos camelôs das ruas. E isso mesmo fazendo os investimentos que fez no imóvel. Porém, os compromissos não foram cumpridos, não houve a formalização real e os camelôs voltaram a ocupar as ruas.

Durante as pesquisas sobre o Camelódromo de Londrina, verificou-se que, em setembro de 2005, a Associação Camelódromo de Londrina (ACAL) e a ONG Canaã foram condenadas a restituir mais de R\$800 mil (oitocentos mil reais) à Prefeitura. No entanto, não foi encontrada qualquer informação sobre o pagamento dessa dívida, o que levou a recorrer ao Ministério Público em busca de respostas. No Ministério Público, dirigiu-se à Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público, na qual alguns funcionários se mostraram indispostos a conceder as informações. Segundo os funcionários, existe uma ação do Ministério Público que questiona a legalidade do pagamento do aluguel do Camelódromo pela Prefeitura. Pediu-se uma cópia do documento para que pudesse ser analisado e anexado a este trabalho,

mas responderam que não era possível copiá-lo. Pedimos, então, para tomar conhecimento, ler o documento e analisá-lo ali mesmo, mas novamente disseram que não seria possível, pois o documento estava em trâmite e, por isso, não constava nos arquivos do Ministério Público – nem o documento original nem qualquer cópia dele. Informaram que o número da ação era 72904 e estava na 2ª Vara Cível de Londrina. Seguiu-se, então, ao Fórum e, na 2ª Vara Cível, informaram que a ação 72904 estava em trâmite em Curitiba – e não havia cópia. Enfim, o documento não estava em Londrina e não havia qualquer cópia dele – pelo menos nenhuma acessível. Na 2ª Vara Cível, informaram que no site do Tribunal de Justiça do Paraná poder-se-ia acompanhar as fases do processo. Em pesquisas feitas no site, não foram encontradas informações sobre a ação. Mesmo após pesquisas e procuras insistentes, não foi possível encontrar o documento. Considera-se que todos esses problemas poderiam ser evitados se o Sistema Judiciário fosse mais eficiente, e os dados mais acessíveis aos cidadãos. Além de desconhecer-se o conteúdo da ação, é quase impossível saber quando será julgada. Outro problema reconhecido é que, se de fato não existem cópias deste documento, ao passar pelas várias fases de processo – o que pode levar anos - a possível perda de uma página (ou do documento todo) durante o processo, resultaria na necessidade de criação de um novo, que deverá ser, novamente, encaminhado aos órgãos responsáveis.

Apesar de ter sido criado para solucionar o problema dos comerciantes informais que atuavam na região central de Londrina, o Camelódromo de Londrina tornou-se um modelo para novos empreendimentos. Porém, ao contrário do primeiro, os camelódromos que surgiram são empreendimentos imobiliários (aluguel de espaços) que utilizam a imagem do comércio informal não para solucionar problemas, mas para aproveitar o sucesso dos “shoppings populares” . Segundo a ACIL, o Camelódromo é um negócio e, como vem apresentando bons resultados financeiros através da informalidade, é natural que outros investidores aproveitem a oportunidade. Para a ACIL, esse desdobramento é grave, porque os novos empreendimentos também se baseiam na venda de produtos de origem ilegal. Daí que surge o agravamento da situação em Londrina, que é considerada pela ACIL “a capital nacional do camelódromo” . Só a fiscalização sistemática mudaria esse cenário. Sem produtos de origem ilegal, esses centros teriam que reformular o seu modelo e, aí sim, haveria um quadro justo,

informou Francisco. Além do que, a fiscalização é a defesa da lei e, como tal, deve valer para todas as empresas, o que não ocorre com os camelódromos.

Mesmo com o surgimento de novos camelódromos, ainda é visível a presença de comerciantes informais atuando na região central, o que demonstra não haver ligação entre esses empreendimentos e a solução do problema dos informais. A proposta da ACIL para solucionar esse problema é a mesma: fiscalização. O problema é o mesmo, então, o mesmo que vale para o Camelódromo vale para os camelôs de rua, conforme a afirmação do assessor de imprensa da ACIL. Quanto ao fato de haver vários camelódromos e mesmo assim surgirem novos camelôs, o que prevalece é a imagem que se instalou na cidade de que esse tipo de comércio é permitido, livre de punições. Aquele que busca uma renda nova, observando os camelódromos, sabe que poderá ir para as ruas vender DVD pirata que trabalhará sem grandes transtornos, afirma Francisco. Londrina tornou-se, dessa forma, uma “zona de conforto” para essas atividades ilegais.

Como defende os direitos dos comerciantes formais de Londrina, os comerciantes dos novos camelódromos (shoppings populares), não fazem parte da Associação Comercial e Industrial de Londrina. Além disso, as equipes da ACIL não fazem visitas a esses empreendimentos. A filiação só é aceita quando os procedimentos da empresa são considerados adequados ao que defende da Associação. Casos como esse passam por uma avaliação específica.

Como foi visto no item 2.1 deste trabalho, em janeiro de 2007, o secretário-executivo da ONG Canaã, administradora do Camelódromo de Londrina, afirmou no jornal Folha de Londrina, que os camelôs estavam preparando um projeto para transformar Londrina num centro de referência nacional do comércio informal, que atenderia três milhões de habitantes, semelhante a rua 25 de Março em São Paulo. De acordo com a ACIL, a 25 de Março vem sendo alvo de ações constantes da fiscalização. Há uma diretriz da prefeitura paulistana de mudar o perfil do local. Ou seja, nem a 25 de Março deverá sobreviver como “paraíso da informalidade”. Quanto a Londrina se transformar em referência nesse quesito, nada seria mais lamentável. Essa foi uma afirmação política infeliz e provocativa. Não pode ser levada a sério. Se a ameaça for cumprida, Londrina terá dado um grande retrocesso, e começaria a contagem regressiva para a perda de empresas e postos de trabalho formais. Seria lamentável, afirma Francisco. Ou seja, o comércio formal de Londrina

seria ainda mais prejudicado, o que afetaria, também, a arrecadação de impostos e a geração de empregos (formais). É impossível prever se Londrina chegará a ser uma referência nacional para o comércio informal, no entanto, pode-se imaginar essa possibilidade, pois as autoridades municipais pouco se empenham em minimizar o desenvolvimento dessas atividades.

Com base nas informações obtidas deduz-se que, desde sua fundação, a ACIL vem defendendo os interesses de seus associados, cobrando das autoridades e dos governantes o cumprimento das leis, a instalação de infra-estruturas necessárias. Todavia, nos últimos anos, após a criação do Camelódromo de Londrina, a entidade tem encontrado problemas devido à permissividade de políticos da cidade e dos órgãos de fiscalização dos três níveis de poder (Estadual, Municipal e Federal), que tem evitado contrariar a administração do Camelódromo, bem como coibir o surgimento de novos empreendimentos desse tipo e diminuir a ação de comerciantes informais. Para os comerciantes formais, infelizmente, os prejuízos provocados pelos camelôs - e camelódromos – tendem a continuar até que os interesses políticos sejam deixados de lado e as fiscalizações sejam mais eficientes.

Há de se observar novamente que a inauguração do Camelódromo de Londrina estimulou o surgimento de outros empreendimentos semelhantes, principalmente na região central da cidade, o que prejudicou o comércio formal. Além dos recursos públicos utilizados na sua inauguração (que nunca foram pagos), o Camelódromo de Londrina conta, até hoje, com o apoio de políticos municipais que utilizam o empreendimento como instrumento de propaganda política, devido aos empregos gerados. Nesse cenário desfavorável aos comerciantes formais, a ACIL tem se mantido como a última resistência ao desenvolvimento das atividades comerciais informais em Londrina. A associação tem desenvolvido projetos que beneficiam o comércio formal e cobrando que as autoridades fiscalizem as atividades informais. Cabe ressaltar que, durante a entrevista com o assessor da ACIL, em momento algum foi citado o fechamento dos camelódromos da cidade – a cobrança da associação é para que o comércio informal, assim como o formal, seja fiscalizado, e punido quando apresentar irregularidades. A postura da ACIL não é de aceitação perante o desenvolvimento da informalidade, mas de cobrança das autoridades para que as leis sejam aplicadas. Portanto, enquanto a informalidade for vista como uma atividade geradora de empregos e continuar sendo protegida pelas

autoridades municipais, o comércio formal tende a ser prejudicado. Talvez Londrina não se torne referência nacional para o comércio informal, mas um exemplo de como estimular a informalidade em detrimento do comércio formal.

3.3 A ANÁLISE DO COMÉRCIO FORMAL DO ENTORNO DO CAMELÓDROMO DE LONDRINA

Neste item analisam-se os dados coletados em pesquisa realizada no comércio formal da área do entorno do Camelódromo de Londrina, delimitada no item 3.1. Durante a pesquisa empírica, realizada entre os dias 07 e 16 de Julho de 2008, foram entrevistados 20 estabelecimentos comerciais. Dos quinze estabelecimentos selecionados previamente, oito não responderam o questionário. As justificativas dos que aceitaram e depois não participaram da pesquisa variaram, desde a mudança de dono do comércio, não localização do proprietário ou gerente ou falta de tempo. No entanto, durante a pesquisa, outros 13 comerciantes se dispuseram a participar, totalizando 20 estabelecimentos.

Tabela 8 – Tipos de comércio pesquisados

Tipos de comércio	Quantidade	Porcentagem (%)
Bar	1	5
Máquinas de costura	4	20
Decoração	1	5
Calçados	2	10
Confecção/Bazar	5	25
Instalações comerciais	1	5
Produtos infantis	1	5
Bolsas	2	10
Relógios	1	5
Utilidades domésticas	1	5
Informática	1	5
Total	20	100

Fonte: Pesquisa “in loco” – Londrina (PR). 2008.

A Tabela 08 mostra os tipos de comércio pesquisados. Percebe-se através da representação cartográfica o variado comércio da área. Apesar da maioria dos pesquisados serem lojas de confecção e de máquinas de costura (máquinas e peças), cabe destacar que não é possível dizer que, nessa área, há uma especialização comercial (Figura 19).

A ausência de uma especialização comercial ocorre devido ao desenvolvimento comercial da região. Segundo Blum (2006, p.94), “em 1969, os estabelecimentos de armarinhos, bazares, confecções, lojas de moda, lojas de roupa e tecidos estão concentrados na Rua Sergipe e em menor grau na Avenida Paraná” . Ainda de acordo com a autora, “este fato se deve a grande concentração de bazares na Rua Sergipe, o que permanece até hoje, onde temos tradicionais bazares atendendo da mesma forma que décadas atrás” . No entanto, atualmente, não existe a concentração de bazares na Rua Sergipe, ou seja, não há esta especialização comercial. A Tabela 09 mostra que 80% dos estabelecimentos comerciais pesquisados instalaram-se há menos de 15 anos na região. Elaborada a partir das informações contidas na Figura 18, a Tabela 10 contém a forma de utilização (comercial, residencial ou de prestação de serviços) dos imóveis da área do entorno do Camelódromo de Londrina. Nota-se que há uma grande quantidade de estabelecimentos comerciais de confecções e calçados, o que, porém, não evidencia tal especialização comercial. Na Figura 18, estão destacados 116 estabelecimentos comerciais, dos quais apenas 26 (22,41%) são de confecções ou tecidos (vinte de confecções, quatro de moda íntima, dois de tecidos/tapeçaria) - sendo que, do total (116), 67 (57,75%) estão localizados na Rua Sergipe e, desses, 16 (13,79%) são de confecções ou tecidos. Considera-se, então, que há uma diversificação comercial na Rua Sergipe, contrariando a situação apresentada por Blum.

Tabela 9 – Tempo de instalação no local

Tempo instalado no local	Quantidade de estabelecimentos	Porcentagem (%)
Menos de 1 ano	2	10
1 ano	2	10
2 anos	2	10
3 anos	3	15
4 anos	2	10
5 a 10 anos	3	15
10 a 15 anos	2	10
Mais de 15 anos	4	20
Total	20	100

Fonte: Pesquisa “in loco” – Londrina (PR). 2008.

A Tabela 11 mostra que 40% dos estabelecimentos sempre ocuparam o mesmo endereço. Percebe-se que a área pesquisada atraiu comerciantes de várias localidades, não só de bairros diferentes, mas de outras cidades. Os comerciantes que vieram de outras cidades alegaram que conheciam Londrina e escolheram a área devido, principalmente, ao grande fluxo de consumidores que por ali circulam diariamente.

No número de empregados (Tabela 12) considerou-se o total de pessoas que trabalham no estabelecimento (patrões e empregados). Nos estabelecimentos que possuem apenas um empregado significa que é o proprietário, não possuindo funcionários (trabalha sozinho). A maioria dos estabelecimentos pesquisados apresentou pequeno número de empregados (80% deles possuem até quatro empregados).

A tabela 13 traz a área ocupada pelos estabelecimentos pesquisados. Constata-se que a maioria dos estabelecimentos ocupa uma pequena área (75% possuem até 100 m²). Nota-se, através dos dados das tabelas 10 e 11, que a maioria dos estabelecimentos pesquisados são pequenos e apresentam pequeno número de empregados.

Tabela 10 – Utilização dos imóveis do entorno do Camelódromo de Londrina

Tipo de utilização (comercial/ residencial/ prestação de serviços)	Quantidade	Porcentagem (%)
Confecções	20	17,24
Estacionamento	9	7,75
Lanchonete/ Pastelaria	5	4,31
Restaurante	5	4,31
Calçados	5	4,31
Máquinas de costura	5	4,31
Utensílios domésticos	5	4,31
Moda íntima	4	3,44
Galeria	4	3,44
Informática/ Lan house	4	3,44
Residência	4	3,44
Ótica	3	2,58
Acessórios para viagem	3	2,58
Videogames	3	2,58
Salão de beleza	2	1,72
Tecidos/ Tapeçaria	2	1,72
Bar	2	1,72
Relojoaria	2	1,72
Joalheria/ Bijouteria	2	1,72
Financeira	2	1,72
Embalagens/ Artigos pra festa	2	1,72
Perfumaria/ Cosméticos	2	1,72
Sebo	2	1,72
Artigos religiosos	2	1,72
Suplementos alimentícios	2	1,72
Instalações comerciais	2	1,72
Banco	1	0,86
Farmácia	1	0,86
Tabacaria	1	0,86
Agência de turismo	1	0,86
Objetos de cerâmica	1	0,86
Moto-taxi	1	0,86
Produtos naturais (raízes)	1	0,86
Equipamentos de refrigeração	1	0,86
Bicicletaria	1	0,86
Chaveiro	1	0,86
Sorveteria	1	0,86
Oficina de automóveis	1	0,86
Estabelecimento em reforma	1	0,86
Total	116	99,86

Fonte: Pesquisa “in loco” – Londrina (PR). 2008

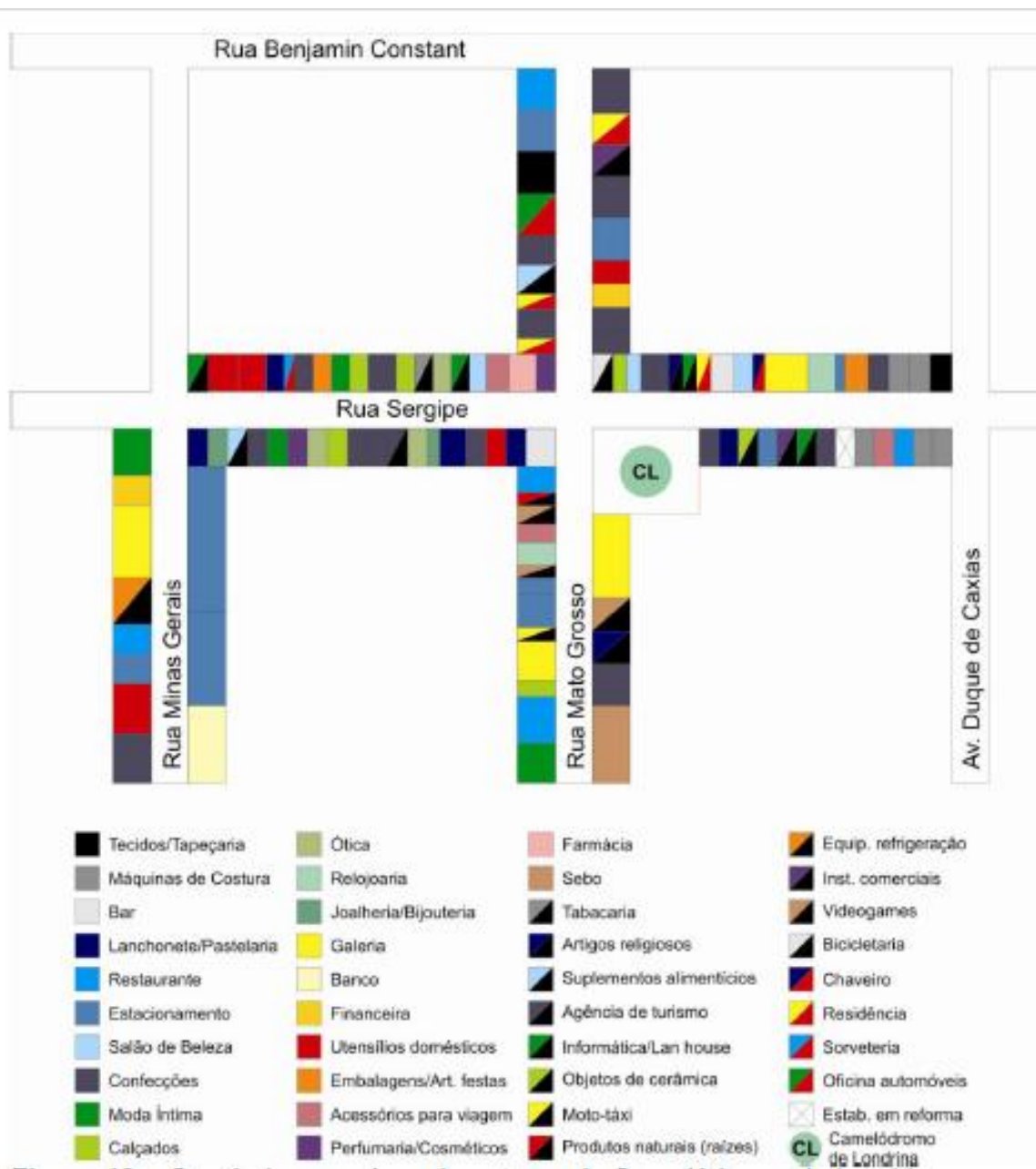


Figura 19 – Comércio e serviços do entorno do Camelódromo de Londrina

Fonte: Pesquisa "in loco" (org. Guilherme da Silva Ribeiro) – Londrina, 23/11/2008.

Tabela 11 – Localização anterior do estabelecimento

Local (rua ou cidade)	Número de estabelecimentos	Porcentagem (%)
Sempre ocupou o mesmo endereço	8	40
Rua Quintino Bocaiúva	2	10
Rua Sergipe	2	10
Rua Piauí	1	5
Rua Araguaia	1	5
Av. Duque de Caxias	1	5
Rua Mato Grosso	1	5
Rua Maranhão	1	5
Foz do Iguaçu – PR	1	5
São Paulo – SP	1	5
Não soube informar	1	5
Total	20	100

Fonte: Pesquisa “in loco” – Londrina (PR). 2008.

Tabela 12 – Número de empregados (patrões e funcionários)

Quantidade de empregados	Quantidade de estabelecimentos	Porcentagem (%)
1	2	10
2	4	20
3	5	25
4	5	25
5 a 10	3	15
Mais de 10	1	5
Total	20	100

Fonte: Pesquisa “in loco” – Londrina (PR). 2008.

Tabela 13 – Área ocupada pelo estabelecimento

Área (m²)	Quantidade de estabelecimentos	Porcentagem (%)
Até 50	6	30
51 – 100	9	45
101 – 150	2	10
151 – 200	2	10
Mais de 200	1	5
Total	20	100

Fonte: Pesquisa “in loco” – Londrina (PR). 2008.

Não se pode afirmar que o Camelódromo beneficiou o comércio da área apenas com uma análise superficial sobre as novas lojas que ali surgiram. Segundo 65% dos lojistas (Tabela 14) que já estavam instalados no local e presenciaram a dinamização das atividades da área pesquisada antes e depois da instalação do Camelódromo e o relato dos que não tinham negócios no local, mas conheciam a área como consumidores, o comércio era bem menos ativo do que é hoje. Dentre as justificativas para a melhora do comércio destacou-se o maior fluxo de consumidores que, atraídos pelo Camelódromo, passaram a freqüentar, também, as lojas do seu entorno e adquirindo seus produtos. Outro destaque foi a melhora na segurança, pois o maior de fluxo de pessoas traz essa sensação aos comerciantes, que acreditam que delinqüentes não vão cometer delitos com o risco de serem flagrados pelos consumidores, além do que houve o aumento do número de policiais. Os 15% que consideram o comércio melhor antes da implantação do Camelódromo, justificam que ele prejudicou suas vendas, enquanto 10% dos entrevistados acreditam que não houve mudanças no comércio, pois não tiveram aumentos significativos em suas vendas e o comércio da área não se tornou tão mais dinâmico.

Tabela 14 – Opinião sobre o comércio da área antes da instalação do Camelódromo de Londrina

Opinião	Quantidade	Porcentagem (%)
Era pior	13	65
Era melhor	3	15
Era igual (não mudou muito)	2	10
Não soube ou não quis opinar	2	10
Total	20	100

Fonte: Pesquisa “in loco” – Londrina (PR). 2008.

Tabela 15 – Opinião sobre a influência do Shopping Center Royal Plaza no comércio da área

Opinião	Quantidade	Porcentagem (%)
Melhorou o comércio	12	60
Não melhorou o comércio	7	35
Não soube ou não quis opinar	1	5
Total	20	100

Fonte: Pesquisa “in loco” – Londrina (PR). 2008.

Para os comerciantes do entorno do Camelódromo, ao comparar os reflexos da instalação do Shopping Center Royal Plaza e do Camelódromo de Londrina, ambos trouxeram benefícios ao comércio da área, porém, em níveis diferentes.

O Shopping Royal Plaza é considerado, pela maioria dos entrevistados (60%), uma influência positiva ao comércio da área (Tabela 15). No entanto, para 35% dos comerciantes, o shopping trouxe benefícios apenas à sua área de entorno e/ou ao Calçadão – justificativa também dada por alguns que consideraram o Royal Plaza uma influência positiva sobre a área pesquisada.

O Shopping Royal Plaza é benéfico ao comércio da área pesquisada (entorno do Camelódromo), no entanto, não exerce tanta influência ou trouxe tantos benefícios quanto o Camelódromo de Londrina (Tabela 16). Apesar de a diferença ser de apenas 20%, destaca-se o fato de que os comerciantes pesquisados foram

enfáticos ao afirmar que o Camelódromo atrai muito mais consumidores do que o shopping center. Outro fato a ser considerado é a proximidade do comércio pesquisado com o shopping. Também, deve-se observar que alguns pesquisados destacaram o tipo de comércio de cada um dos empreendimentos (formal, no Shopping Royal Plaza, e informal, no Camelódromo de Londrina) – sendo que, para todos, o comércio informal é prejudicial às suas atividades, ainda que o Camelódromo tenha trazido benefícios. As lojas do entorno mais prejudicadas pela concorrência direta (venda de produtos semelhantes) com o Camelódromo são as de: confecções, calçados, ótica, relojoarias, bolsas, acessórios para viagem e informática.

Tabela 16 – Opinião sobre a influência do Camelódromo de Londrina sobre o comércio da área

Opinião	Quantidade	Porcentagem (%)
Melhorou o comércio	16	80
Não melhorou o comércio	4	20
Total	20	100

Fonte: Pesquisa “in loco” – Londrina (PR). 2008.

Para os comerciantes que consideram o Camelódromo um dos fatores para a melhoria do comércio da área, a principal justificativa é que ele atraiu mais consumidores – não só de Londrina, mas de toda a região Norte do Paraná. Segundo um dos entrevistados o nível social das pessoas que vem fazer compras é melhor. Graças ao Camelódromo, houve melhorias no comércio. O Camelódromo foi a única melhoria da área. Segundo outro entrevistado, “antes do Camelódromo essa área era morta” . Para os comerciantes, o aumento no fluxo de consumidores é importante não só para as vendas, mas também para o desenvolvimento comercial da região, pois trouxe, também, mais segurança (presença mais freqüente de policiais) e valorizou uma área que estava “apagada” , sem muitos atrativos, do centro de Londrina. Em contrapartida, a valorização fez os preços dos aluguéis aumentarem consideravelmente em um curto espaço de tempo, mas, ainda assim, para alguns comerciantes, o investimento feito pela Prefeitura é justificável.

Dessa forma, é compreensível porque a maioria dos entrevistados considera o Camelódromo de Londrina mais importante que o Royal Plaza para o comércio da área pesquisada (Tabela 17).

Tabela 17 – Opinião sobre o empreendimento mais benéfico ao comércio da área

Opinião	Quantidade	Porcentagem (%)
Camelódromo de Londrina	15	75
Ambos (Camelódromo e Royal Plaza)	2	10
Shopping Royal Plaza	1	5
Nenhum dos dois	1	5
Não soube ou não quis opinar	1	5
Total	20	100

Fonte: Pesquisa “in loco” – Londrina (PR). 2008.

Aparentemente, os comerciantes não se intimidam com o fato do Camelódromo ser concorrente direto de seus estabelecimentos (45% dos entrevistados consideram o Camelódromo um concorrente direto de sua loja). Para alguns (55%), o Camelódromo de Londrina não é um concorrente direto, mesmo possuindo lojas que comercializam produtos semelhantes. Para eles, os consumidores dão preferência aos seus produtos devido a qualidade e garantia de troca dada pela loja, o que não acontece no Camelódromo.

Apenas 25% dos comerciantes entrevistados não concordaram com o fato de a prefeitura ter ajudado financeiramente na criação do Camelódromo. A prefeitura não deveria ter pago o aluguel do prédio. Não concordo, pois algumas pessoas estão ganhando muito dinheiro vendendo as lojas que montaram no Camelódromo às custas da prefeitura. Para outro comerciante, o Camelódromo prejudicou algumas lojas, principalmente as locadoras de DVD. Não se justifica emprestar dinheiro dos nossos impostos, mesmo gerando empregos. A fiscalização, segundo os comerciantes que discordam da prefeitura, é ineficiente e “protege os informais”. Alguns comerciantes não demonstram insatisfação com o Camelódromo, mas com o fato da prefeitura ter dado apoio aos informais e não ao comércio legal. Porque não dão o mesmo apoio para o comércio legal, que gera

recursos para o município, dentro da lei? Como vimos no item 2.2, mesmo a administração do Camelódromo de Londrina exigindo o alvará de funcionamento, muitos comerciantes ainda não o possuem – o que não impede de exercer suas atividades. Além disso, a Operação Capitão Gancho 2 (item 3.2), demonstrou a ilegalidade dos produtos comercializados no Camelódromo. Apesar da oportunidade de trabalharem formalmente, muitos comerciantes do Camelódromo de Londrina ainda permanecem na ilegalidade (informalidade).

Por outro lado, os comerciantes formais que concordam com a prefeitura destacam o grande fluxo de consumidores atraídos para a área. Além disso, o Camelódromo trouxe mais conforto para os camelôs e para os consumidores. Os camelôs trabalhavam na rua, sob o sol e a chuva, sem dinheiro. A prefeitura ajudou quem precisava. Outro destaque são os empregos e oportunidades de serviço aos que estavam desempregados. Apesar dos benefícios trazidos, o objetivo principal na criação do Camelódromo de Londrina, que seria a transferência dos comerciantes informais das ruas da cidade, não foi atingido, como se pode observar caminhando pelas ruas da área central. Foi um ato benéfico na época (a ajuda da prefeitura), mas que foi abandonado com o tempo, pois permitiu que se formassem outros camelôs nas ruas do centro, solucionando apenas parte do problema, opinou um comerciante.

Em geral, os comerciantes entrevistados têm opiniões semelhantes sobre a fiscalização do comércio da área. A fiscalização é presente, principalmente por parte da prefeitura (verificação de alvará de funcionamento) e do Corpo de Bombeiros (que cobra um imposto estadual denominado “taxa de vistoria dos bombeiros”, que varia de acordo com o tamanho da loja). Presente, mas não freqüente, já que a fiscalização não consegue vistoriar todas as lojas do município em um curto período. Apesar de ser importante para a segurança dos comerciantes e dos consumidores, a demora no ato de fiscalizar incomoda alguns comerciantes, pois, segundo eles, quando a fiscalização aparece na loja a vistoria é demorada e eles se sentem pressionados pelos fiscais.

Outro consenso entre os comerciantes é a não fiscalização do comércio informal. 95% dos entrevistados acreditam que o Camelódromo não é devidamente fiscalizado. Não é fiscalizado, pois toda vez que fiscalizam ele é fechado. Segundo um comerciante, a gente sabe que uma ou outra loja (do Camelódromo) tem nota fiscal. Já passou da hora dos bombeiros darem um jeito na

segurança do local. Enquanto não acontecer algo as autoridades não vão agir. No entanto, alguns consideram exageradas as ações da Polícia Federal, como foi a execução da Operação Capitão Gancho 2. Para eles, as autoridades tomam atitudes exageradas e abusivas quando vão fiscalizar o Camelódromo, querendo chamar a atenção da mídia.

Em suma, o Camelódromo de Londrina, além dos recursos recebidos pela Prefeitura em sua fase de implantação, vem sendo favorecido pelas autoridades, pois não recebe a atenção adequada dos órgãos fiscalizadores como ocorre com o comércio formal de seu entorno. No entanto, apesar das críticas, o Camelódromo de Londrina é considerado benéfico ao comércio formal. Os comerciantes formais do entorno do Camelódromo não exigem que o estabelecimento seja fechado ou transferido para outra área da cidade – o que querem é que ele seja melhor fiscalizado, para a segurança de seus trabalhadores e consumidores e para que o comércio formal não seja prejudicado pelo comércio de produtos ilegais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colonizada por ingleses, Londrina, apresentou, em sua fase inicial, um desenvolvimento baseado nos interesses da Companhia de Terras Norte do Paraná (posteriormente renomeada como Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), ou seja no comércio das terras adquiridas pela companhia.

Londrina se destaca na região por fazer a ligação entre os municípios vizinhos, que surgiram a partir do modelo da CTNP em que foram criados núcleos urbanos a cada 15 km. Além disso, a localização de Londrina favorece o comércio com São Paulo, Mato Grosso do Sul e o restante do estado do Paraná.

Quanto aos setores econômicos destaca-se que: a agricultura teve grande importância para o município até a década de 1970, quando ocorre a diminuição da população rural, a mecanização do setor, geadas na região e a decadência da cafeicultura, substituída por culturas temporárias; o setor industrial, apesar de não apresentar a maior participação no PIB do município, se destaca como um dos maiores do estado do Paraná; o setor terciário se destaca por absorver a maior parte dos trabalhadores e ser responsável pela maior parcela do PIB do município. Inserido nesse setor está o comércio, principal foco deste trabalho. O desenvolvimento comercial de Londrina ocorreu a partir da década de 1940, quando se instalam as primeiras lojas atacadistas e de gêneros alimentícios na área central.

Das primeiras lojas da década de 1940 aos dias atuais, o centro de Londrina passou, obviamente, por muitas mudanças. Assim como a cidade, ele cresceu e passou a acumular cada vez mais lojas, sendo o lócus do desenvolvimento comercial, financeiro, e de prestação de serviços. Paralelo ao desenvolvimento do comércio formal ocorre, também no centro, o desenvolvimento das atividades comerciais informais. O comércio informal, representado pelos camelôs, é, muitas vezes, uma alternativa ao desemprego. Muitos trabalhadores vêm nesse tipo de comércio uma forma honesta de garantir o sustento de suas famílias, acreditando que, assim, não se envolvem em atividades criminosas, no entanto, como muitas vezes esses comerciantes não recolhem impostos e os produtos não tem garantia de procedência e/ou são falsificações, este comércio é

ilegal, ou seja, sua prática é criminosa. Tem-se, então, um dilema complexo envolvendo o desemprego e a ilegalidade.

Mas o que as autoridades devem fazer com esses comerciantes? Deve-se permitir a ilegalidade quando ela for uma alternativa ao desemprego? Criminalizar esse tipo de comércio não tem sido suficiente para extingui-lo. Não impor resistência ao seu desenvolvimento, no entanto, pode tornar-se uma justificativa para que os comerciantes formais optem pela informalidade, pois, assim, não terão que recolher impostos e poderão vir a adquirir produtos ilegais (mais baratos), o que propiciará um aumento nos lucros. Não é interessante ao poder público deixar de recolher impostos, o que justifica o combate ao comércio informal, no entanto, tem-se o problema do desemprego. O ideal, então, seria que o poder público combatesse o desenvolvimento das atividades informais, mas, paralelamente, estimulasse a criação de novos empregos. Porém, essa não é a visão dos políticos londrinenses. A prefeitura de Londrina, apesar das mudanças ocorridas a cada eleição, tem tratado a informalidade da mesma maneira desde a década de 1990: fiscaliza e pune o comércio informal, mas, também, cria situações que propiciam o seu desenvolvimento. Enquanto não forem tomadas atitudes efetivas no combate à informalidade, os camelôs continuarão a ocupar os espaços públicos e – estimulados após a criação do Camelódromo de Londrina - prédios comerciais.

O comércio informal imprime suas marcas no espaço geográfico. É uma atividade mantida por consumidores que não têm condições de adquirir os produtos originais ou que buscam produtos semelhantes, ainda que de qualidade inferior, a preços mais baixos. Um fato a se considerar é que o consumidor que adquire o produto falsificado não está, necessariamente, deixando de comprar o original, pois se o original for muito caro, fora de sua capacidade de aquisição, ele não iria comprá-lo. Esse comércio se destaca no meio urbano por ocupar os espaços públicos (ruas, calçadas e praças) de forma irregular, uma vez que não foram criados com finalidades comerciais. Os camelôs, dessa forma, prejudicam a fluxo de pessoas, já que buscam os lugares de maior circulação (no caso de Londrina, nas proximidades do Terminal Urbano de Transportes Coletivos).

Esses problemas levaram a Prefeitura de Londrina a tomar providências, no entanto, impedir o comércio informal no centro não era uma alternativa viável, já que os comerciantes justificavam suas atividades como

alternativas ao desemprego, ou seja, se não pudessem trabalhar como camelôs seriam novamente desempregados. A proposta que melhor se adequou aos interesses tanto dos camelôs quanto da prefeitura, foi a criação de um local próprio para esse tipo de comércio - um camelódromo – instalado, inicialmente, na Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, nos fundos do Museu Padre Carlos Weiss, e posteriormente transferido para a Rua Sergipe nº 309.

O Camelódromo de Londrina estimulou o surgimento de outros empreendimentos semelhantes no centro e não foi capaz de retirar das ruas da área todos os camelôs. Além disso, embora não fosse um dos objetivos na sua criação, o Camelódromo beneficiou o comércio formal da área de seu entorno. Para alguns os comerciantes formais da área próxima ao Camelódromo, o local apresentava sinais de decadência, com menor fluxo de consumidores e maiores índices de criminalidade. Mesmo os comerciantes que vendem produtos originais semelhantes aos comercializados no camelódromo afirmaram que o empreendimento foi benéfico para o seu comércio. Além disso, o Camelódromo, segundo eles, trouxe benefícios que o Shopping Royal Plaza não foi capaz – com destaque para o maior fluxo de consumidores, que culminou no aumento das vendas. Isso demonstra que o comércio informal, representado pelo Camelódromo, pode estimular positivamente o comércio formal.

No entanto, o Camelódromo de Londrina, ao favorecer o surgimento de novos empreendimentos semelhantes na área central, prejudicou alguns ramos do comércio formal, como as vídeolocadoras. Isso ocorre devido ao alto custo dos DVDs originais e o baixo preço das cópias falsificadas vendidas nos camelódromos e ruas da cidade.

Visando proteger os interesses dos comerciantes formais a ACIL (Associação Comercial e Industrial de Londrina) tem pressionado os órgãos fiscalizadores para tentar inibir o comércio informal. O que é preocupante, para a associação, é o fato da prefeitura não tomar providências quanto às ilegalidades praticadas no Camelódromo. A entidade destaca que não pretende extinguir os camelódromos, desde que esses empreendimentos deixem de praticar o comércio ilícito.

Ao analisar os efeitos da Operação Capitão Gancho 2, percebe-se que a ACIL foi prejudicada, tendo sua imagem desgastada. A associação foi acusada pelos trabalhadores do Camelódromo como culpada pela execução da

operação, que resultou em depredações e o fechamento do comércio do centro por dois dias. O Camelódromo, por sua vez, saiu fortalecido, pois se mostrou capaz de pressionar o comércio formal e as autoridades, além de a operação, apesar de demonstrar as irregularidades do empreendimento, não ter impedido suas atividades. Além disso, após mais de dois anos, não ocorreu nenhuma operação semelhante à Capitão Gancho 2.

A Prefeitura de Londrina não impõe resistência às atividades irregulares presentes no Camelódromo de Londrina, como demonstrou ao limitar sua participação na Operação Capitão Gancho 2 e ao permitir o desenvolvimento do comércio informal no empreendimento. A Prefeitura utiliza o Camelódromo de Londrina como um exemplo de geração de empregos através de investimentos públicos, o que é benéfico à imagem dos políticos do município, e pressionar ou ameaçar fechar este estabelecimento significaria a perda de votos nas eleições.

Os recursos financeiros empregados pela Prefeitura na criação do Camelódromo ainda geram polêmica, pois a administração do empreendimento considera a dívida paga devido aos benefícios trazidos ao comércio formal da área – destacando o aumento do fluxo de consumidores e da segurança – e o camelódromo ter se tornado um “ponto turístico”, atraindo consumidores de toda a região. O não pagamento da dívida desagrade os comerciantes formais de seu entorno, que não recebem ajudas financeiras e se sentem pressionados pelas autoridades, devido às fiscalizações. Concordando com esses comerciantes, a Associação Comercial e Industrial de Londrina, afirma que as irregularidades encontradas no Camelódromo de Londrina – produtos de origem desconhecida e falsificações, sonegação de impostos, ausência ou irregularidades nas documentações – ocorrem devido à falta de fiscalização do empreendimento.

É importante destacar que as opiniões dos comerciantes formais da área pesquisada mostraram-se contraditórias em vários momentos, como, por exemplo, ao afirmarem que a informalidade é prejudicial às suas atividades, no entanto o Camelódromo foi responsável pelo aumento nas vendas, ou quando cobram maior fiscalização do Camelódromo e dizem que a Operação Capitão Gancho 2 foi exagerada. Ou seja, em muitos casos, os comerciantes não têm certeza se são contra ou a favor do Camelódromo, pois, reconhecem as melhorias que o empreendimento trouxe à área, mas não concordam com a forma como criado, recebendo investimentos públicos ou com a ilegalidade nele predominante.

Embora os administradores do Camelódromo de Londrina afirmem terem interesse de transformar a cidade numa referência nacional para o comércio informal, isso ainda está distante de acontecer. Mesmo com o surgimento de novos camelódromos, esses não surgem com a mesma finalidade do Camelódromo de Londrina (retirar das ruas os camelôs) e não possuem, dentre seus comerciantes, camelôs vindos das ruas. Além disso, muitos dos produtos comercializados nos camelódromos de Londrina são adquiridos em São Paulo e não no Paraguai, como é o senso comum, devido à menor fiscalização. Ou seja, Londrina pode ser considerada uma referência para o comércio informal na região norte do Paraná, pois, no sul do estado, a referência seria Foz do Iguaçu e, no restante do país, o destaque seria São Paulo. Outro fato a ser considerado é a quantidade de produtos comercializados, já que o comércio informal em Londrina é praticado no varejo, sem grandes lojas que abasteçam os comerciantes da cidade (e de cidades próximas) com esse tipo de produto, pois os camelôs e camelódromos têm que adquiri-los em outras localidades. É prematuro, então, afirmar que o Camelódromo de Londrina transformará todo o comércio do centro, voltando-o exclusivamente às atividades informais – ainda que disfarçadas de empreendimentos formais, como é o caso do próprio Camelódromo e dos outros empreendimentos semelhantes a ele.

Quanto ao espaço que está sob influência do Camelódromo, destaca-se como principal mudança o aumento no fluxo de pessoa, o que valorizou a área. Excetuando esse aumento, não ocorreram transformações significativas na área, pois o comércio se manteve semelhante ao que era antes de sua instalação – nem mesmo novos prédios ali surgiram.

Conclui-se, então, que o Camelódromo de Londrina não foi capaz de solucionar o problema dos camelôs que ocupam indevidamente as ruas da área central da cidade, porém, não foi responsável pelo desenvolvimento desta atividade comercial. Além disso, o Camelódromo beneficiou o comércio formal da área de seu entorno, descartando, assim, a idéia de que o comércio informal é apenas prejudicial ao formal. Porém, ressalta-se que o Camelódromo, apesar de benéfico ao comércio, não pode ser favorecido por políticos e/ou isento das fiscalizações das autoridades municipais, estaduais e federais.

REFERÊNCIA

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina, 1930/1975. Londrina: Ed. UEL, 1998.

AUGUSTO, Luciano. **Sem energia elétrica, camelódromo fecha as portas**. Folha de Londrina, Londrina, 16 fev. 2006a. Caderno Cidades, p. 3.

_____. Camelódromo é reformado para aumentar segurança. **Folha de Londrina**, Londrina, 26 set. 2006b.

_____. Centro de Londrina vira praça de guerra. **Folha de Londrina**, Londrina, 13 jul. 2007a. Folha cidades, p. 1.

AUGUSTO, Rubens Benedito. Londrina e os camelôs. **Gazeta do povo**, Londrina, 30 abr. 2007b. p. 11.

BACKHEUSER, Everardo. Comércio ambulante e ocupações de rua no Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de Geografia**, ano VI, n. 1, jan/mar 1944. p. 3 – 34.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, ago. 2006, v. 1, n. 2, p. 123-151.

BARONI, Célia. Leste-Oeste vai abrigar camelódromo. **Folha de Londrina**, Londrina, 7 nov. 1995. p. 3B.

_____. Prazo para camelôs já chegou ao fim. **Folha de Londrina**, Londrina, 28 dez. 1996a.

_____. Comurb ameaça fechar as barracas alugadas. **Folha de Londrina**, Londrina, 28 dez. 1996b.

_____. Obra no camelódromo sairá em dezembro. **Folha de Londrina**, Londrina, 14 nov. 1997. p. 3.

BASTOS, José Messias. O comércio no sul do Brasil. In: **Geosul**, v.14, n. 28, jul/dez 1999. Florianópolis: 1999. p. 112 – 124

BERNARDES, Lísia Maria Cavalcanti. O problema das “frentes pioneiras” no estado do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia**, ano 15, n. 3, jul/set 1953. p. 335 – 384.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Crescimento da população do Estado do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia**, ano 13, n. 2, abr/jun 1951. p. 265 – 274.

BERNARDES, Nilo. Expansão e povoamento no Estado do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia**, ano 14, n. 4, out/dez 1952. p. 427 – 456.

BERTOLUCCI, Fábio Luiz. **Da cocada ao tênis nike: um breve perfil da informalidade no núcleo central da cidade de Uberlândia**. 2005. Dissertação (mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

BIANCHI, Benê. Nem os camelôs conseguem ficar lá dentro das barracas. **Folha de Londrina**, Londrina, 11 nov. 1997. Caderno Cidade. p. 3.

BORGES, Guilherme. Bombeiros reprovam obras do Camelódromo. **Folha de Londrina**, Londrina, 14 nov. 2006a. p. 4.

_____. Camelódromo de Londrina reabre ao público hoje. **Folha de Londrina**, Londrina, 23 nov. 2006b. p. 3.

BLUM, Luciane. **Desenvolvimento da atividade comercial varejistas: o caso de Londrina – PR**. 2006. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BONDE. **CMTU vai continuar fiscalizando ambulantes sem alvará**. Londrina, 04 out. 2007. In: http://www.bonde.com.br/bonde.php?id_bonde=1-3--166-20071004. Acessado em: 02/12/2009.

BRAGUETO, Claudio Roberto. **A inserção da Microrregião Geográfica de Londrina na divisão territorial do trabalho**. 1996. 323f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. O comportamento territorial do norte do Paraná como frente de expansão e frente pioneira. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de. **Geografia e norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Humanidades, 2007a. p. 141 – 199.

_____. **O aglomerado urbano-industrial de Londrina: sua constituição e dinâmica industrial**. 2007b. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo. BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). Milton Santos e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

BRESSAN, Fernanda. Espaço nobre para pirataria. **Jornal da ACIL**, Londrina, mar. 2006a. p. 22.

_____. Locadoras de vídeo cobram bom senso das autoridades. **Jornal da ACIL**, Londrina, mar. 2006b. p. 23.

BRIGUET, Paulo. Prefeitura abre, enfim, o camelódromo. **Folha de Londrina**, Londrina, 3 jan. 1996.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da agricultura – trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAMBIAGHI, Salette Magdalena. O povoamento do norte do Paraná. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de. **Geografia e norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Humanidades, 2007. p. 71 – 86.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Pulo: Edusp, 1994.

_____. (Org.). **Ensaio de geografia contemporânea - Milton Santos**: obra revisada. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Novas contradições do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999a. p. 62 – 74.

_____. (Org.). **Novos Caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999b. In.

_____. **Espaço-tempo na metrópole:** a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Annablume, 2002. p. 191 – 197.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Labur, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org.). **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

CASTELNOU, Antônio. Arquitetura Londrinense: expressões de intenção pioneira. Londrina: Atrito Art, 2002. CASTELLS, M. Posfácio, 1975. In: _____. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 547 – 589.

CCSA-UFPB. Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Federal da Paraíba. **Demonstração do Valor Adicionado.** In: <http://www.ccsa.ufpb.br/~nca/dva.html>. Acessado em: 01/12/2009.

CIDADE terá dois ‘camelódromos’. **Folha de Londrina,** Londrina, 28 out. 1995. p. 2.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero. O comércio informal e a cidade. In: II Simpósio Regional de Geografia: Perspectivas para o cerrado no século XXI. Uberlândia: 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. Cultura e cidade: uma breve introdução ao tema. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org.). **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 157 – 160.

_____. **O espaço urbano.** 4.ed. São Paulo: Ática, 2004.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná. São Paulo: 1975.

CUNTO, Adriana. Lideranças apóiam idéia de shopping popular em Londrina. **Folha de Londrina**, Londrina, 21 abr. 2001. p. 3.

DAMIANI, Amélia Luisa. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 48 – 61.

DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

FERREIRA, Antônio Celso; SIMON, Cristiano Gustavo Biazzo. **Tensões da modernidade em Londrina: a ferrovia e a nave**. Boletim do CCH, Londrina, fev. 1989, p. 41 – 58.

FERREIRA, Antônio Celso; SIMON, Cristiano Gustavo Biazzo. **Tensões da modernidade em Londrina**. Boletim do CCH, Londrina, jan. 1990, p. 40 – 59.

FRANCISCO, Roberto José. **Pesquisa sobre a associação comercial e industrial de Londrina (ACIL), da sua formação à atualidade e a opinião da entidade sobre os comerciantes informais e o camelódromo de Londrina**. Londrina, 03 set. 2008.

FRAZÃO, Marcelo. MP alerta para risco de incêndio. **Jornal de Londrina**, Londrina, 17 nov. 2005. p. 5.

FREISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura**. Curitiba: Liv. Chain, 1988.

FRESCA, Tânia Maria. A estruturação da rede urbana do norte do Paraná. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de. **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Humanidades, 2007. p. 201 – 250.

FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de. **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Humanidades, 2007.

GALEMBECK, Glória. Justiça condena camelôs e prefeitura. **Jornal de Londrina**, Londrina, 30 set. 2005. p. 5.

_____. Londrina ganha mais 858 “lojas populares” . **Jornal de Londrina**, Londrina, 21 nov. 2006. p. 4.

GRASSIOTTO, Maria Luiza Fava. **Evolução Urbana de Londrina**. Monografia de estágio na Universidade Estadual de Londrina, departamento de geografia, sob orientação da Prof. Dra. Yoshiya Nakagawara. Londrina: 1975.

_____. **Espaços comerciais**: a arquitetura em dois shopping centers de Londrina. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Espaços comerciais**: a arquitetura em dois Shopping Centers de Londrina (algumas questões). In: SZMRECSANYI, Maria Irene; ZANI, Antonio Carlos. **Arquitetura e cidade no norte do Paraná**. São Paulo: FAUUSP/UEL, 2003. p. 69 - 84.

_____. **A dinâmica do processo evolutivo dos centros comerciais: aspectos do planejamento físico**. 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

GRASSIOTTO, Maria L. F.; GRASSIOTTO, Junker de Assis. **A atividade comercial e sua relação com o urbano**: o exemplo de Londrina. *Semina: Ciências sociais e Humanas*, Londrina, set. 2003. v. 3. p. 101-120.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia**: crítica da agricultura moderna. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço & debates**. São Paulo, a. 2, n. 6, 1982. p. 6 - 35.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo comercial: Paraná - 1975. In: Censos Econômicos de 1975. **Série Regional**, v. 3, T 18. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

_____. **Anuário estatístico do Brasil** – 1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1996

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Base de dados do Estado**. In: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acessado em: 30/11/2009.

ITO, Adriana. Camelôs param o comércio mais uma vez. **Folha de Londrina**, Londrina. 14 jul. 2007. Folha cidades, p. 1.

JANUZZI, Denise de Cássia Rossetto O desenvolvimento de Londrina e as transformações nos espaços públicos da região central. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, set. 2005, v. 26, p. 87-94.

KELLER, Elza Coelho de Souza. Redes Urbanas. In: **Geografia do Brasil: Grande Região Sul**, Rio de Janeiro, 1968, v. IV, T II, n. 18, p. 298 – 340.

LIMA, Fausto C. de Lima. A contribuição de Prestes Maia ao urbanismo moderno de Londrina. In: SZMRECSANYI, Maria Irene; ZANI, Antonio Carlos. **Arquitetura e cidade no norte do Paraná**. São Paulo: FAUUSP/UEL, 2003. p. 219 – 228.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LONDRINA. Lei Municipal nº 7.485, de 20/07/1998. **Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo na zona urbana e de expansão urbana de Londrina, e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www2.cml.pr.gov.br/lnd/lnd/index.html>>. Acesso em: 17 de junho de 2009.

LONDRINA, Prefeitura do Município de. **Perfil do município de Londrina – 2007 (ano-base 2006)**. Secretaria de Planejamento. Londrina: 2007

LONDRINA, Prefeitura do Município de. **Perfil do município de Londrina – 2008 (ano-base 2007)**. Secretaria de Planejamento. Londrina: 2008

MAFRA, Flávia Luciana Naves; TAVARES, Tatiane Silva; EIRAS, Nádia Ribeiro Seabra; MANGINI, Dulce. Trabalho informal e qualidade de vida: interações possíveis no contexto local. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo. v. 09, n. 1, jan/mar 2002.

MARINHO, José. Começa a construção do camelódromo. **Jornal de Londrina**, Londrina, 7 nov. 1995.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia. In: Fases e Faces da Modernização Agrícola. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, n. 3, Brasília: IPEA, 1990.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, Sérgio. Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 13 – 41.

MARX, Murilo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

MASCHIO, Alan. Camelódromo deve reabrir hoje após meio-dia. **Folha de Londrina**, Londrina, 17 fev. 2006. p. 3.

MENDONÇA, Gisele. Camelôs querem deixar barracas montadas. **Jornal de Londrina**, Londrina, 13 jan. 1996. p. 4.

MENEGHEL, Stella. Camelôs fazem acordo para aumentar segurança. **Jornal de Londrina**, Londrina, 19 nov. 2005. p. 3.

MONBEIG, Pierre. **Novos estudos de geografia humana Brasileira**. São Paulo: Difel, 1957.

_____. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

_____. A zona pioneira do Norte-Paraná. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de. **Geografia e norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Humanidades, 2007. p. 1 – 18.

MOREIRA, Roberto José: Críticas ambientalistas à Revolução Verde. In: **Estudos sociais e agricultura**, Rio de Janeiro, out. 2000, n. 15, p. 39-52.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1990.

MÜLLER, Nice Lecocq. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de. **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Humanidades, 2007. p. 19 – 70.

NAÍM, Moisés. **Ilícito**: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global. Trad. Sérgio Lopes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NAVARRO, Vanessa. 'Incentivo aos camelôs é piada', diz professor. **Folha de Londrina**, Londrina, 6 jul. 2004. Caderno Cidades.

_____. ONG quer Londrina referência dos camelôs. **Folha de Londrina**, Londrina, 23 jan. 2007. Caderno Economia, p. 1.

OLIVEIRA, Edilson Luís de. Algumas considerações sobre o conceito de setor informal e a teoria dos circuitos da economia urbana. In: **Geografias jan/jun 2008**. Belo Horizonte: 2008. p. 54 – 70.

PADIS, Pedro C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Norte do Paraná. São Paulo: HUCITEC, Curitiba: Secretaria de Cultura do Esporte do Governo do Paraná, 1981.

PELEGRINO, Érika. Ippul estuda ampliação de camelódromo. **Folha de Londrina**, Londrina, 12 fev. 2000.

PINTAUDI, Silvana M. A cidade e as formas de comércio. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.) et al. **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 143-159.

PISSININI, Suzi. Projeto do Camelódromo sai de pauta. **Jornal de Londrina**, Londrina, 2 out. 1998. p. 3A.

PRANDINI, Neyde. Aspectos da geografia urbana de Londrina. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de. **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Humanidades, 2007. p. 87 – 113.

RAMOS, Lino. Projeto do Camelódromo preocupa lideranças. **Jornal de Londrina**, Londrina, 1 out. 1998. p. 5A.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. n. 54, p. 81- 100, jun./1977.

_____. **A urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Ensaio sobre a urbanização latino-Americana**. São Paulo: Hucitec, 1982a.

_____. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982b.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982c.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Annablume, 2002. p. 15 – 20.

_____. Economia Espacial. São Paulo: Edusp, 2003. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Annablume, 2002.

SCHAFFER, Neiva Otero. Comércio de Rua na fronteira: nova dimensão de uma prática tradicional. In: **Revista Brasileira de Geografia**, ano 56, n. 1/4, jan/dez 1994. p. 219 – 238.

SCHWARTZ, Widson. **Poder emergente no sertão**. Londrina: Midiograf, 1997.
SIERRA, A. Especial: en los confines de Colômbia. **Jornal El Tiempo**, 10/08/2003. p.: 1, 3, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39.

SILVA, Silvio Fernandes (Org.). **Autarquia do Serviço Municipal de Saúde. Rumos da saúde para Londrina: plano municipal para o biênio 1996 – 1997.** Londrina: 1996.

SILVA, José Borzacchiello da. Espaço e Contradições. In: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade.** São Paulo: Contexto, 1999. p. 42 - 47.

SILVA, Willian Ribeiro da. A formação do centro principal de Londrina e o estudo da centralidade urbana. In: **Geografia, Londrina**, jul./dez. 2003, vol. 12, n. 2. p. 21 – 44.

_____. Londrina e Maringá enquanto cidades médias: desconstruindo o mito das regiões metropolitanas do norte do Paraná. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 551 – 586.

SILVEIRA, Fábio. Projeto garante uso da calçada por 10 anos. **Jornal de Londrina**, Londrina, 30 set. 1998. p. 5A.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Annablume, 2002. p. 21 - 28.

SOUZA, Namara de; FRANÇA, Sônia Aparecida Moreira. Territórios sociais de risco. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: 2004.

SPOSITO, Eliseu Silvério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, São Paulo, n. 10, 1991. p. 1 – 18.

_____. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SZMRECSANYI, Maria Irene; ZANI, Antonio Carlos. **Arquitetura e cidade no norte do Paraná**. São Paulo: FAUUSP/UDEL, 2003. VALVERDE, Orlando. Planalto Meridional do Brasil. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1957.

VARGAS, Heliana Comin. O comércio e os serviços varejistas: principais agentes e sua inserção urbana. In: **GEOUSP Revista de Pós-graduação em Geografia Espaço e Tempo**, n. 8. São Paulo: Edusp, 2000.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões espaciais sobre o “setor informal” urbano: o caso do Brasil. In: **Revista Geografia, Instituto Panamericano de Geografia e História**. n. 1, jan/jun 1985. p. 53 – 62.

WACHOWICZ, Ruy Christowam. História do Paraná. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988. WAIBEL, Leo H. As zonas pioneiras do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, ano XVII, n. 4, out/dez 1955. p. 389 – 422.

ZANGIROLANI, Ana Cláudia Gimenez Mesquita. A arquitetura da avenida Higienópolis de Londrina nos anos 30 e 40. In: SZMRECSANYI, Maria Irene; ZANI, Antonio Carlos. **Arquitetura e cidade no norte do Paraná**. São Paulo: FAUUSP/UDEL, 2003. p. 29 – 39.

ZANI, Antonio Carlos. Arquitetura de madeira no Norte do Paraná de 1930/1970. In: SZMRECSANYI, Maria Irene; ZANI, Antonio Carlos. **Arquitetura e cidade no norte do Paraná**. São Paulo: FAUUSP/UDEL, 2003. p. 19 – 28.